



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O COPENE E A REFLEXÃO DECOLONIAL EM EDUCAÇÃO**

**AMANDA NERES DE CASTRO**

*Sob a Orientação do Professor Doutor*  
**Luiz Fernandes de Oliveira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
dezembro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C  
355c Castro, Amanda Neres de, 1990-  
O copene e a reflexão decolonial em educação /  
Amanda Neres de Castro. - Seropédica ; Nova Iguaçu,  
2022.  
100 f.

Orientador: Luiz Fernandes de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pósgraduação em Educação,  
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2022.

1. Reflexão decolonial. 2. Estado da arte. 3.  
Copene. 4. Relações étnico-raciais. 5. Educação. I.  
Oliveira, Luiz Fernandes de , 1968-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pósgraduação em Educação, Contextos  
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO N° 1326/2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

N° do Protocolo: 23083.077362/2022-35

Seropédica-RJ, 21 de dezembro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

AMANDA NERES DE CASTRO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 16/12/2022

Membros da banca:

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

KATIA ZEPHIRO. MsC. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

VIVIANE CONCEICAO ANTUNES. Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

MONICA REGINA FERREIRA LINS. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

*Documento não acessível publicamente*

*(Assinado digitalmente em 03/01/2023 06:29)*

KATIA ZEPHIRO

PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO

DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)

Matricula: ###709#2

*(Assinado digitalmente em 23/12/2022 09:19)*

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA

CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR

DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)

Matricula: ###508#1

*(Assinado digitalmente em 04/01/2023 10:08)*  
VIVIANE CONCEICAO ANTUNES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptL/IM (12.28.01.00.00.89)  
Matricula: 00006102

*(Assinado digitalmente em 23/12/2022 09:20)*  
MONICA REGINA FERREIRA LINS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 000.000.407-00

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1326**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **21/12/2022** e o código de verificação: **b43744e1bd**

*Dedico este trabalho a todos que estiveram/estão  
comigo, direta ou indiretamente,  
nessa caminhada chamada “vida”.*

## AGRADECIMENTOS

Acredito que sou como uma colcha de retalhos, com muitos pedacinhos costurados por muitas mãos. Essa colcha de retalhos, que aparentemente teria pouca utilidade, vem se mostrando potente, não por si apenas, mas principalmente pela contribuição de cada mão que a costura. Dessa forma, os agradecimentos são muitos!

Agradeço primeiramente a Deus por Sua presença em minha vida. A minha mãe, meus avós e tios que nunca mediram esforços para me oferecer o melhor. O apoio que recebo de vocês é essencial para continuar qualquer jornada. Poderia escrever linhas e mais linhas que não seriam suficientes para expressar todo meu amor e gratidão.

Agradeço ao meu marido por sua parceria, por acreditar mais em mim do que eu mesma, por todo incentivo desde quando entrar no mestrado era um sonho distante. Sua força, atenção e paciência, principalmente nos momentos de ausência, mostram o quão companheiro você tem sido. Portanto, não poderia deixar de dizer o quanto te amo. Aproveito também para expressar minha gratidão aos seus pais, que, mesmo sem entender o motivo de eu passar horas na frente do computador e por estar mais ausente nesses dois anos, seguem com o mesmo carinho e atenção comigo.

Agradeço a todos professores que passaram pela minha vida, enquanto estudante de escola/universidade pública, ser atravessada por mestres que fazem da sua prática docente um espaço de luta me fez entender um dos meus papéis no mundo. Agradeço em especial aos seguintes professores: professor Otair Fernandes, por tudo que representa em minha vida, por cada incentivo, direcionamento, conselho, risada, reflexão e principalmente por me apresentar uma Amanda que eu não conhecia; professor Ramofly Bicalho, que me apresentou à pesquisa e me mostrou as potencialidades da escrita. Na época, não acreditava que tinha algo importante a dizer, quem dirá escrever, e ele muito atencioso me mostrou esse caminho. Sua generosidade sempre esteve presente em nossa relação, antes professor-estudante, hoje amigos; e agradeço especialmente ao meu querido orientador Luiz Fernandes, que, com sua paciência, gentileza, atenção e empatia, me ensina a cada dia o tipo de relação que quero ter com meus estudantes. Sou grata desde o primeiro contato que tive contigo, através de um texto, sem nem o conhecer pessoalmente. Hoje, a partir da relação com o mundo ao seu redor, entendo melhor o que é a opção decolonial na prática.

Agradeço aos amigos de profissão que estão comigo diariamente no CAp da UFRJ no Setor de Educação Infantil. A oportunidade que criamos de pensar/projetar as nossas práticas faz deste um grupo sem igual.

Agradeço de antemão a banca aqui formada, pois tenho certeza que esse será mais um encontro potente de trocas e acolhimentos.

*“Não junto a minha voz à dos que  
falando em paz, pedem aos  
oprimidos, aos esfarrapados do  
mundo, a sua resignação.  
Minha voz tem outra semântica,  
tem outra música.  
Falo da resistência, da indignação,  
da “justa ira” dos traídos e dos enganados.  
Do seu direito e do seu  
dever de rebelar-se contra as  
transgressões éticas de que são  
vítimas cada vez mais sofridas”.*

**(Paulo Freire, 2002)**

## RESUMO

CASTRO, Amanda Neres de. **O COPENE e a reflexão decolonial em educação**. 2022. 100p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/ Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

O presente trabalho propõe um mapeamento das produções decoloniais em educação, metodologicamente conhecida como estado da arte, tendo como *locus* de pesquisa os Anais do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – COPENE. Entendendo sua relevância e contribuição para os educadores e os demais atores sociais no enfrentamento do racismo, da discriminação racial e do preconceito, aliado a perspectiva teórica Modernidade/Colonialidade, seu potencial crítico se mostra de grande relevância para a educação brasileira na proposição de pensar, a partir da realidade em que estamos inseridos, possibilidades educacionais outras, através dos estudos que já foram e estão sendo realizados nesse espaço de fomento. Neste sentido, no decorrer da pesquisa, é feita uma explanação dos descritores (decolonial, descolonial, decolonizar, descolonizar, colonialidade e descolonização) utilizados para o mapeamento das produções no período de 2000 a 2020, e sua construção vai se fazendo em diálogo com as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" e a Pedagogia Decolonial.

**Palavras-chaves:** Relações étnico-raciais, Opção Decolonial, Copene, Estado da Arte.

## ABSTRACT

CASTRO, Amanda Neres de. **COPENE and the Decolonizing thought in education**. 2022. 100 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts nad Popular Demands). Instituto de Educação/ Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

The present reserarch proposes a mapping of decolonial productions in education, methodologically known as the state of the art, having as its research locus the Annals of the Brazilian Congress of Black Researchers - COPENE. Understanding its relevance and contribution to educators and other social actors in the facing of racism, racial discrimination and prejudice, allied to the Modernity/Coloniality theoretical perspective, its critical potential is extremelly relevant to Brazilian education in the proposition of thinking, from the reality in which we are inserted, other educational possibilities, through the studies that have been and are being carried out in this fostering space. In this sense, during the research, an explanation of the descriptors (decolonial, decolonizing, decolonize, decoloniality, coloniality and decolonization) used for the mapping of the productions in the period from 2000 to 2020, and its construction is done in dialogue with the "National Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture" and Decolonial Pedagogy.

**Keywords:** Ethnic-Racial Relations, Decolonial Option, Copene, State of the Art.

## Lista de Tabelas

Tabela	Página
1. TABELA 1 – Mapeamento das produções por ano (sem recorte) .....	31
2. TABELA 2 – Mapeamento por descritores .....	34
3. TABELA 3 – Artigos em diálogo com a reflexão decolonial em educação .....	45
4. TABELA 4 - Mapeamento das produções: 2017 a 2020 .....	48
5. TABELA 5 – Artigos em diálogo com a reflexão decolonial em educação 2017.....	49
6. TABELA 6 – Artigos em diálogo com a reflexão decolonial em educação 2018.....	51
7. TABELA 7 – Artigos em diálogo com a reflexão decolonial em educação 2020.....	54
8. TABELA 8 – Quantitativo de produções por eixo temático .....	56
9. TABELA 9 – Quantitativo de produção por Região.....	57

## Lista de Gráficos

Gráfico	Página
1. GRÁFICO 1 – Crescimento das produções .....	41
2. GRÁFICO 2 – Produção estatística de 2000 a 2014 .....	46

## SUMÁRIO

<b>Breves considerações .....</b>	<b>14</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo I - Reflexão decolonial e as relações étnico-raciais na educação: contextualização histórica e determinações legais.....</b>	<b>20</b>
Contextualização dos descritores/palavras-chaves e mapeamento inicial .....	24
<b>Capítulo II - Copene e o debate decolonial: conjuntura histórica .....</b>	<b>32</b>
O Estado da arte: caminhos e desafios .....	41
O Estado da arte 2017, 2018 e 2020.....	47
<b>Capítulo III – Estado da arte em educação: análise dos artigos .....</b>	<b>59</b>
Análise dos artigos em Educação ano 2012.....	59
Análise dos artigos em Educação ano 2014.....	59
Análise dos artigos em Educação ano 2017.....	63
Análise dos artigos em Educação ano 2018.....	67
Análise dos artigos em Educação ano 2020.....	71
<b>Considerações finais .....</b>	<b>89</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>97</b>

## BREVES CONSIDERAÇÕES

Projetar sempre me leva ao lugar das experiências, de ver o mundo através das ações futuras e ir caminhando em uma eterna ação dialógica entre o fazer e o (re)fazer, o aprender e o (re)aprender. Essa mobilização, de viver um mundo a construir, sempre esteve presente em mim, e não diferente, está presente neste estudo.

Tendo em vista o atual cenário político e ideológico no qual nos encontramos e a urgência de uma fomentação em torno de uma perspectiva crítica, seu processo de construção vem considerando a necessidade de novas práticas societárias e educacionais, tendo como base orientações históricas, pedagógicas e éticas que devem existir na relação de ensino e aprendizagem e na relação entre educadores, educandos e sociedade.

Mesmo com o crescente número de produções nas últimas décadas, podemos dizer que os estudos decoloniais ainda são recentes no Brasil, o que torna a busca pelo estado da arte nessa temática algo extremamente necessário e relevante para traçar e direcionar os caminhos percorridos até então.

Desse modo, esta dissertação tem como objetivo realizar o mapeamento das produções acadêmicas denominadas decoloniais, com um recorte específico para a área da educação, que estão sendo publicadas e apresentadas no Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – COPENE, ao longo das últimas duas décadas. O estado da arte que esta pesquisa se propõe a fazer utilizará como fonte os anais disponíveis por esse espaço de contribuição, visando, em um primeiro momento, obter um estado de conhecimento dessas produções até a atualidade e posteriormente reconhecer como as temáticas que ali foram se desenvolvendo vêm contribuindo para esse campo de atuação.

Entendendo que o racismo é estrutural na sociedade, os desafios de combate a tais práticas se tornam muitos e a escolha do *locus* desta pesquisa se deu justamente pelo fato do Copene ser um dos espaços fundamentais no enfrentamento do racismo, das discriminações raciais e do preconceito, se propondo a pensar formas de implementação para uma sociedade mais justa e com equidade. Portanto, este projeto não é apenas um levantamento de dados, a investigação aqui realizada se caracteriza como uma pesquisa qualitativa no âmbito educacional e social porque seu objeto é social e histórico, possuindo uma relação direta com o sujeito da investigação.

## INTRODUÇÃO

Moradora da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, uma das áreas periféricas do Estado, eu começo a existir antes do meu nascimento, nas histórias dos meus antepassados, o que me leva a ser essa pessoa em construção.

É impossível pensar nessa ordem cronológica sem falar da minha família que, assim como muitas outras, tiveram sua trajetória marcada pela falta de acesso à diversas oportunidades. Pouco sei da história dos meus antepassados, também nos foi roubada a chance de fazer esse resgate, porém sei que uma parte veio do Estado de Minas Gerais e que já aqui no Rio de Janeiro ganharam o direito de moradia em uma fazenda onde trabalhavam em Campos dos Goytacazes e que minha trisavó materna foi uma ameríndia pega no laço. Minha mãe também não teve condições favoráveis para prosseguir com seus estudos, pois desde muito pequena teve que aprender a conviver com a pobreza acentuada, tendo outros cinco irmãos, o que proporcionava diversos afastamentos do ambiente escolar. Nasci quando ela ainda tinha 24 anos e fui criada por essa família de mulheres que se fortalecem no coletivo e vão vencendo os desafios que são literalmente impostos.

Estudante de escola pública, fui a primeira da família a ter acesso à universidade no ano de 2011 e neste local fiz relações que mudaram por completo a minha caminhada. Foi nesse lugar de formação que comecei a ter a oportunidade de repensar a história educacional brasileira e ver o quanto a minha vida era similar à de muitas outras pessoas. Nesse contexto pude começar a problematizar algumas questões sociais que me cercavam e ter a oportunidade de me ver como parte integrante desse território, que conta histórias que até então eram desconhecidas por mim, mesmo vivendo-as.

Esse levantamento histórico se torna relevante para ratificar que essa pesquisa nasce de um contexto de descobertas e inquietações pessoais que só foram possíveis por conta das relações que se estabeleceram em minha trajetória e a principal delas foi o contato, que teve início em 2013, como pesquisadora no Programa de Educação Tutorial - PET/Conexões: Dialogando e Interagindo com as Múltiplas Realidades e Saberes na Baixada Fluminense, onde pude me aproximar da pauta antirracista. A cada texto lido eu ia percebendo movimentos, corpos, fenótipos e narrativas que antes passavam despercebidos por mim. Foi nesse momento que me enxerguei, em um deslocamento autorreflexivo e fui me descobrindo enquanto mulher negra.

Reconhecendo a importância desse movimento de descoberta fiz o trabalho final do curso de Pedagogia, em 2017, sobre a Lei 10.639/03, que altera o artigo 26-A da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-9394/96) e torna obrigatório o ensino da Cultura e História Afro-brasileira nas escolas, ou seja, mais uma política pública educacional e antirracista que me atravessa. Desde então, essa jornada rege a minha vida enquanto mulher negra, periférica, professora e ser humano que luta por uma educação antirracista, democrática e com melhores condições de acesso e permanência.

As inquietações e reflexões que a docência proporciona, tais como a forma estigmatizada pela qual o negro vem sendo retratado no Brasil e a falta de domínio para lidar com esse cenário, me tiravam do meu lugar de conforto, se é que ele existe, aflorando cada vez mais meu lado professora/pesquisadora que buscava nos contextos de seu público, na época jovens entre 14 e 23 anos, estabelecer uma prática antirracista. Porém, os desafios eram enormes, como, por exemplo, descobrir qual a melhor abordagem metodológica para tal ação.

Iniciei, ainda em 2019, uma busca por um referencial teórico que pudesse embasar e conduzir essa minha práxis pedagógica e depois de algumas leituras encontrei um texto que conversava com os meus anseios e me apresentou o debate decolonial. Eis um pedaço dele,

(...) em um trabalho de orientação decolonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos (WALSH, 2009, p. 24).

Essa reflexão do “desaprender o aprendido para voltar a aprender” pautada em um trabalho que desafia a estrutura hegemônica me levou a querer conhecer mais dessa proposta e a fazer um projeto de pesquisa para tentar a vaga que ocupo hoje no mestrado em Educação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

De início, me propus a estabelecer uma relação entre as práticas pedagógicas dos diversos atores sociais da Baixada Fluminense – RJ, como a comunidade e os espaços formativos de saberes escolarizados e não escolarizados, para a elaboração de uma perspectiva antirracista à luz da teoria decolonial. Seu principal objetivo era investigar a efetivação de práticas decoloniais a partir das atividades desenvolvidas pelo Instituto Enraizados, um grupo do terceiro setor, questionando como seus desdobramentos contribuíssem para efetivação de uma comunidade antirracista e para o fortalecimento do protagonismo negro dos sujeitos ali inseridos. Porém, em março de 2020 fomos assolados com a propagação da Covid-19.

Diante dessa situação pandêmica algumas medidas foram tomadas no intuito de evitar o agravamento dos altos índices de mortes que aconteciam em todo mundo e uma delas foi o

afastamento social. Vivemos esse tempo em total desespero, víamos os noticiários e sentíamos na pele as desigualdades latentes no nosso dia a dia. Tudo faltava: água, salário, emprego, sanidade, saúde, moradia, um verdadeiro caos.

Na tentativa de minimizar os prejuízos no processo de aprendizagem dos estudantes, as unidades de ensino foram orientadas a desenvolver atividades remotas; com essa medida, a turma de 2020 do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ fez todo seu curso de mestrado de forma não presencial. Em quais condições? É o questionamento que fica atravessado por muitas problematizações e sequelas.

A pesquisa projetada anteriormente já não era mais possível por conta do fechamento dos espaços ocasionado pelo afastamento social. Assim, a partir da articulação entre o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturais – GPMC<sup>1</sup> e o meu interesse pelo debate decolonial, foi feita uma reformulação desta pesquisa, redirecionando o olhar para as produções que vêm sendo realizadas no decorrer dos anos no Copene, com o objetivo de fazer um mapeamento do estado da arte nos artigos que se debruçam nas práticas pedagógicas decoloniais, permitindo um reconhecimento dos estudos que já foram ou estão sendo realizados, contribuindo para a viabilidade da pesquisa e para o embasamento da dissertação.

Utilizo como referência a pesquisa desenvolvida no pós-doutorado pelo professor Dr. Luiz Fernandes (OLIVEIRA, 2021), que, após perceber um aumento das produções que pouco faziam menção às fontes originais dos autores decoloniais e na tentativa de compreender como estas perspectivas teóricas dialogavam com os diversos objetos de estudo, viu a necessidade de realizar esse levantamento nos trabalhos de pesquisas em Educação no Brasil.

Portanto, esta pesquisa que apresento aqui, trata de um mapeamento da produção acadêmica brasileira sobre as Pedagogias Decoloniais em dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos na plataforma Scielo, nas revistas de pós-graduações em educação e nos anais da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e do ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino). Uma pesquisa qualitativa, com uso de procedimentos quantitativos, que realiza um levantamento bibliográfico, cuja organização, classificação e análises dos dados pretende gerar um mais fidedigno estado da arte dessa literatura (OLIVEIRA, 2021, p. 3).

Dessa forma, a proposta que aqui se desenvolve tem como objetivo específico fazer um aprofundamento do trabalho realizado por OLIVEIRA (2021), de quem cita a perspectiva decolonial nos artigos de educação, porém amplificando os espaços não vistos pela pesquisa do

---

<sup>1</sup> O GPMC é um grupo de pesquisa vinculado a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

autor, justificando, assim, sua relevância para as Ciências Sociais e Humanas e pesquisas em Educação.

Os primeiros passos após definir o objeto de estudo foi localizar os arquivos com os anais do Copene, esses arquivos estão disponíveis no site da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) dos anos 2000 a 2017, ou seja, desde o I ao IX Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. Já os arquivos do X e o XI congresso podem ser acessados na página anual em que cada evento foi realizado, o X em 2018 e o XI em 2020.

Devido ao grande número de arquivos, algumas delimitações foram necessárias para orientar essa pesquisa: a primeira foi estabelecer o local, em cada artigo, que se daria a análise e procura dos descritores como forma de seleção dos mesmos e esse processo, inicialmente, se deu através da busca pelo Título, resumo e palavras-chaves de cada trabalho.

A seleção dos descritores chaves foi orientada pela pesquisa de OLIVEIRA (2021) e sua escolha acontece pela proposta da própria perspectiva teórica decolonial, portanto, as palavras selecionadas foram: “colonialidade”, “decolonial e/ou descolonial”, “decolonizar e/ou descolonizar” e “descolonização”.

Tendo definido o objeto de pesquisa, os locais de verificação e os descritores chaves, o próximo passo foi o levantamento das produções que estavam dentro dos critérios estabelecidos. Esse momento se torna uma das partes mais efetivas dessa produção, que permeia todos os outros processos desse projeto, sendo assim, para manter a qualidade dessa investigação, esse levantamento foi feito de forma cuidadosa, principalmente porque os primeiros arquivos com os anais do Copene estão digitalizados e não em formato PDF, o que impossibilita a utilização de recursos facilitadores como a busca por palavras do Adobe<sup>2</sup>. Esse processo teve que ser feito manualmente, artigo por artigo de 2000 a 2012.

Com os dados quantitativos é possível traçar uma sistematização do total de produções e articular com os campos de concentração na área da educação, observando, assim, como essas temáticas vêm se desenvolvendo ao longo dos anos e se articulando com o a educação antirracista no Brasil. Uma das propostas que coloco nessa análise quantitativa é a de verificar como essas produções vêm se solidificando e crescendo, ou não, no marco temporal desta pesquisa, que vai de 2000 a 2020, e mapear a concentração regional onde são realizados esses trabalhos.

---

<sup>2</sup> As buscas iniciais foram feitas através da leitura sistemática de cada resumo à procura dos descritores selecionados por essa pesquisa, realizando assim o mapeamento manual dos mesmos.

Por último, fazer a relação dos trabalhos selecionados com o referencial teórico trilhando caminhos possíveis para que o debate decolonial continue contribuindo para as produções que se propõem a projetar uma sociedade outra.

## **CAPÍTULO I – REFLEXÃO DECOLONIAL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DETERMINAÇÕES LEGAIS**

Entendemos que as considerações aqui promovidas buscam ir ao encontro de práticas que possam contribuir para a efetivação desse conjunto normativo e pedagógico que apontam para a necessidade de melhor compreender o racismo e as suas várias formas de manifestação na sociedade, na cultura e na relação dialógica entre os cidadãos. Este capítulo tem por pretensão fazer um diálogo entre a Educação das Relações Étnico-raciais com a perspectiva decolonial a partir de como esse processo vem sendo introduzido nos debates do Copene.

Fazendo um simples movimento de olhar a história através da perspectiva hegemônica que nos foi empurrada, percebemos que a educação surge na sociedade brasileira com uma intenção específica: colonizar. Portanto, entender criticamente o racismo e como as questões raciais se manifestam na sociedade brasileira é compreender como os efeitos dessa relação colonial permanece até a atualidade através de um modelo que exclui e mina as possibilidades da comunidade afro-brasileira e que tem como uma de suas bases o mito da democracia racial.

A luta antirracista considera a importância de práticas desenvolvidas com referências sólidas, sempre fruto de movimentos sociais e culturais que transformam suas dores em lutas para alcançar objetivos concretos, como as políticas públicas. Parto do pressuposto de que a alteração realizada no artigo 26ª LDBEN-9394/96 pela Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no ensino fundamental e médio, ampliada posteriormente pela Lei 11.645/08, foi uma ação afirmativa na história da educação brasileira, e isso somente foi possível devido às pressões realizadas pelo movimento negro nacional e internacional. Com isso, passa a vigorar no artigo 26ª da LDBEN o seguinte texto,

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Nessa caminhada histórica, temos o Parecer CNE/CP3/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – DCNERER e busca regulamentar o artigo acima, apontando, segundo Castro (2017), para a necessidade de ações político-pedagógicas por parte dos diferentes atores sociais, promovendo oportunidades de diálogo entre negros e não negros para que as pessoas “de diferentes culturas interatuem e se interpretem reciprocamente, respeitando os valores, visões de mundo, raciocínios e pensamentos de cada um” (BRASIL, 2004, p.21). Deverá também divulgar as contribuições artísticas, culturais e históricas dos africanos e seus descendentes no Brasil nos diferentes setores da sociedade, bem como as artes, culturas e história do continente africano, a fim de propiciar e incluir, nos currículos, discussões da questão racial no país que levem à desmistificação de conteúdos e estereótipos de materiais didáticos e à inclusão de uma parte oculta dos currículos escolares: a história e presença dos negros no Brasil, para além do período que vai da escravidão dos africanos à abolição formal deste tipo de mão de obra.

Porém, mesmo diante de tal avanço, muitos desses documentos são desconhecidos por uma considerável parcela dos profissionais da educação, o que se torna um dos grandes desafios encontrados frente à implementação da Lei 10.369/03. Diante desse desconhecimento, a aplicabilidade da lei acaba se restringindo a temáticas estereotipadas que acontecem em épocas específicas do ano, reproduzindo saberes eurocêntricos e contribuindo para a invisibilidade das produções e para o não despertar de uma identidade racial antirracista.

Pelo currículo escolar perpassam todas as intencionalidades de uma educação e projeção de uma sociedade, esse campo do conhecimento vem crescendo cada vez mais em suas contribuições e construções científicas, porém percebemos que na prática sua organização costuma se dar de maneira bastante tradicional reforçando o silêncio, seja através do P.P.P e/ou de uma menção direta ao antirracismo. Gomes (2012) traz uma importante contribuição ao analisar que essa quebra dos modelos tradicionais, tanto da prática do currículo quanto da teoria educacional, vem acontecendo a partir do diálogo entre as políticas públicas e os movimentos sociais, organizados por sujeitos que passam a ocupar espaços antes não acessíveis, aqui em específico, o educacional.

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. Quais são as respostas epistemológicas do campo da educação a esse movimento? Será que elas são tão fortes como a dura realidade dos sujeitos que as demandam? Ou são fracas, burocráticas e com os olhos fixos na relação entre conhecimento e os índices internacionais de desempenho escolar? (GOMES, 2012, p. 99)

Segundo Moya e Silvério (2009), o consenso sobre qual perspectiva teórica deve-se usar para ir ao encontro de novas formulações, sejam através de políticas públicas ou promoção de debates no âmbito nacional que promovam as soluções almejadas, ainda estão longe de ser uma realidade na sociedade contemporânea. Porém, é notório que esse diálogo articulado entre a academia, os movimentos sociais e a população vêm caminhando na intencionalidade de proposição com novas vertentes descolonizadoras, já que a efetivação da Lei 10.369/03 exige práticas críticas, problematizadas no nosso contexto social e histórico.

É interessante observar que, mesmo diante de um Estado omissivo, essas potencialidades existentes na discussão propositiva do movimento negro caminham na construção de uma educação pautada em um currículo que considera as contribuições e saberes que foram invisibilizados pela modernidade europeia, e vejo esse sendo um dos principais caminhos de uma luta descolonizadora em execução.

Desse modo, Mignolo (2005) afirma que precisamos romper com essa colonialidade que estabeleceu seus saberes e conhecimentos como únicos e universais enquanto inviabilizava e silenciava os sujeitos que produziam conhecimentos outros. Sendo assim, a expressão “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada” (MIGNOLO, 2005, p. 75) no seu amplo entendimento nos mostra as possibilidades de um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade europeia. Oliveira e Candau (2010) explicam esse trecho mais detalhadamente,

(...) Ou seja, modernidade e colonialidade são as duas faces da mesma moeda. Graças à colonialidade, a Europa pode produzir as ciências humanas como modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente. (2010, p. 17)

Mignolo também chama atenção para a o potencial de uma virada epistemológica que a colonialidade apresenta, pois podemos ressignificar toda essa estrutura social dominante a partir de seus questionamentos, entendimentos e construções de práticas pedagógicas. Quando ressaltamos a importância de questionar e pôr um fim na violência colonial que trouxe mazelas para a população negra e que se estende de diversas formas na contemporaneidade, estamos contestando principalmente as articulações engendradas pelo capital a partir da ideia de raça.

(...) a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”, segundo os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de pretensão “científica” e “objetiva”) de significação a-histórica, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. Tal estrutura do poder foi e ainda é o marco a partir do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental. Com efeito, ao observarmos as linhas

principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do atual poder mundial, sua distribuição de recursos e de trabalho, entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante. (Quijano, 1992, p. 438)

A partir dessa contribuição de Quijano sobre a estrutura colonial de poder conseguimos perceber seu reflexo na sociedade contemporânea quando percebemos que a educação popular, pública e gratuita está em um lugar de desprestígio nessa relação com o capital, considerando que ela não gera lucros para a nação e ainda tem a conveniência de seu *status quo*. Em meio a esse processo de desvalorização da educação, outro desafio que encontramos na aplicabilidade da Lei 10.639/03 é a precarização na formação de professores e a falta de uma educação continuada que dialogue com as realidades do contexto escolar.

Percebemos que a construção da identidade está inteiramente ligada a todas as possibilidades que nos são apresentadas no decorrer da vida, possibilidades essas que podem existir ou não; enquanto educadores, entender todo esse processo de exclusão e subalternidade que vivenciamos é entender que existem saberes e práticas que estão para além dos muros da escola. Estabelecer essa conexão, compreendendo que a educação é composta por múltiplos letramentos que vão dialogando e criando sentido no decorrer da vida humana, é fundante para toda prática social, pois não existe saber desconectado do mundo e da nossa realidade.

A falta de um espaço para a troca e compartilhamento de tais práticas ainda é recorrente, é comum perceber que essas construções atualmente ganham lugar nos espaços de fomento que contam com o auxílio das amplas redes interligadas e aproximam de forma significativa essa população, no entanto para que essa rede se torne expressiva e atinja uma grande parcela do seu público-alvo, o diálogo entre as diversas etapas da educação básica e superior se torna imprescindível.

Pensar uma pedagogia decolonial<sup>3</sup> é se afastar de modelos engessados e rígidos que os ambientes escolares/acadêmicos apresentam, e isso requer ressignificar todo o processo construído até o momento, além de estar disposto a (re)aprender. Isso porque através do diálogo e das trocas que essas epistemologias sugerem, seja através da construção de conhecimentos ou do reconhecimento, tanto de si quanto do outro, possibilitam experiências outras, que ao serem compreendidas e internalizadas mudam toda a estrutura dos sujeitos que estão envolvidos naquele processo. Essas desconstruções podem caminhar de diversas formas: através da música,

---

<sup>3</sup> Segundo Walsh, Oliveira e Candau (2018), a pedagogia decolonial é um trabalho de politização da ação pedagógica para além dos sistemas educativos, que dialoga e se conecta com os movimentos sociais pela luta dos povos colonizados e silenciados pela modernidade ocidental.

da arte, da forma de se colocar no mundo, de produzir conhecimento e principalmente nas relações. E é através dessa troca que os sujeitos vão se desconstruindo e se reconstruindo, na luta coletiva contra a colonialidade, reconquistando os espaços que lhes foram negados.

Essa contextualização traz a necessidade de ação, para uma reinvenção política e pedagógica que atue diretamente nessas estruturas sociais postas, possibilitando novas formas de interpretar o mundo e intervir nos modelos societários. Os objetivos dessas ações são as transformações totais das relações de poder, tanto da ordem pedagógica, social e cultural, quanto na esfera psicológica, política e monetária, contribuindo para desmistificar o imaginário do que é ser negro no Brasil e proporcionando novas possibilidades para os mesmos.

De acordo com Oliveira e Candau:

[...] a decolonialidade implica partir da desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Portanto, decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas. (2010, p. 24)

Essa citação abre a oportunidade para as primeiras articulações entre os dados obtidos pelo mapeamento dos artigos nos anais do Copene e as discussões promovidas até o momento.

### **Contextualização dos Descritores/palavras-chaves e Mapeamento Inicial**

Fazendo um paralelo com as discussões que aqui se constroem, os primeiros dados apresentados neste capítulo estarão baseados nos artigos que foram apresentados em um marco temporal de 2000 a 2014. Porém, entendo que antes de começarmos a fazer a análise desses dados é preciso explicitar o que compreendemos por cada palavra-chave ou descritores selecionados, para que esse mapeamento caminhe de acordo com a prática do contexto em que esses termos se inserem. Falarei a seguir sobre os descritores: colonialidade, decolonial e descolonial, decolonizar e descolonizar e por fim descolonização.

Para entendermos o que é colonialidade partimos das contribuições de Quijano (2007) que afirma que colonialismo e colonialidade são conceitos diferentes, mas que possuem uma estreita ligação. O colonialismo, segundo o autor, é mais antigo e nem sempre há relações racistas de poder, porém teve uma relação direta de poder entre nações, dando início a uma ordem mundial que chegaria atualmente com um poder de articulação global. Observe.

Por um lado, foi estabelecida uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes. Essa dominação é conhecida como **colonialismo**. Em seu aspecto político, sobretudo formal e

explícito, a dominação colonial foi derrotada na grande maioria dos casos. A América foi o primeiro cenário desta derrota. (QUIJANO, 1992, p. 437)

Enquanto o colonialismo teve suas práticas limitadas ao período de colonização, a colonialidade vai falar de algo que está enraizado na sociedade e que surge em diálogo com a modernidade colonial. Logo, TORRES (2007) diz que

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo”. (TORRES, 2007, p. 131).

Quando fazemos um paralelo observando uma linha do tempo dessa época histórica, é comum pensar que com o fim do colonialismo também tivemos o fim da colonialidade, contudo um letramento atento do contexto social em que estamos inseridos que pode acontecer a partir dos relatos orais, documentais, das mídias e principalmente por meio das violências sofridas justamente nos grupos que foram invisibilizado pela modernidade ocidental, percebemos que essa perspectiva não passa de um mero engano, já que a colonialidade continua presente em nossa sociedade e principalmente na estrutura de poder.

Assim, a **colonialidade** se faz presente nas diversas formas de relação: nas escolas ela está nos livros didáticos, na maneira como os conteúdos são apresentados, na falta de investimento e principalmente na dualidade; na cultura ela está paralela ao senso comum, nas formas colonizadas de aceitação de um padrão estético e também na naturalização de alguns aspectos societários; ela está na relação que temos com o nosso corpo, nosso autocuidado, nossa imagem; no trabalho ela está nos cargos que a população negra não alcança por causa da relação com a ideia de raça, está nos padrões homogêneos de apresentação; na academia ela está no acesso e na permanência dos discentes, nas avaliações, no acesso aos espaços, etc. Dessa forma, a colonialidade subalterniza populações, contribuindo para a manutenção dos estereótipos e manutenção das relações de poder, seja ela racial, de classe, gênero ou qualquer outra.

Porém, a própria colonialidade poder representar um caminho de virada epistemológica, pois seu entendimento a partir de um viés crítico possibilita a ressignificação e reinvenção da sociedade, se tornando um ato político e ideológico que viabiliza a luta dos que sempre foram subalternizados pela modernidade ocidental. Portanto, essa reflexão juntamente com a ação militante do movimento negro pela luta dos povos colonizados, é um trabalho para além dos

sistemas educacionais, com experiências que projetam ações futuras através de uma pedagogia decolonial.

Quijano (2005) nos mostra que a colonialidade pode ser entendida a partir de três relações: A colonialidade do poder, do saber e do ser. A colonialidade do poder, surgiu com a codificação da ideia de raça, quando a partir dessa relação violenta foram-se criando formas de se relacionar, classificando e reclassificando as estruturas sociais a partir da subalternização. Nesse sentido, o colonizado foi posto em uma condição de inferioridade por conta da sua cor e de seus fenótipos, assim como teve uma parte considerável de sua produção e história apagada, enquanto o colonizador naturalizava essa relação de poder através de sua cultura, modos de vida e saberes supremos, inquestionáveis. O conceito de raça adotado pela biologia, onde acreditava-se que existiam raças superiores a outras ou o conceito de “raça pura”, serviu para embasar tais práticas de extermínio e violência.

A Colonialidade do saber, segundo Quijano, possui a mesma matriz de surgimento que a colonialidade de poder, mas compreende especificamente a negação dos conhecimentos produzidos pelo não europeu. Percebemos que, durante um longo período da história, os colonizadores ficaram conhecidos pela sua superioridade intelectual que era evidente de diversas maneiras como, por meio de seu desenvolvimento filosófico, tecnológico, religioso, geográfico e assim por diante, porém essas implementações modernas escondeu e silenciou a produção de epistemologias não europeias, fazendo com que os saberes que eram produzidos por outras populações, como as do continente africano e dos povos nativos das américas, por exemplo, fossem descartados e alguns até exterminados. Uma evidência dessa relação colonial do saber são os inúmeros dialetos que perdemos no decorrer desse processo e tal negação intelectual se deu, assim como na colonialidade de poder, também pela classificação de raça dominante.

A partir dessa relação hegemônica de produção do saber, contando com o processo de conhecimento global, foi definida a ideia de progresso que colocou a Europa como detentora das construções epistêmicas, não admitindo qualquer outra produção de conhecimento que não partisse dessa localização geográfica. Enquanto a colonialidade do poder criou uma forma sedutora de impor sua cultura e história, a colonialidade do saber impôs a superioridade intelectual e seu racismo epistêmico.

A **colonialidade do ser** retrata essas violências vividas a partir do “outro” nos tempos de colonização, que se estende até os dias atuais, onde atribuiu aos povos colonizados um lugar de subalternidade e silenciamento, classificando-os a partir de suas características, tidas como marcas de sua inferioridade. Logo, todo o conjunto que contribui para a formação daquele

indivíduo enquanto sujeito produtor de conhecimento é inferiorizado, desprezado e inutilizado, pois o mundo moderno criou novas formas de se construir enquanto seres superiores a eles.

Essas relações intersubjetivas entre os grupos, os sujeitos e o meio foram se classificando a partir das violências que a colonialidade do ser ia estabelecendo e nesse processo, a ideia do “outro” foi se construindo em uma relação profunda e incompreensível, enquanto os povos eram retirados de suas terras e resistiam à imposição de práticas tidas como positivas, mas que atribuía a essa população conceitos pejorativos. Dessa maneira, essa ação vem contribuindo ao longo dos anos para que não conheçamos outras formas de ver e viver o mundo sem ser as que foram impostas, porém problematizar essas práticas hegemônicas apresenta sua potencialidade que é a de desconstruir estigmas vividos por grupos que foram marginalizados ao longo da história.

Partindo dessa compreensão, vamos ao termo **decolonial** que se refere a um movimento de pensar/projetar novas práticas a partir dos sujeitos que foram invisibilizados pela modernidade europeia, e assim, subalternizados pela colonialidade, ou seja: os negros, povos originários da América, mulheres, ciganos e assim por diante. Esse movimento reflexivo a partir da perspectiva Modernidade/colonialidade, descrita acima possibilita um caminho crítico à própria lógica de violência colonial que vivemos a partir da exploração da América e que determina as estruturas sociais até o século XXI. Essa crítica viabiliza um trabalho de releitura do mundo, para assim intervir com ações políticas e pedagógicas na reinvenção da sociedade. Por isso seu diálogo com os movimentos sociais é de tamanha importância, pois suas práticas contextualizadas e resgatadas a partir dos sujeitos que estão em diálogo com esses espaços abrem oportunidades para a pluralidade.

Assim que iniciamos as primeiras leituras dialogando com esse campo teórico, percebemos que não há um consenso entre o uso das palavras “decolonial” e “descolonial”, em algumas produções os dois termos são utilizados inclusive como sinônimos ou até opção estética da escrita. Alguns estudiosos acreditam que nas produções dos autores que estudam a perspectiva teórica Modernidade/Colonialidade o termo descolonial aparece escrito com “s” por conta da língua espanhola, logo quando feita a tradução para o português o termo continua o mesmo. Porém, Walsh (2013) é assertiva e nos propõe uma reflexão:

(...) Excluir o "s" é minha opção. Não está promovendo um anglicismo. Pelo contrário, visa fazer uma distinção com o significado em espanhol do "des" e o que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer ou reverter o colonial. Ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços desistissem de existir. Com este jogo linguístico, procuro mostrar que não existe estado de colonialidade nulo, mas sim posturas, posicionamentos, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, emergir, criar e influenciar. O decolonial

denota, então, um caminho de luta contínua em que se pode identificar, tornar visível e favorecer “lugares” de exterioridade e construções alternativas. (*Apud* Walsh, C., Oliveira, L. F., & Candau, V. M. 2018, p. 05.) Tradução minha

Com esse diálogo, percebemos que devemos estar conscientes das nossas posturas, tanto no plano das ações quanto no discurso, logo, se estamos propondo um caminho de luta e reconstruções, o próprio uso da palavra “decolonial” já mostra a intencionalidade e o posicionamento crítico/político que nos leva a entender a colonialidade e lidar com esse passado colonial, tendo em vista que é impossível apagar essa parte de nossas histórias. Porém, tendo em vista que este é um debate relativamente recente, entendendo o recorte estipulado por esta pesquisa e considerando que o termo “descolonial” ainda é utilizado em algumas produções acadêmicas, esse também será um dos descritores para seleção e mapeamento dos artigos que dialogam com essa perspectiva no COPENE.

Contudo, entendemos, a partir da perspectiva teórica que aqui se constrói, que o termo decolonial é o mais adequado. Portanto, uma pedagogia decolonial vai propor a elaboração de práticas que projetam para além dos espaços educativos, entendendo a ação pedagógica como um diálogo entre a construção cultural e política de um país. Esse não é um trabalho fácil, pois ressignificar processos requer romper com a colonialidade do poder, do ser e do saber e seus padrões hegemônicos, muitas vezes em espaços onde a relação de poder exerce uma grande força, como na academia, nas escolas, na política, no currículo escolar, nas relações intersubjetivas, etc. No entanto, entendemos que esse é um caminho propositivo de conhecimento ancestral e reinvenção social que busca a emancipação total das formas de opressão e dominação, tendo seu principal ponto de partida o enfrentamento das estruturas societárias e modos de relações existentes na contemporaneidade.

Essa proposta também está relacionada com as discussões que os descritores “**decolonizar**” e “**descolonizar**” proporcionam. De acordo com Oliveira (2018), Mignolo apresenta a partir da diferença colonial um caminhar que parte das relações criadas pela colonialidade de poder no chamado mundo moderno para pensar intervenções que gerem novas formas de entender, conhecer, pensar e organizar o mundo. Porém, essa intervenção não tem a intenção de fazer com que o conhecimento seja reparado ou modificado, e sim que as multiplicidades possam dialogar, para que tenhamos acesso a outras formas de conceber o mundo para além da modernidade.

Partindo desse entendimento de pensar o quê, onde e para quem produzimos, Catherine Walsh reflete os processos educacionais pautados na relação “pensamento-outro” que contesta a história opressora que nos foi contada caminhando através da decolonialidade na construção

de outros modos de poder, de saber e de ser, por meio das lutas dos povos que foram subalternizados. É possível entendermos o “pensamento-outro” por meio dessa citação de Oliveira (2018). Observe:

“pensamento-outro” provém do autor árabe-islâmico Abdelkebir Khatibi, que parte do princípio da possibilidade do pensamento a partir da decolonização, ou seja, a luta contra a não existência, a existência dominada e a desumanização. (OLIVEIRA, 2018, p. 54)

A partir dessa reflexão e caminhando para o entendimento de mais um descritor utilizado nessa pesquisa, Oliveira (2018) nos leva a compreender, em um sentido mais específico, o que significa a palavra “decolonizar”,

Decolonizar significa, então, no campo da educação, uma práxis com base numa insurgência educativa propositiva – portanto não somente denunciativa -, por isso o prefixo “DE” e não “DES” – em que o termo insurgir representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. (...) DEcolonizar na educação é construir outras pedagogias além da hegemônica. DEScolonizar é apenas denunciar as amarras coloniais e não construir outras formas de pensar e produzir conhecimentos. (OLIVEIRA, 2018, p. 101, 102)

Indo ao encontro dessa citação entendemos que na educação, esse conceito se torna prático quando seus objetivos e objetos conduz a novos caminhos e conhecimentos, proporcionando uma outra compreensão do mundo, porém dialogando entre as epistemes que foram subalternizadas e as ocidentais, sem perder de vista a colonialidade, mas contestando-a.

Porém, ainda com o crescente número de publicações, entender efetivamente como essa perspectiva teórica vem contribuindo para a educação de forma prática ainda é um desafio. Uma pedagogia que compreende o seu papel atrelado às práticas culturais e políticas exerce um intenso trabalho de problematização do fazer docente e social nos espaços educativos formais e não formais, ainda mais considerando o fato da nossa sociedade conhecer apenas uma parcela da história que nos foi contada. Portanto, a importância do diálogo contínuo com os espaços que fomentam tal discussão, afinal sua caminhada só está completa quando encontra novas formas de pensar e se relacionar com o mundo.

Assim, caminhamos para a última palavra-chave que será utilizada por esse estudo, que é a **descolonização**. No decorrer da pesquisa fui percebendo que a palavra descolonização era um termo que dava margem a muitas possibilidades, algumas em diálogo com os referenciais utilizados por aqui e outras não. Em uma busca rápida pelo google percebemos que os resultados decorrentes dessa procura estão atrelados à independência de determinada nação de seus colonizadores e foram muitas as terras colonizadas pela modernidade europeia.

Como aconteceu com todos os outros descritores, entender o debate por trás dessa palavra nos leva a traçar os caminhos percorridos por esta pesquisa, tendo em vista todo seu referencial teórico e caráter propositivo. Logo,

Para Fanon, a descolonização é uma forma de (des)aprendizagem: desaprender tudo que foi imposto e assumido pela colonização e desumanização para reaprender a ser homens e mulheres. A descolonização só ocorre quando todos individualmente e coletivamente participam em sua derrubada, ante a qual o intelectual revolucionário – como também o ativista e mestre – tem a responsabilidade de ajudar ativamente e participar no “despertar”: “Educação política significa abrir as mentes, despertar [as massas] e permitir o nascimento de sua inteligência, como disse Césaire, ‘é inventar almas’” (FANON, In: MALDONADO-TORRES, 2005, p. 160)

Percebemos por meio dessa reflexão que a descolonização tem a ver com o despertar das amarras coloniais, é entender como todo o processo histórico que vivenciamos, nos diferentes tempos, se torna fortemente presente na contemporaneidade. É consenso que não existe discurso neutro e reconhecer essas opressões é tomar consciência da violência que vivemos possibilitando um resgate das nossas histórias e culturas, ou seja, nossa identidade. Os estudos críticos sobre a educação das relações étnico-raciais propõem não só a tomada de consciência da sua condição na história, mas uma mudança radical das relações e da sociedade, por esse motivo é urgente a problematização dos estudos que abordam essas propostas práticas pensando as marcas que a historiografia traz para a sociedade, questionando-as e propondo pedagogias que vão além das hegemônicas em diálogo com a DEcolonização.

Definido os descritores e compreendendo suas propostas e significados a partir da perspectiva retórica da Modernidade/colonialidade no campo da educação, especificamente a Educação das Relações Étnico-raciais, comecei os primeiros trabalhos de análise de dados nos anais do COPENE a partir do ano de seu início, ano 2000. Esses anais estão disponíveis publicamente no site da Associação Brasileira de pesquisadores Negros – ABPN – até o IX COPENE que aconteceu em 2017 na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Os anais referentes a X e XI edição estão disponíveis em locais diferentes, mas de fácil acesso.

Esses arquivos, disponibilizados pela comissão organizadora do congresso, contêm, em sua grande maioria, a programação geral dos eventos incluindo pôsteres, minicursos, oficinas, lançamento de livro e mesa redonda, porém meu foco específico foi na apresentação de trabalho de todos os Eixos Temáticos

Outro dado importante de ser lembrado, que será mais bem detalhado nos próximos capítulos, é que o COPENE teve até o ano 2020, 11 edições e é um congresso que acontece periodicamente a cada dois anos. Seus primeiros anais estão em arquivos digitalizados, logo o

mapeamento das palavras-chaves foi realizado artigo por artigo, através da leitura atenta de cada texto.

Estabelecemos como procedimento de pesquisa a seleção dos artigos por meio dos títulos, resumos e das palavras-chaves que vêm destacadas nos próprios artigos e dessa forma chegamos aos primeiros dados que serão mostrados na tabela abaixo. Abordamos, nesta primeira tabela, uma perspectiva global das produções a partir dos recursos quantitativos, objetivando uma melhor compreensão de como esse evento vem se solidificando no decorrer dos anos e de como as temáticas aparecem no período demarcado. Para melhor visualização desses aspectos, sua organização separada por ano de realização, tema gerador daquele congresso e a quantidade de artigos apresentados naquele ano. Vale ressaltar que no período que vai de 2000 a 2014 encontramos um total de 2.012 artigos.

**TABELA 1 – MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES POR ANO (sem recorte)**

	TEMA	TOTAL
<b><u>2000 – I COPENE</u></b>	O negro e a produção do conhecimento: dos 500 anos ao Século XXI	<b><u>80</u></b>
<b><u>2002 – II COPENE</u></b>	De preto a afrodescendente: a pesquisa sobre educação das relações étnico/raciais no Brasil	<b><u>133</u></b>
<b><u>2004 – III COPENE</u></b>	Pesquisa social e políticas de Ações Afirmativas para Afrodescendentes	<b><u>147</u></b>
<b><u>2006 – IV COPENE</u></b>	Brasil negro e suas africanidades: produção e transmissão de conhecimento	<b><u>335</u></b>
<b><u>2008 – V COPENE</u></b>	Pensamento negro e antirracismo: diferenciações e percursos	<b><u>307</u></b>
<b><u>2010 – VI COPENE</u></b>	Afrodíaspóra: saberes pós-coloniais, poderes e movimentos sociais	<b><u>348</u></b>
<b><u>2012 – VII COPENE</u></b>	Os desafios da luta antirracista no século XXI	<b><u>231</u></b>
<b><u>2014 – VIII COPENE</u></b>	Ações Afirmativas, cidadania e Relações Étnico-raciais	<b><u>431</u></b>

**Fonte: elaborada pela autora**

Os dados dessa primeira tabela mostram, de forma geral, todas as produções de artigos que foram apresentados no COPENE no período informado. Ao observar, é possível notar uma crescente considerável das produções no decorrer dos anos, confirmando a consolidação do COPENE como espaço de contribuição e divulgação das temáticas envolvendo toda a esfera social. Percebemos, a partir dos temas, que a relação com a construção e produção de conhecimento teve um grande destaque nesse marco temporal, mostrando uma sensibilidade na

contextualização de saberes, relacionando-o às Políticas de Ações Afirmativas e à luta antirracista pautada na Educação das Relações étnico-raciais. Essa consolidação, expressa em números de edições e números crescentes de trabalhos, nos mostra que este é um espaço com pesquisadores interessados em refletir como a presença do negro vem contribuindo para todas as esferas da sociedade brasileira, pensando caminhos, saberes e relações outras. Portanto, esse é o espaço perfeito para a produção desta pesquisa de mestrado.

## **CAPÍTULO II – COPENE E O DEBATE DECOLONIAL: CONJUNTURA HISTÓRICA**

Considerando a importância da criação de grupos que se movimentam em um exercício de criticidade a partir da problematização e reconstrução de práticas, sejam elas pedagógicas ou cotidianas, mas que tenham foco no letramento do contexto em que estamos inseridos, temos a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN – que foi fundada em agosto do ano 2000. Segundo dados informados pelos organizadores em seu site institucional<sup>4</sup>, a ABPN é uma organização apartidária e sem fins lucrativos que atua no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial através da defesa e promoção dos diversos espaços de construção de conhecimento, prioritariamente, a partir dos pesquisadores/as negros/as e dos seus temas de interesse dialogando com propostas científicas, acadêmicas e/ou afins, que vão ao encontro do desenvolvimento político e cultural da sociedade e da população negra.

Assim, com o passar dos anos a ABPN se constituiu como uma das principais organizações de diálogo entre o movimento negro, a academia, o saber científico e a comunidade em harmonia com a implementação e monitoramento das políticas públicas que visam à construção de uma sociedade mais democrática.

Desse modo, entre as finalidades da ABPN, estão o fortalecimento profissional de pesquisadores/as; a consolidação de campos temáticos de pesquisas; a institucionalização de grupos de pesquisas e instâncias correlatas, face às exigências contemporâneas da diversidade e da multiplicidade da produção de conhecimentos no campo acadêmico, em particular, com a incorporação de estudos sobre relações raciais e sobre as populações historicamente discriminadas, com o intuito de refletir a riqueza de temáticas e de pesquisas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências da Natureza, Ciências da Saúde e Ciências da Linguagem e das artes e Ciências outras. (ABPN, 2000, p. 02)<sup>5</sup>

Em direção às finalidades da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, surge o COPENE, que é um fórum da ABPN e tem como um de seus objetivos promover essa integração entre os pesquisadores, negros e não negros, na articulação de uma “agenda nacional voltada aos estudos africanos e afro-brasileiros”. (ABPN, 2000, p. 02). Sua primeira edição aconteceu em novembro do ano 2000, ou seja, apenas três meses após a criação da ABPN e teve interlocução com os vários espaços societários, evidenciando a potencialidade do evento para a construção de reflexões sobre a temática étnico-racial, tendo em vista os avanços e as problemáticas que a população negra enfrenta no decorrer da história e ainda na

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.abpn.org.br/> acesso em 14 out.2021

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.abpn.org.br/\\_files/ugd/45f7dd\\_15d05d6b4d934c4ab75ab59bd1b3b17f.pdf](https://www.abpn.org.br/_files/ugd/45f7dd_15d05d6b4d934c4ab75ab59bd1b3b17f.pdf). Acesso em: 10 dez. 2021

contemporaneidade. Por esse motivo, sua construção está intrinsecamente ligada às lutas históricas mobilizadas principalmente pela Diáspora Africana que estão presentes de diversas formas na resistência de sua população, se tornando este um lugar necessário para trocas e práticas que atendam as nossas necessidades mais urgentes.

É notório que a criação dessas duas entidades de fomento teve uma relação direta com o momento histórico e com os acontecimentos de grande efervescência das últimas décadas do século XX, regidas pelo Movimento Negro Nacional, como a Marcha Zumbi dos Palmares: contra o racismo, pela cidadania e a vida; a grande demanda por mecanismos institucionais de combate ao racismo e as desigualdades raciais, como as Ações Afirmativas que foram ganhando espaços na sociedade; posteriormente, em 2001, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas que aconteceu em Durban, África do Sul, onde o governo brasileiro reconhece publicamente as situações de desigualdades dos afrodescendentes e lista medidas a serem tomadas no combate ao racismo e à discriminação racial.

Dado o contexto, a partir desse momento, caminhamos para o detalhamento do estado da arte das produções decoloniais no espaço de fomento demarcado a partir de cada edição bianual do COPENE; assim como apresentar suas intencionalidades e objetivos, acho pertinente detalhar os primeiros resultados encontrados e fundamentados nos descritores. Dessa forma, conseguimos ver em números os caminhos trilhados, possibilitando posteriormente um detalhamento dessas produções em diálogo com os objetivos e intencionalidades de cada ano de congresso.

**TABELA 2 – MAPEAMENTO POR DESCRITORES**

	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
<i>Decolonial</i>	-	-	-	-	-	-	1	28
<i>Descolonial</i>	-	-	-	1	-	-	-	19
<i>Decolonizar</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Descolonizar</i>	-	-	-	-	-	-	-	19
<i>Descolonização</i>	-	-	1	8	4	1	6	57
<i>colonialidade</i>	-	-	-	1	-	-	3	162

**Fonte: elaborada pela autora**

Contando com o recurso visual da tabela acima, podemos perceber o quanto o debate decolonial era escasso nos primeiros anos desse congresso; acredito que isso aconteceu pelo fato dessas temáticas serem recentes no Brasil. As próprias discussões e produções que consideram a perspectiva da modernidade/colonialidade, projetadas por intelectuais predominantemente da América Latina como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Arturo Escobar e Catherine Walsh, estavam ganhando uma ampla divulgação através do diálogo por meio das apresentações dos trabalhos desses autores. Como o COPENE tem por objetivo discutir os processos de produção de conhecimento através dos diversos segmentos da sociedade, essas produções têm uma multiplicidade de articulação, logo é válido destacar que esses números iniciais, a princípio, não estão falando exclusivamente do campo educacional.

Contudo, percebemos que esse tem se mostrado um espaço com um aumento considerável e de grande adesão da população negra em torno da promoção de uma sociedade equânime. Esse crescimento mostra a importância e relevância desse evento para todas as áreas do conhecimento que se fazem presentes nesse diálogo, contribuindo com as suas reflexões para um objeto comum: a reformulação da sociedade em que vivemos.

Partindo desses pontos, temos o I COPENE aconteceu em novembro do ano 2000 em Recife, no estado de Pernambuco, que teve como tema “O negro e a produção do conhecimento: dos 500 anos ao Século XXI”. Nesse espaço, a comissão organizadora e os pesquisadores iniciam um movimento de troca e estudo das produções recentes que esses sujeitos estavam promovendo, dialogando e refletindo sobre os avanços na produção do conhecimento no marco temporal estabelecido pelo título do evento. Segundo o site oficial da ABPN<sup>6</sup>, na aba “memórias”, esse evento contou com aproximadamente 320 pesquisadores e dois fatores chamaram consideravelmente a atenção da comissão organizadora: o primeiro foi a diversidade, a qualidade e o crescimento numérico da pesquisa; e o segundo, a falta de suporte material para o desenvolvimento dessas pesquisas, que se constituíam enquanto uma barreira para as mesmas, mostrando, assim, a dualidade e a divergência no interesse em promover a agenda dos pesquisadores afrodescendentes. Foi possível mapear, nesse primeiro evento, um total de 80 artigos apresentados e dentro desse quantitativo de trabalhos não tivemos artigos selecionados a partir das palavras-chaves/descriptores.

---

<sup>6</sup> Essa aba do site da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/os é um espaço construído para acesso às memórias dos COPENES. É importante destacar que uma parte considerável das informações contidas nessa dissertação foram obtidas nesse espaço, já que alguns Anais não contam com a contextualização daquele respectivo evento. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/memorias-copenes>. Acesso em 09 set. 2021.

O II COPENE aconteceu em agosto de 2002 na Cidade de São Carlos, em São Paulo, e teve por tema “De preto a afrodescendente: a pesquisa sobre educação das relações étnico/raciais no Brasil”<sup>7</sup>. Esse congresso deu continuidade as deliberações iniciadas no primeiro evento ocorrido em 2000, e através de um consenso, constituíram a não restrição de participantes não negros a ABPN com o objetivo de fortalecimento e troca entre os pesquisadores que estudam a questão racial ou se identifiquem com os processos que assolam a população negra, objetivando uma sociedade igualitária. Importante destacar que, tanto em 2000 quanto em 2002, houve uma grande concentração de pesquisadores nas áreas de conhecimento em educação, saúde, história, sociologia e antropologia.

Participaram desse evento aproximadamente 450 pesquisadores e seus estudos refletiam algumas mudanças sociais ocorridas nos anos 1990 em decorrência da articulação com o movimento negro, como a criminalização do racismo e da discriminação e a luta por políticas públicas compensatórias pelos danos causadas por ele. Algo de muito significativo que ficou evidente nesse ano de congresso é que ao se automearem enquanto negro/afro-brasileiro/afrodescendente, esse grupo tem buscado recriar/ressignificar sua participação enquanto coletivo na história. Foram mapeados nesse ano de evento um total de 133 artigos apresentados, porém nesse evento aconteceu o mesmo que no anterior, não tivemos trabalhos que dialogassem com as palavras-chaves/descriptores.

O III COPENE aconteceu em setembro de 2004 na Universidade Federal do Maranhão e teve como tema “Pesquisa social e políticas de Ações Afirmativas para Afrodescendentes”<sup>8</sup>. Seu tema teve uma grande relação com as demandas da luta antirracista e com o pioneirismo na adoção das leis de cotas para negros por algumas universidades do Brasil, como: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF e a Universidade Estadual da Bahia – UNEB.

Esse evento contou com um público estimado de 1000 pessoas, mostrando, segundo a comissão organizadora, a assertividade e consolidação do congresso que se realiza a cada dois anos. Foi um evento que aconteceu em articulação com a SECADI, SEPPIR e a Fundação Palmares, três órgãos do Governo Federal, mostrando uma importante articulação entre o Movimento Negro e os Pesquisadores. Conforme mostra a tabela número 1 desta pesquisa, em um mapeamento realizado nos anais desse evento foram encontrados um total de 147

---

<sup>7</sup> Anais desse evento disponível em:

[https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd\\_ad56ae114ca64741b5d0dcc551bf3973.pdf](https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd_ad56ae114ca64741b5d0dcc551bf3973.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

<sup>8</sup> Anais disponível em: [https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd\\_1f00f5bd5817421a9705ecc6e47c5acc.pdf](https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd_1f00f5bd5817421a9705ecc6e47c5acc.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

artigos/trabalhos, sendo esse o ano em que tivemos a primeira seleção de trabalho a partir das palavras-chaves/descriptores. O descritor “descolonização” foi encontrado no resumo do trabalho que tem por título: “Delineamentos para um programa de pesquisa, ensino e extensão afro-brasileiro: a contribuição de profissionais de diferentes áreas”, autora Andrea Barreto Rodrigues – UFSCar.

O IV COPENE aconteceu em setembro de 2006 na Universidade do Estado da Bahia com o tema “O Brasil Negro e suas Africanidades: Produção e Transmissão de Conhecimentos”. Esse é um COPENE que acontece a partir dos grandes avanços na legislação para a Educação das Relações étnico-raciais como a Lei 10.639/03, a resolução CNE/CP 01/2004 e as Ações Afirmativas que proporcionaram grandes debates, refletindo assim, nesse evento. Foi considerada a importância de dar continuidade às demandas apresentadas no ano anterior e um dado importante de se destacar é que na apresentação feita nos anais desse ano de evento foi salientada a importância de vislumbrar uma mudança de perspectiva que saísse dos modelos eurocêntricos para “galgar outros modos de pensar, sentir, expressar, viver, compreender e desnudar ideias e valores socioculturais denegados secularmente”<sup>9</sup>. Não temos comprovação referencial, mas entendo que essa ideia dialoga com a reflexão decolonial e talvez seja um indício sutil da aproximação dessa perspectiva no COPENE, por parte da comissão organizadora.

Em 2006, tivemos o primeiro artigo mapeado com os descritores “colonialidade” e “descolonial” cujo título é: “Teorias da descolonização, relações raciais e o estudo dos sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil” de Joaze Bernardino. O descritor “descolonização” apareceu 8 vezes, selecionando outros três artigos, o primeiro: “Estudos pós-coloniais, pensamento social no Brasil e movimento negro brasileiro: reflexões sobre impasses e perspectivas dessas interações” de Amauri Mendes Pereira; o segundo “O padrão estético do negro em Salvador” de Cassi Ladi Reis Coutinho; e o terceiro “Quando a roupa recebe a alma de quem usa – usos e significados das capulanas na sociedade Moçambicana” de Luciane da Silva. Totalizando 4 trabalhos selecionados no total de 335 artigos.

O V COPENE foi realizado em agosto de 2008 na Universidade Federal de Goiás e teve sua realização em parceria com a Universidade Católica de Goiás - UCG, com a Universidade Estadual de Goiás – UEG, o NEAAD/UFG e mais algumas entidades e órgãos governamentais.

---

<sup>9</sup> Programa geral e cadernos de resumos do IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 13 a 17 de setembro de 2006/Realização ABPN, UNEB, APNB. \_ Salvador: UNEB. 2006. 192p.:il. Disponível em: [https://9b4dc5f2-e6b8-4d8f-b4bc-65719c5a6aef.filesusr.com/ugd/45f7dd\\_528d2abc67354a68b9be2abc0fa51d54.pdf](https://9b4dc5f2-e6b8-4d8f-b4bc-65719c5a6aef.filesusr.com/ugd/45f7dd_528d2abc67354a68b9be2abc0fa51d54.pdf) Acesso em 10 set. 2021.

Teve como tema “Pensamento negro e antirracismo: diferenciações e percursos”<sup>10</sup> indicando a constante necessidade de se repensar a produção epistêmica dos pesquisadores negros que são frequentemente invisibilizados pela comunidade acadêmica/científica. A comissão organizadora desse ano destaca a importância da representação negra em diálogo com uma construção plural que considera as especificidades do pensamento feminista negro, a comunidade LGTBTT, hoje LGBTQIA+, e o diálogo com a comunidade negra que não estão nos espaços acadêmicos, mas que contribuem para a fomentação do que é ser negro no Brasil. Foi de grande relevância o COPENE ter acontecido nessa região brasileira, pois o congresso fomentou debates mais profundos com a população rompendo com a ideia de que não existem negros no Estado de Goiás e mostrando toda a diversidade e contribuição histórica que os negros desempenharam naquela Região. (ROTTTS. Alex, SILVA, Douglas, COSTA. Kênia Gonçalves, 2008, p. 7-9)

Em relação à pesquisa que se encaminha, nas buscas feitas nos anais do congresso de 2008 vimos que o descritor “descolonização” foi o único que apareceu neste ano, em um total de 4 vezes. Essas 4 ocorrências aconteceram uma única vez em cada trabalho, tendo no primeiro artigo a palavra aparecido no título, que foi: “A estética de Frantz Fanon e os processos de descolonização da consciência do colonizado” de Cláudia Miranda – PUC/RIO. A partir do segundo artigo, a palavra foi encontrada no resumo de cada trabalho, sendo eles: “A estética negra em Salvador” de Cassi Ladi Reis Coutinho – UNEB; “Resistências na obra lutar de Moçambique (1964-1968) de Patrícia da Silva Soares – CEPAE/UF; e por último “Ações Afirmativas, práticas políticas e intelectuais negras e projetos descolonizadores do conhecimento: uma perspectiva comparativa no atlântico negro” de Nádia Maria Cardoso da Silva – Sec. Ed. do Estado da Bahia. Para um panorama quantitativo desse ano de COPENE, dentro de um total de 307 artigos, apenas 4 foram selecionados a partir dos descritores, evidenciando mais uma vez o quanto a reflexão decolonial é incipiente nesse evento.

O VI COPENE aconteceu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em julho de 2010, tendo como tema “Afro-Diáspora, Saberes Pós-Coloniais, Poderes e Movimentos Sociais”<sup>11</sup>. Nesse ano, foi comemorado os 10 anos do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as o que mostra a sua consolidação e importância para a população e para o debate racial. Neste ano de congresso teve uma sessão especial cujo tema foi

<sup>10</sup> Anais disponível em: [https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd\\_331237e0410c4311b3cf719f688b30b8.pdf](https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd_331237e0410c4311b3cf719f688b30b8.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

<sup>11</sup> Anais disponível em: [https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd\\_c0f507dd65454f928dad6d37071e9706.pdf](https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd_c0f507dd65454f928dad6d37071e9706.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

“Epistemologias do Sul: diálogos pós-coloniais” e contou com a presença do professor Boaventura de Sousa Santos, Kabengele Munanga e foi coordenado pela Nilma Lino Gomes. Apesar dos diálogos pós-coloniais nem sempre conversarem com a perspectiva da modernidade/colonialidade, a frase “epistemologias do Sul” me sugeriu que talvez esse pudesse ser o panorama estabelecido naquela conferência. Dos 348 artigos apresentados nesse ano de congresso, apenas um foi selecionado a partir do descritor “descolonização”.

O VII COPENE aconteceu em julho de 2012 na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e teve como tema “Os desafios da luta antirracista do século XXI”<sup>12</sup>. É possível perceber, logo na capa dos anais dessa edição, que o mesmo aconteceu junto com outros três eventos: I Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Saúde da População Negra, I Seminário de Iniciação Científica da ABPN e o II Seminário Internacional de Pesquisadores/as Negros/as.

Foram contabilizados 231 artigos apresentados nesse ano de congresso e desse quantitativo geral, apenas 5 foram filtrados a partir dos descritores, que são: “Sobre raça, identidades e educação: buscando significados” da autora Cristiane Pereira Fontainha de Carvalho que em seu resumo contemplou as palavras “colonialidade” e “decolonial”; o segundo artigo foi “Ativismo negro, afirmação de negros e negras na universidade brasileira e descolonização do conhecimento – Novos desafios no século XXI” de Nádia Maria Cardoso da Silva e Wallace Rocha dos Santos que teve o descritor “descolonização” aparecendo 4 vezes em seu trabalho; o terceiro e o quarto, respectivamente, “As visitas do DR. Valdez à luz do pensamento de Frantz Fanon” de Wellington Marçal de Carvalho e “Dimensão social da ciência e da tecnologia no pensamento de Frantz Fanon” de Ivo Pereira Queiroz, nos dois trabalhos a palavra “descolonização” esteve presente em seus resumos; e por fim, o quinto trabalho do ano, “Branquitude e colonialidade de saber” da autora Ana Amélia de Paula Laborne.

O VIII COPENE teve por tema “Ações Afirmativas: cidadania e relações étnico-raciais”<sup>13</sup> e aconteceu em Belém do Pará em 2014. Seu caderno de resumos é um objeto bem denso, com muitas páginas e artigos completos, mas sem nenhuma introdução que fale um pouco sobre aquele congresso, que contextualize sua importância e mostre dados que possam ser comprados com a sua expressividade, além disso, mesmo com grande quantidade de produção, percebe-se que as ações afirmativas continuam sendo um tema de interesse a ser

<sup>12</sup> Anais disponível em: [https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd\\_15aec804ff4841d794366d9d0d43c1b2.pdf](https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd_15aec804ff4841d794366d9d0d43c1b2.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

<sup>13</sup> Anais disponível em: [https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd\\_95dd66c9656745cda66b0794f3a748dc.pdf](https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd_95dd66c9656745cda66b0794f3a748dc.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

debatido ao longo dos anos nesse espaço. Como foi salientado, esse foi um congresso com números expressivos, tanto na quantidade de aparição de cada descritores, quanto na quantidade de apresentação de trabalhos, já que foram contabilizados 431 artigos em seus anais. Desse quantitativo, 53 trabalhos foram filtrados a partir das palavras-chaves selecionadas, o que mostra também o crescimento do debate decolonial considerando os pequenos números que vínhamos encontrando no decorrer das análises anteriores. Para não ficar extenso, não irei detalhar cada trabalho por título e autor como fiz nos anos anteriores, mas irei apresentar mais à frente os trabalhos desse ano que dialogam com a educação, como é a proposta inicial da pesquisa.

Do total de 2.012 artigos no período analisado, tivemos apenas 68 trabalhos mapeados a partir dos descritores/palavras-chaves tendo seu pico de maior frequência – até o momento – no ano de 2014. Percebemos que as primeiras produções começaram a surgir a partir do descritor “descolonização” e como vimos anteriormente quando analisamos a perspectiva teórica das palavras-chaves selecionadas, “descolonização” é um descritor amplo e que abre a possibilidade para muitas abordagens que podem ou não contemplar o debate decolonial, se tornando mais uma questão a ser investigada.

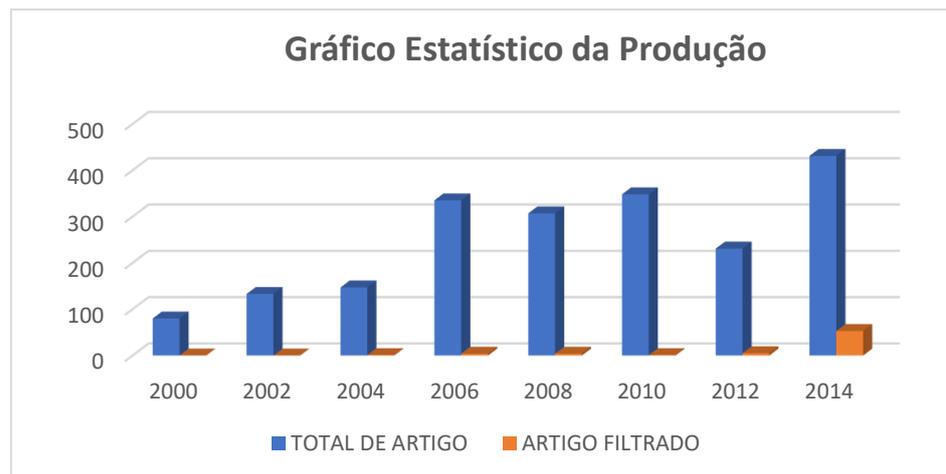
Outro dado que chama atenção é que com a crescente presença dos descritores a partir de 2014 a palavra que se destacou e apareceu com maior frequência, explícito na tabela 2, foi a “colonialidade”, evidenciando, nesse marco temporal, uma ligação com as produções relacionadas à modernidade europeia no âmbito macro. Embora estejamos considerando um total de produções/artigos, é importante evidenciar que os números expressos na segunda tabela são referentes à quantidade de vezes que aquele descritor apareceu nos trabalhos daquele respectivo ano, podendo acontecer do mesmo se repetir mais de uma vez no mesmo trabalho, como foi descrito no detalhamento de cada ano de COPENE.

Observando as temáticas, os objetivos e importância desse espaço formativo para construção de práticas não hegemônicas, podemos perceber que ao longo de sua história as mesmas foram se desenvolvendo com uma grande preocupação analítica das políticas de Ações Afirmativas e com a construção/produção de conhecimentos, porém como essas epistemologias ficam evidentes na sociedade? Acredito que a resposta para essa pergunta seja um dos desafios atuais, tendo em vista que quando falamos de educação estamos falando de contextos e de como projetamos esses conhecimentos pensando em ações futuras que dialogam com a luta antirracista.

Porém, fazendo um paralelo entre a quantidade das produções bianuais do COPENE e quantidade de trabalhos selecionados a partir dos descritores percebemos que ainda estamos

caminhando no entendimento da perspectiva decolonial e na construção das pesquisas. Apresento o gráfico abaixo com o intuito de comparar esses dados e verificar como o debate decolonial vem se desenvolvendo ao longo dos anos no Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.

### GRÁFICO 1 – CRESCIMENTO DAS PRODUÇÕES



**Fonte: elaborado pela autora**

Esse gráfico se faz necessário para que possamos visualizar em imagens o que foi descrito nos primeiros dados desse capítulo, ou seja, a consolidação e o crescimento do COPENE enquanto um congresso que foi se consagrando e se tornando indispensável para a promoção e troca entre os pesquisadores, mas que até o momento não vem privilegiando as reflexões decoloniais em seus estudos e pesquisas, comparado ao crescimento de suas produções.

### **O Estado da Arte: Caminhos e Desafios**

As pesquisas do estado da arte se tornam relevante justamente para nos ajudar a verificar os caminhos percorridos, fazer um balanço desses processos e projetar novas perspectivas de acordo com os objetivos traçados por aquele pesquisador. Portanto, esse projeto surge da necessidade de mapear as produções acerca do debate decolonial em diálogo com a educação das relações étnico-raciais para ir além de mostrar suas lacunas, evidenciando a importância e a urgência de colocar em prática as ações que nos levarão a viver em uma sociedade plural, que considere todos os saberes que foram silenciados por anos em nossa sociedade moderna ocidental.

Quando falo de estado da arte parto de autores como Ferreira (2002) para entender essa abordagem metodológica, com o intuito de realizar uma aproximação desta pesquisa que aqui se forma com as que já estão caminhando, articulando uma compreensão do estado de conhecimento que se tem do respectivo tema e direcionando o desenvolvimento e justificativa desta pesquisa de mestrado, comprovando sua relevância e contribuição para as ciências humanas e sociais, para a instituição, programa de pós-graduação e sociedade.

Sabemos que as pesquisas nascem de provocações que estão relacionadas com a vida daquele pesquisador, algumas imbricadas com um referencial teórico que antes de irem para o papel já estão na relação daquele ser. Essa experiência guia o olhar sensível e atento daquele sujeito para as questões que são postas no seu contexto, e assim aconteceu com o surgimento desta pesquisa. É notório que o referencial teórico sobre as reflexões decoloniais crescem com o decorrer do tempo, sendo articuladas com várias temáticas potentes que se interseccionam. No desafio de vislumbrar o estado de conhecimento dessas produções crescentes, percebi que esse mapeamento só seria realmente relevante quando em diálogo com uma ou mais perspectivas críticas. Assim, Ferreira (2002) nos diz sobre as pesquisas denominadas por estado da arte,

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 2)

Reconhecer como as questões vêm sendo discutidas ao longo dos anos a partir da reflexão decolonial em pesquisas educacionais no COPENE nos permite compreender como essas práticas estão sendo pensadas e colocadas em ação, além de possibilitar que esta dissertação se torne um lugar de busca futura para os pesquisadores que têm o mesmo interesse ou pretende ampliar os espaços não vistos por aqui.

Ainda com a contribuições de Ferreira (2002), percebemos que essa busca pode acontecer de diversas formas, como através dos títulos dos trabalhos, levando em consideração que eles devem apresentar a ideia principal daquela pesquisa. Outra forma de análise de dados são os resumos dos trabalhos, que com um maior detalhamento, possibilitam uma ampliação do conhecimento que está sendo proposto por aquela produção acadêmica. Um procedimento que foi adotado nesta pesquisa, quando os títulos e os resumos não davam conta da demanda

que se estabelecia no momento, seja porque não indicava precisamente a discussão estabelecida no artigo ou porque o descritor estava despreendido do contexto, foi ir até as referências bibliográficas do trabalho ou nas palavras-chaves, quando essas duas apareciam. Esse recurso possibilitou filtrar alguns outros artigos.

Foi possível perceber, em muitos momentos, que os resumos dos artigos não seguiam um padrão. Talvez por não ser estabelecido, ou pela dificuldade de síntese, ou até por não se ter o entendimento do que se deve conter em um resumo, porém essa não padronização tem sido algo que vem dificultando a análise no momento da pesquisa, já que nem sempre os padrões de busca podem ser respeitados no mapeamento das produções. Contudo, sabemos que não há um consenso de qual abordagem é a mais adequada para utilizar no mapeamento do estado da arte, e, assim, os pesquisadores definirão no momento de desenvolvimento da pesquisa quais serão os recursos utilizados para filtrar esses trabalhos, de acordo com as suas classificações de busca e objetivos.

No COPENE foi possível perceber que não existe um modelo padrão de envio de trabalho para todas as suas edições. Em alguns anos os artigos eram apresentados com título, resumo, vínculo institucional do autor e até palavras-chaves, já em outras edições, essas mesmas produções só continham os títulos, como é o caso do VI COPENE que aconteceu em 2010. Essa falta de informação se tornou um desafio, pois eram menos elementos para dialogar com os descritores ou para fazer a relação daquele artigo com o seu campo de atuação. No entanto, nesse mesmo ano de 2010, apenas 1 trabalho foi mapeado no meio de 348 produções. Porém, Ferreira (2002) nos faz refletir:

(...) um pesquisador jamais terá controle sobre seu objeto de investigação ao tentar delimitar seu *corpus* para escrever a história de determinada produção. Ou melhor, é ilusório pensar que, se tomar apenas os resumos encontrados no CD-ROM da ANPED, o pesquisador estará escrevendo a História da produção acadêmica da Educação sobre determinada área, no país. Ele estará, quando muito, escrevendo **uma das possíveis** Histórias, construída a partir da leitura desses resumos. (FERREIRA, 2002, p. 13)

Nesse sentido, com um olhar atento às fontes documentais que se tornaram objetos desta pesquisa entendemos, a partir de Ferreira 2002, que aqui contamos apenas uma das partes possíveis de todo o processo histórico do COPENE, fazendo seu paralelo com o debate decolonial e tentando aproximar suas contribuições para o campo educacional aos atores que estão em diálogo com esses espaços. Portando, após essa primeira fase de análise, agora caminharemos com o mapeamento do estado da arte em produções do campo educacional. Essa é uma parte mais sistemática da pesquisa, pois contará com a leitura crítica de todos os dados

que os artigos nos fornecem com o objetivo de identificar se os mesmos dialogam com as reflexões decoloniais em educação.

Levando em consideração o que é preconizado pelas Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no que envolve a fomentação de recursos para a construção de um saber antirracista faz-se necessária a reflexão e análise dos estudos que já vêm sendo produzidos para, a partir dessa delimitação teórica, projetar o quanto ainda é necessário discutir, pesquisar e caminhar, considerando a condição de prejuízo histórico que os povos subalternizados, aqui em questão os negros, carregam em relação ao seu modo de viver na sociedade a partir da relação com a modernidade/colonialidade.

Um dos primeiros obstáculos que encontramos nesta pesquisa foi em relação à quantidade de produção existente nesses longos anos de realização do COPENE. Hoje, já sabemos de sua consolidação, então no momento em que definimos o lócus da pesquisa já imaginávamos o tamanho da carga de leitura necessária para esse mapeamento. Mas, não contávamos com um dado de máxima importância: os anais das sétimas primeiras edições do evento estão digitalizados, não possibilitando a utilização de recursos de buscas que facilitaríamos o mapeamento dessas produções. Ou seja, esse foi um trabalho que aconteceu manualmente, arquivo por arquivo, e que demandou um tempo considerável dedicado às leituras de todo o conteúdo que estava impresso naquelas páginas.

O Congresso de Pesquisadores/as Negros/as apresenta um formato diferente de organização dos seus anais a cada ano. Alguns apresentavam capa com a arte escolhida para representar aquele ano e temática com contextualização do tema, outros eram divididos por dias/horários e as respectivas atividades. Encontramos organização sem sumário, apenas com os resumos dos artigos; outras já apresentavam os artigos completos; às vezes um mesmo documento começava de um jeito e mudava sua organização completamente no decorrer das programações. Essa contextualização serve apenas para evidenciar o quanto essa busca demandava atenção, uma leitura atenta e tempo dedicado ao mapeamento.

Outro obstáculo importante de destacar foi em relação à qualidade de alguns anais. Sabemos que os arquivos digitalizados tendem a perder sua qualidade nesse processo, ainda mais sendo esses arquivos antigos. Algumas páginas se apresentavam manchadas, outras com a tinta bem fraca, borradas ou até mesmo quase ilegíveis. O trabalho de tentar resgatar o que estava escrito naquelas páginas, com o intuito de garantir ao máximo a qualidade da pesquisa e não perder nenhum dado, foi gigantesco.

Partindo do ponto de análise do gráfico 1, já é possível perceber que as produções que são apresentadas no COPENE ainda estão caminhando em pequenos passos na articulação com os campos de investigação e, embora os números comecem a aparecer, nos mostrando os primeiros artigos e como anda seu estado de conhecimento, ainda é preciso delimitar mais essa busca, levando em consideração o diálogo dessas pesquisas com a educação.

Portanto, seu processo de delimitação aconteceu da seguinte maneira: primeiro, foram excluídos os textos que traziam algumas questões que referenciam a discussão decolonial, mas não caminham em diálogo com a perspectiva da Modernidade/Colonialidade; a segunda delimitação foi em relação aos textos que fazem o diálogo decolonial, referenciando os autores das fontes primárias desse campo, mas não dialogam com as temáticas pedagógicas.

Com essa delimitação, os números que já eram inexpressivos foram caindo ainda mais, de 68 artigos filtrados inicialmente pelos descritores, apenas 8 estavam dentro dos critérios estabelecidos pela segunda delimitação, ou seja, em 8 edições do COPENE e da gama de trabalhos apresentados nesse marco temporal tivemos apenas 1 artigo que dialogasse com as reflexões decoloniais no campo educacional em 2012 e 7 artigos em 2014. Sendo eles apresentados na tabela a seguir:

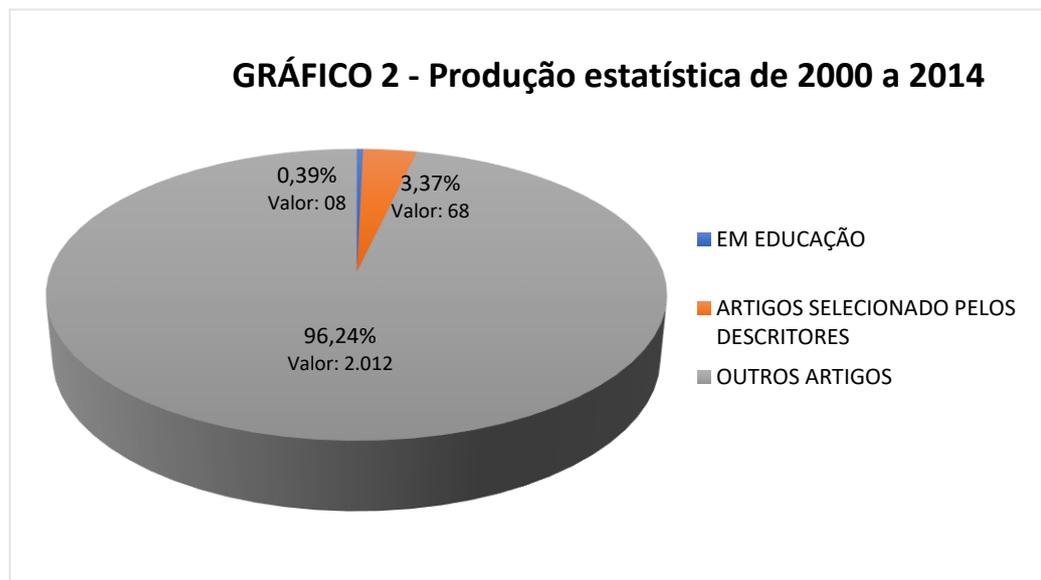
**TABELA 3 – Artigos em diálogo com a reflexão decolonial em educação**

<b>VII COPENE – 2012</b>	
1.	“Sobre raça, identidades e educação: buscando significados”. <b>Autora:</b> autora Cristiane Pereira Fontainha de Carvalho. RJ.
<b>VIII COPENE – 2014</b>	
1.	“Conhecimentos, imagens e percepções sobre os povos africanos e afro-brasileiros nos livros didáticos: um olhar decolonial”. <b>Autores:</b> Eugênia Marques - UFGD, Valéria A. Calderoni – UCDB e Hildete Bolson – SEDUC/MS.
2.	“Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e os desafios para a formação de professores”. <b>Autora:</b> Givânia Maria da Silva – INCRA.
3.	“Referências compulsórias, espontâneas e pedagógicas no trato da educação étnico-raciais: limites e possibilidades de descolonização dos currículos”. <b>Autores:</b> Michele G. Ferreira – SEDUC - PE/FAFICA e Janssen Felipe da Silva – UFPE.
4.	“Religiosidade Afrobrasileira e a Lei 10.369/03: algumas considerações”. <b>Autora:</b> Eloisa Lopes de Oliveira – UFRRJ
5.	“A Lei 10.639/03 na construção do projeto africanidades e as polêmicas religiosas presentes” <b>Autor:</b> Júlio Cesar A. dos Santos – SEEDUC/RJ,
6.	“A poesia de Solano Trindade recitada na história”. <b>Autora:</b> Eliane Almeida de Souza e Cruz – SEMED/Prefeitura Municipal de São Gonçalo.
7.	“Pensamento Social e político de África, Ásia e América Latina: uma experiência de ensino de África no curso de ciências sociais da UFRRJ”. <b>Autora:</b> Luena Nascimento Nunes Pereira

**Fonte: elaborada pela autora**

Dessa forma, temos apresentado os oito artigos que dialogam com as teorias chamadas decoloniais em educação até o ano de 2014 do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. Mesmo nos deparando com a escassez de produção no marco temporal destacado, observamos que esses números vêm crescendo nos últimos anos, o que nos permitirá compreender, no final deste estudo, como as temáticas em educação foram se desenvolvendo e se solidificando nesse espaço de produção e, através desses artigos mapeados, abarcar novas práxis que caminhem incitando mudanças principalmente na relação construída a partir da ideia de raça pela sociedade moderna capitalista, desmistificando os códigos racistas que persistem em fortalecer as desigualdades.

Neste caminho entre teoria e prática, em um movimento de reflexão/ressignificação que se propõe a pensar novas formas de existência que promovam um diálogo com atividades de combate ao racismo e considerando o aumento gradativo das produções nesse espaço de fomento no qual esta pesquisa está debruçada, é possível criar uma hipótese de que nas análises dos anos seguintes (2017, 2018 e 2020) as temáticas estarão mais desenvolvidas e próximas da pedagogia decolonial, mostrando a força desse debate em consonância com a legislação e a educação das relações étnico-raciais.



**Fonte: criado pela autora**

Em um movimento analítico, até o presente momento, considerando que o principal objetivo dessa pesquisa é fazer um mapeamento do estado da arte das produções decoloniais em educação nos anais do COPENE, percebemos que os dados estatísticos até 2014 nos mostram que tais produções representam menos de 1% do total de artigos apresentados nesse espaço de fomento. Com isso, retomamos também a questão inicial que vem problematizando

esta dissertação, que é como as produções, especificamente dos pesquisadores/as negros/as, vêm dialogando com a opção decolonial e contribuindo para projeções, inserções e mudanças no campo educacional através de uma Pedagogia decolonial.

O estado da arte até o dado momento vem nos mostrando que esse é um caminho que ainda está sendo construído com os diversos atores da sociedade e articulado com os variados campos de investigação, para além disso, temos também a ampliação do acesso às produções dos autores referenciais da opção decolonial e a fomentação de debates nos espaços formais e não formais de educação. Portanto, apesar dos números inexpressivos até o dado momento, esse cenário nos traz a esperança de que a próxima etapa de investigação trará um estado de conhecimento mais consolidado e dialógico com a educação brasileira, permitindo, além de um reconhecimento dos estudos que estão sendo realizados, um apontamento para possíveis caminhos.

### **O estado da arte nos anos 2017, 2018 e 2020**

Olhando esses trabalhos e o mapeamento realizando até o momento, conseguimos perceber que, apesar da sua expressão numérica não ser tão significativa frente aos números totais de trabalhos apresentados, eles caminham para a construção de um mundo “outro”, dialogando criticamente com as experiências e resgatando os infinitos conhecimentos que foram subalternizados pela colonialidade do poder, do saber e do ser, além de possibilitar o resgate histórico e cultural dos nossos saberes ancestrais.

O Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as foi seguindo sua trajetória conforme necessidade especificada no momento de sua criação e com passar dos anos essas urgências foram tomando novas formas e proporções. O território brasileiro conhecia cada vez mais o poder das relações estabelecidas por meio da internet/redes, tivemos a volta das grandes manifestações populares que tomaram as ruas das principais cidades do país exigindo melhorias, e em um movimento muitíssimo articulado, o golpe parlamentar de 2016 que resultou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente em 2014. Esses acontecimentos abriram espaços para a retomada de uma pauta neoliberal que estava sendo vencida perante a sociedade, e assim, experimentamos o crescimento de uma onda conservadora que nos atingia em cheio. Considerando o histórico do Copene enquanto um congresso bianual onde sua última realização foi no ano de 2014, o próximo evento deveria ter como data o ano de 2016, porém não foi o ocorrido. Em 2016, não tivemos um Copene Nacional, sendo esse realizado apenas em 2017. Não encontrei a justificativa para tal mudança

em seus anais ou site oficial. Dessa forma, tivemos dois anos consecutivos de Copene Nacional, 2017 e 2018, tendo o último acontecido na data programada conforme origem.

Dessa forma, tivemos o desenvolver dos seguintes temas no COPENE:

**TABELA 4 – MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES: 2017 – 2020 (sem recorte)**

	TEMA	TOTAL
<b><u>2017 – IX COPENE</u></b>	Novas fronteiras da intolerância racial: Velhas práticas de discriminação e novos espaços – Universo Web	<b><u>265</u></b>
<b><u>2018 – X COPENE</u></b>	(Re) Existência intelectual Negra e Ancestral	<b><u>473</u></b>
<b><u>2020 – XI COPENE</u></b>	Negras escrituras, interseccionalidades e engenhosidades	<b><u>320</u></b> <b>(aprox.)</b>

**Fonte: elaborada pela autora**

Chegamos ao ano de 2017 com a necessidade de discutir as impunidades e os mascaramentos que o mundo cibernético proporciona para a sua rede de usuários e, fugindo a regra de ser um congresso bianual, o IX COPENE que aconteceu neste referido ano na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, trouxe como tema as “Novas fronteiras da intolerância racial: Velhas práticas de discriminação e novos espaços – Universo Web” para colocar em pauta e trazer mais visibilidade às reflexões sobre como o uso da internet vem intensificando a propagação das velhas práticas racistas baseadas principalmente na falsa certeza de impunidade. Com ataques racistas cada vez maiores, o evento se propõe a discutir também as políticas públicas de combate à essas práticas no universo web.

Seu caderno de resumos<sup>14</sup>, bem estruturado e em formato que possibilita o uso de recursos de procura do Adobe, conta com aproximadamente 300 trabalhos divididos nos diversos grupos temáticos. Dentro desse quantitativo aproximado foi mapeado um total de 19 artigos através dos descritores “decolonial, descolonização e colonialidade”, porém apenas 10 fazem diálogo com a opção decolonial em educação. Nesse ano não tivemos trabalhos mapeados pelos descritores “descolonizar, decolonial e decolonizar”.

Na medida em que os anos foram se passando, a quantidade de artigo mapeado pelos descritores foi se tornando expressiva, por esse motivo seguiremos a lógica de explanação dos

<sup>14</sup> Disponível em [https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd\\_fa01a9d564a54e119bda44f0031f05e5.pdf](https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd_fa01a9d564a54e119bda44f0031f05e5.pdf). Acesso em 26 julho de 2022.

trabalhos adotada no ano de 2014, que é de apresentar apenas os que fazem diálogo com a opção decolonial em educação, e não o panorama geral de todos os trabalhos mapeados pelos descritores. Desta forma, segue a lista dos artigos do IX COPENE 2017:

**TABELA 5 – Artigos em diálogo com a reflexão decolonial em educação  
IX COPENE 2017**

<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Antirracismo, desobediência epistêmica e descolonização dos currículos escolares: a luta continua. <b>Autora:</b> Michele Guerreiro Ferreira</li> <li>2. Uma visão decolonial das epistemologias de um programa de pós-graduação em educação científica e tecnológica. <b>Autora:</b> Carolina Cavalcanti do Nascimento</li> <li>3. Corpos negros: a política da colonização e possibilidades de descolonização da racialização. <b>Autora:</b> Michele Lopes da Sila Alves</li> <li>4. Intelectuais negros e mestres(as) dos saberes tradicionais: no limiar de um pensamento. <b>Autor:</b> Egnaldo Rocha da Silva.</li> <li>5. A descolonização do currículo escolar a partir das reflexões sobre o centenário do samba na sala de aula. <b>Autora:</b> Luciana Guimarães Nascimento</li> <li>6. Currículo descolonizado, educação antirracista: antigos dilemas, novos desafios. <b>Autora:</b> Patrícia de Barros Marques</li> <li>7. As africanidades como manifestações transnacionais, diaspóricas e híbridas em sociedades racializadas: análise das representações, o reconhecimento e a valorização através do currículo de história. <b>Autor:</b> Martín Fernández Ramírez</li> <li>8. Educadoras negras: encruzilhando trajetórias, formações e práxis docente. <b>Autora:</b> Demaísa de Sousa Alves</li> <li>9. Entre a ausência e a invisibilização: a história africana e afro-brasileira nos relatórios finais de estágio supervisionado do curso de História da UDESC (2000?2006). <b>Autora:</b> Maíra Pires Andrade</li> <li>10. Desaprender o colonialismo: uma via d’uma práxis antirracista em arte-educação. <b>Autora:</b> Soane Piuna Batista de Souza</li> </ol>
---

**Fonte: elaborada pela autora**

Com 10 artigos selecionados em um único ano é possível perceber que a hipótese levantada no final do capítulo anterior tem uma alta probabilidade de estar certa, aliada aos acontecimentos nacionais, as possibilidades de traduções dos textos para o português e a facilidade de divulgação atrelado ao acesso à internet estar mais difundido no país. Interessante observar também, através dos títulos desses trabalhos, que pelo menos metade deles estão debruçados no campo do currículo e que os textos selecionados pelo descritor “descolonização” têm, exclusivamente, esse recorte.

Acontecendo em dois anos consecutivos, em outubro de 2018, tivemos a realização do X COPENE na Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais, em parceria com o

Consócio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – CONEABs, tendo como tema “(Re) Existência intelectual Negra e Ancestral”.

Dezoito anos após seu início e chegando à marca do décimo encontro, o COPENE permanece caminhando com os objetivos formulados lá no início de sua jornada, marcando sua (Re)existência através de sua continuidade, ressignificação, bem como por meio das produções intelectuais de seus pesquisadores e da articulação com o movimento negro, os movimentos sociais e educacionais no país. Dessa forma,

O X COPENE foi marcado pela disposição para instaurar na ABPN um espaço permanente de discussão sobre as relações de gênero na formação de pesquisadores. Ademais, foram diretrizes da organização do evento: a) observação da proporcionalidade de gênero na composição da programação geral do evento, e das temáticas relativas às mulheres negras; b) garantir a ampliação da relação da ABPN com a Educação Básica buscando ampliar a participação dos NEABs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros) e dos/as profissionais da Educação Básica na programação do X COPENE. c) investir no diálogo com os Movimentos Sociais de forma particular com o Movimento Negro, contemplando a participação deles no X COPENE; d) ampliação do diálogo entre a ABPN e as Comunidades Quilombolas; (REVISTA DO X COPENE, P.17)<sup>15</sup>

Outra iniciativa bastante interessante foi a realização do 1 Copeninho destinado às crianças, com o objetivo de atender aos filhos dos envolvidos no congresso, tanto em sua organização quanto aos que iam apresentar suas comunicações, ofertando um ambiente seguro, lúdico e educativo às crianças de 3 a 13 anos. Nesse espaço elas tiveram a oportunidade de participar de oficinas relacionadas à temática étnico-racial, tanto quanto na “formação da identidade no combate das diversas formas de racismo e segregação da população negra”. (REVISTA DO X COPENE, p. 110). Sendo assim, é possível perceber o quanto esse evento foi grandioso, assim como sua organização cuidadosamente pensada para acolher esses pesquisadores que marcam sua (re)existência negra e ancestral, tanto na academia, quanto na sociedade.

É incrível perceber sua organização até nos anais<sup>16</sup> disponibilizados eletronicamente no site, em ordem alfabética e completo. Foram disponibilizados 473 artigos no total com os mais diversos temas e após finalizar a procura utilizando as palavras-chaves em cada um desses arquivos, chegamos ao total de 76 artigos selecionados pelos descritores dessa pesquisa. Um número bastante significativo, tendo em vista todo o percurso que vem se desenhando por aqui.

---

<sup>15</sup> Revista do X COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores negros 12 a 17 de novembro de 2018 Uberlândia – MG. Disponível em [https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3616](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3616) Acesso em 27 de jun. 2022.

<sup>16</sup> Anais disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares> Acesso em 27 de jun. 2022.

Nesse ano, especificamente, os artigos estavam completos, por isso tive mais elementos para analisar e selecionar os mesmos, como por exemplo, as referências bibliográficas, e dentro desses 76 artigos apenas 7 fazem diálogo entre a perspectiva decolonial e a educação. Muitos chegaram a pincelar essa interlocução, mas não citavam autores referência do debate decolonial, como: Quijano, Mignolo, Walsh etc. e assim, não se aproximaram da perspectiva teórica Modernidade/Colonialidade, o que é uma categoria de corte dessa pesquisa. Sendo assim, seguem os sete artigos mapeados no X COPENE:

**TABELA 6 – Artigos em diálogo com a reflexão decolonial em educação X COPENE 2018**

- |   |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Práticas Pedagógicas OUTRAS, a partir de Professoras Negras em espaços formais e não formais de aprendizagens. <b>Autora:</b> Ana Beatriz da Silva</li> <li>2. Pedagogia Decolonial no ensino da geografia: saberes periféricos a partir da obra "quarto de despejo- diário de uma favelada "de Carolina Maria de Jesus. <b>Autora:</b> Bruna Conceição de Souza</li> <li>3. Corpo e corporeidade negra na Educação Física escolar: possibilidades e novas tensões a partir da lei 10.639/03. <b>Autor:</b> Bruno Henrique de Paula</li> <li>4. Para além do black-power: estéticas das práticas e escritas de mulheres negras na educação por uma afro-(re)existência. <b>Autora:</b> Célia Regina Cristo de Oliveira.</li> <li>5. O Quilombo, a Favela e o Estado: Criminalização das Classes Populares e Políticas Públicas de Educação. <b>Autora:</b> Danielle Tudes Pereira Silva.</li> <li>6. Transgredir para educar: das mulatas de Di Cavalcanti a propostas pedagógicas engajadas e decoloniais. <b>Autora:</b> Mirella Aparecida dos Santos Maria</li> <li>7. GPS UBUNTU: saberes e artefatos etnomatemáticos na comunidade remanescente quilombola Colônia do Paiol em Minas Gerais. <b>Autor:</b> Reginaldo Ramos de Britto.</li> </ol> |
|---|

**Fonte: elaborada pela autora**

Todos esses artigos foram mapeados por mais de um descritor, o único que não apareceu em nenhum dos trabalhos foi o descritor “descolonial”. É notório que esses são textos com propostas inovadoras em educação e que se articulam com saberes populares, invisibilizados, porém ainda presentes em nosso território. Mesmo tendo sido um congresso muito potente e sua organização tendo estabelecido como diretriz do evento privilegiar o campo educacional, garantindo a participação dos NEABS e dos profissionais da Educação Básica, essa iniciativa não refletiu diretamente nos números de produções decoloniais em educação, o que nos mostra que esse caminho precisa receber incentivos, como este que aconteceu no X Copene, para que possa se desenvolver e gerar práticas antirracistas contra as colonialidades presentes na sociedade contemporânea.

E assim chegamos ao último ano de análise desta pesquisa. Um ano mais que difícil, onde as desigualdades ficaram ainda mais latentes, marcado por muita dor, sofrimento e pelo isolamento social. Esse ano é 2020 e suas consequências ainda se fazem presentes nos dias de hoje, enfrentamos um modo de vida desconhecido e inimaginável, ousado dizer, mesmo diante de todos os gatilhos, que estamos resistindo e que continuamos a luta por nós e pelos nossos.

O XI COPENE aconteceu no mês de novembro desse referido ano na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, tendo o apoio e parceria da ABPN e do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros – NEAB/UFPR, sob o tema “Negras escrituras, interseccionalidades e engenhosidades”.

Esse ano de evento revelou surpresas interessantes: a primeira é que ele aconteceu de forma híbrida por causa da pandemia, porém não deixou de acontecer, marcando mais uma vez a nossa resistência e mostrando que “Apesar das acontecimentos do Banzo”, uma frase que se refere a uma escritura de Conceição Evaristo e que deu abertura ao Caderno de Resumos de 2020, estamos na luta; e a segunda é que esse Copene representa uma marca da discussão e reflexão decolonial dentro desses anos, mostrando, mais uma vez, que estamos caminhando em um percurso propositivo.

Isso se dá pelo fato do primeiro eixo já compor uma das palavras-chaves selecionada por essa pesquisa, que é a “descolonial”, sendo assim, temos “Literaturas Africanas/Afro-brasileira e linguagens descoloniais” como tema desse Eixo. Mesmo após nosso posicionamento nesse estudo referente a este termo, entendemos a importância de considerá-lo, logo é uma alegria ver esse marco, pois sinaliza uma certa atenção aos estudos que vêm sendo desenvolvidos. Dentro de todas as sessões temáticas desse Eixo, só tivemos um trabalho selecionado, o que não é uma grande surpresa, já que entendemos que essa perspectiva pouco dialoga com a reflexão do grupo Modernidade/Colonialidade.

Contudo, outras 9 sessões temáticas foram mapeadas a partir dos descritores, nem sempre seguindo o caminho de diálogo estabelecido por essa pesquisa, mas é um dado que não podemos deixar passar despercebido, porque nos ajudam a entender os percursos que essas palavras estão trilhando nos diversos espaços. A saber, foram essas as sessões temáticas: 1) Literaturas Africanas/Afro-brasileira e linguagens descoloniais, 2) Linguagens, literaturas de escrituras e reexistência negras: decolonialidades no ensino de língua e de literatura antirracista, 3) Corpos negros, educação decolonial e ancestralidade, 4) Pedagogia decolonial, antirracista, antissexista e antiLGBTfóbica: interculturalidades e interseccionalidades no contexto educacional, 5) Esforços conjuntos de pesquisa em pensamentos negro decolonial americano, 6) Aquilombar-se: modos de existir e reexistir em coletividades pretas, 7)

Musicalidades/corporalidades africanas e afrodiaspóricas: cultura popular, perspectivas étnico-raciais e insurgências epistemológicas, 8) Juventudes negras e indígenas: encarceramento e genocídio – reflexões decoloniais e interseccionais, e 9) Representatividade negra na mídia, no cinema e no audiovisual africano e afro-diaspórico.

Chegar nesta fase da pesquisa com o debate sendo proposto e representado através de 9 sessões temáticas com temas variados é animador, pois evidencia que os pesquisadores/professores/ativistas/organizadores estão trabalhando intensamente contra a colonialidade em todas as esferas da sociedade.

Esse reflexo é perceptível também nos números de trabalhos mapeamos nos anais<sup>17</sup> desse ano de evento. Apesar do grande volume de resumos, pois foi um congresso com números expressivos de trabalhos publicados, esse arquivo está em formato PDF, o que contribuiu para a garimpagem dos mesmos. Foi possível notar que o descritor “decolonial”, especificamente, ficou muito popular nas produções de 2020, o que não facilitou a seleção dos arquivos, pois foi preciso uma leitura mais profunda e detalhada, utilizando outros bancos de pesquisa na tentativa de encontrar o artigo completo e assim verificar sua relação com o debate decolonial. Inclusive, alguns desses textos não foram encontrados, tendo sido, assim, desconsiderados por esta pesquisa.

Vimos no decorrer deste estudo apontando alguns limites e desafios para a sua efetivação, principalmente quando falamos na relação/preocupação com a qualidade desta pesquisa, pois assim como citado por Ferreira 2002, uma pesquisa do Estado da arte já apresenta em si suas características desafiadoras. Contudo, mesmo diante desses desafios que nos fazem encontrar soluções antes não pensadas e planejadas, alguns bem específicos como o último apresentado, foi possível mapear através um total de 100 artigos com os mais diversos temas correlacionados, o que também é uma característica do XI Copene. Desses 100 artigos, apenas 27 fazem diálogo com a opção decolonial em educação e serão apresentados a seguir.

---

<sup>17</sup> Anais disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/liQHs9gW45UBuAfmJYO4NKS608SelU1Ug>. Acesso em 16 ago. de 2022.

**TABELA 7 – Artigos em diálogo com a reflexão decolonial em educação  
X COPENE 2020**

1. A prova de redação do Enem, epistemicídio e colonialidade do ser. **Autores:** Maria Inês Carvalho; Cloris Porto Torquato.
2. Estética decolonial: uma análise da montagem coreográfica da comissão de frente Dascuia 2020, do artógrafo Jessé da Cruz. **Autores:** Jesse da Cruz; Edivania Breguez da Cunha; Gabriela da Conceição; Jéssica Carolina Ceccato Dalsenter.
3. Percursos afrocentrados na luta antirracista: relato de experiência de pesquisadores pretos do grupo de estudos insurgir. **Autores:** Tamires Torres da Purificação; Ellen de Cássia Pinto; Washington Santos dos Reis.
4. Educação decolonial no contexto da pedagogia griô e suas interfaces com os modos de ser professor em comunidades quilombolas. **Autores:** Luciana de Araújo Pereira; Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios.
5. Brasil, o teu nome é Dandara. **Autores:** Joana Maria Leôncio Núñez; Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios; Ana Claudia Lemos Pacheco.
6. Aprenda que não somos frágeis: colonialidade da educação pela paz e caminhos para decolonizá-la. **Autor:** Nycolas Candido da Silva Lau.
7. Decolonialidade, educação antirracista e currículos: considerações sobre a experiência em uma escola da periferia de Duque de Caxias. **Autores:** Fabiana Nunes da Silva Guimarães; Rogerio Mendes de Lima.
8. Raízes decoloniais para uma educação do sensível: reflexões sobre formação docente. **Autora:** Marília Renata Félix Rodrigues.
9. Ensino de história e literatura: metodologias outras na construção do conhecimento acerca das áfricas a partir da escrita literária de Flora Nwapa. **Autora:** Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano.
10. Oficinas de literatura africana: proposta decolonial para a abordagem de raça e gênero na escola. **Autores:** Janine Monteiro Moreira; Rebeca Patrícia M. Machado; Ana Lúcia Nunes de Sousa.
11. Repensando a história do povo negro no brasil, educação antirracista e decolonial na/pós pandemia covid-19: o samba e a arte carnavalesca na escola. **Autora:** Ana Lúcia da Silva.
12. O trabalho de campo na educação antirracista: um olhar geográfico sobre o território de Nova Iguaçu. **Autores:** Vinicius de Luna Chagas Costa, Diomario da Silva Junior.
13. Territorialidade e ancestralidade: educação escolar quilombola e o diálogo com os pressupostos do enfoque decolonial. **Autora:** Sílvia Regina Teixeira Christóvão.
14. O pensamento decolonial e suas contribuições para o debate racial no campo da educação. **Autora:** Denise Gonçalves da Cruz.
15. A pedagogia dos terreiros de matriz africana: uma etnografia do ciclo de debates meninas de oyá. **Autores:** Camila Botelho Schuck; Lucilene Guimarães Athaide; Sueli Angelita da Silva.
16. Decolonizando livros didáticos: insurgência epistêmica. **Autor:** Paulo Gustavo da Costa Santos.
17. Construções estéticas e simbólicas como estratégias antirracistas nas aulas de artes visuais na escola básica. **Autores:** Christiane Cardoso Ribeiro; Rogerio Mendes de Lima.

18. Práxis decoloniais e antirracistas em física no colégio estadual compositor Manacéia José de Andrade.  
**Autores:** Rodrigo Fernandes Morais; Antonio Carlos Fontes dos Santos.
19. Investigando a educação financeira numa perspectiva decolonial: superando as propostas hegemônicas e analisando os movimentos de auto-organização financeira popular. **Autora:** Tamires Torres da Purificação.
20. Discursos de rap: imaginário e ensino de ciências na América Latina. **Autor:** Roberth De-Carvalho.
21. Decolonizando tempos, espaços e memórias: diálogos com professores na província da Huíla em Angola. **Autor:** Elison A. Paim.
22. Um debate sobre as epistemologias africanas e afro-diaspóricas e a importância para a educação das relações étnico-raciais (erer). **Autores:** André Vinício Bialeski Vieira; Marcos Rodrigues Silva; Maria Helena Tomaz.
23. “Se você é negra, eu também sou!”: narrativas infantis que denigrem a escola e o axé das crianças como potência formativa. **Autora:** Camila Machado de Lima.
24. Práticas educativas antirracistas de mulheres nos quilombos contemporâneos. **Autores:** Jaqueline Cardoso Zeferino; Joana Célia dos Passos.
25. Os desafios de uma educação antirracista: o que tem a nos dizer os educadores? **Autoras:** Katianny de Lima Soares; Renata Waleska de Sousa Pimenta.
26. Educação antirracista: práticas de resistências negras na sala de aula. **Autora:** Josiane Beloni de Paula.
27. Relato e análise de experiências educacionais em um projeto formativo voltado à educação popular a partir de narrativas de vida. **Autores:** Cláudio Humberto Lessa; Nelson Nunes dos Santos Júnior; Ana Flávia Sílvia Pinto; Júlia Leite Bernardino.

**Fonte: elaborada pela autora**

Após um longo processo trabalhoso e desafiador que esta pesquisa se propôs a fazer, chegamos ao último ano de mapeamento do Estado da Arte com um número significativo comparado ao seu desenvolvimento temporal. Muitos foram os desafios que permearam essa pesquisa, como: o alto número de leituras, levando em conta o crescimento do Copene e que o formato inicial dos anais não permitiam a utilização dos recursos de busca do Adobe, as leituras foram realizadas uma a uma até 2012; materiais sem muita qualidade de preservação, o que dificultou muito a leitura e identificação dos textos; anais sem padronização, sendo necessário realizar o mapeamento considerando itens delimitadores que a priori não foram pensados pela pesquisa; o uso desenfreado de alguns descritores sem correlacionar o artigo com a perspectiva teórica que essas palavras representam, etc. É possível dizer também que o entendimento, a vivência e a referência à Pedagogia Decolonial, seja através do coletivo, dos debates ou dos textos, tem proporcionado mais ações dentro dos diversos campos epistêmicos e isso se mostrou evidente com o desenvolvimento dessa temática no XI Copene.

Um dado importante a ser considerado é que esse não é um congresso específico da área de educação, o que significa, em dados quantitativos, uma redução numérica dessas produções. Mas, sabemos que em uma pesquisa “quali+quanti” o seu produto mais significativo tem uma relação não mensurável nos números. Como por exemplo a notoriedade de que os dados apresentados até o momento, sobre essas produções, estão divididos por eixos temáticos, levando até mesmo em consideração o que foi dito anteriormente sobre esse ser um espaço de vasto interesse dos pesquisadores. Dessa forma, apresentaremos quais são os eixos/temas que vêm se destacando nesse debate, assim como a região brasileira onde esses textos foram escritos, acreditando que esse movimento propõe projetar olhares específicos para o que vem sendo produzido, mas principalmente para as futuras pesquisas.

**TABELA 8 – QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO POR EIXO TEMÁTICO**

	DE 2000 A 2010	2012	2014	2017	2018	2020	TOTAL
<b>ED. RELAÇÕES RACIAIS</b>	1					3	<b>4</b>
<b>MATERIAL DIDÁTICO</b>		1				3	<b>4</b>
<b>ED. QUILOMBOLA</b>			1	1	1	2	<b>5</b>
<b>CURRÍCULO</b>			1	5		3	<b>9</b>
<b>PRÁT. PEDAGÓGICAS</b>			4	2	5	9	<b>20</b>
<b>PEDAGOGIA DE TERREIRO</b>						1	<b>1</b>
<b>ED. POPULAR</b>					1	2	<b>3</b>
<b>ED. FINANCEIRA/ ED. MATEMÁTICA</b>						1	<b>1</b>
<b>FORMAÇÃO DOCENTE</b>				2		1	<b>3</b>
<b>EJA</b>						1	<b>1</b>
<b>TEORIA DECOLONIAL</b>						1	<b>1</b>

Fonte: elaborado pela autora

<b>TABELA 9 – QUANTITATIVO DE PRODUÇÃO POR REGIÃO</b>					
	C. OESTE	NORDESTE	SUDESTE	NORTE	SUL
<b>ED. REL. RACIAIS</b>			1		3
<b>MAT. DIDÁTICO</b>	1		2		1
<b>ED. QUILOMBOLA</b>	1	2	1		1
<b>CURRÍCULO</b>	1	2	2		4
<b>PRÁT. PEDAGÓGICAS</b>	2	1	15		2
<b>PEDAGOGIA DE TERREIRO</b>					1
<b>ED. POPULAR</b>			2		1
<b>ED. FINANCEIRA/ ED. MATEMÁTICA</b>			1		
<b>FORMAÇÃO DOCENTE</b>		1	2		
<b>EJA</b>			1		
<b>TEORIA DECOLONIAL</b>			1		
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>13</b>

**Fonte: elaborado pela autora**

Os dados compilados nessas tabelas continuam nos mostrando o quão recente é o debate decolonial em educação. É possível perceber, a partir da leitura dos artigos, que as temáticas se desenvolvem engendradas ao cotidiano do pesquisador, sempre articulado com a análise crítica daquela ação. Destaca-se, nessas tabelas, o fato de que a perspectiva decolonial em educação tem uma maior abrangência na região Sudeste do Brasil. Oliveira (2021) traz uma consideração importante para este fato,

“[...] consideração reside no fato de mais da metade das produções se concentrarem nas Regiões Sudeste e Sul, locais onde há uma maior concentração de pós-graduações em Educação e grande divulgação dessa literatura latino-americana”. (OLIVEIRA, 2021, p. 29)

Assim como as teorias que emergem em diálogo com determinadas perspectivas, a Pedagogia Decolonial surge a partir de um lugar que dialoga com as experiências que foram subalternizadas durante todo processo histórico já conhecido e debatido até aqui, e o COPENE se apresenta como um espaço favorável de contribuição mais que significativa de práticas que

transgridam os padrões culturalmente aceitos e naturalizados ao seu entorno, considerando o ato de educar uma construção de diferentes vínculos articulados com a sociedade.

Fazendo um paralelo entre as temáticas que apareceram no mapeamento que vem sendo realizado por esta pesquisa, a hipótese levantada posteriormente e ao fato de que o campo educacional vem caminhando na rediscussão de suas práticas, não podemos deixar de considerar que ainda existe um estigma dentro de alguns espaços que custa a considerar a relevância dessas proposições e que contribuem para a invisibilidade de tais pesquisas, seja através de um sucateamento ou um desmonte educacional.

É notória a propagação de práticas e projetos que têm por objetivo abranger, de forma mascarada, parcelas da população que foram invisibilizadas pela modernidade colonial sem o intuito de problematizar essas relações hegemônicas e principalmente sem compromisso com uma equidade. Por esse motivo, o acesso a essas novas epistemologias se torna essencial principalmente para a garantia e exigência dos nossos direitos enquanto produtores de conhecimentos e sujeitos políticos e críticos. Assim como diz Walsh (2009),

Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É a isso que me refiro quando falo da de-colonialidade. (Walsh, 2009, p. 24)

E, para finalizar este capítulo, listo alguns artigos do XI Copene que foram mapeados pelos descritores, mas seus resumos não deram conta de identificar sua aproximação com o debate decolonial em educação, e não foram encontrados nas plataformas de buscas que utilizamos para sanar tais dúvidas. Foram eles: *Projeto-de-vida racional: discurso decolonial, pensamento liminar e possibilidades de emancipação a partir do hip hop*, de Gabriel Chaves Amorim; *Há uma via decolonial para os estudos do discurso no Brasil?*, de Jefferson Campos; *Pluriverso: uma estratégia de ensino afrocentrada para a educação profissional e tecnológica*, de Augusto Rodrigues de Sousa; *Branquitude, educação superior e a perspectiva afrocêntrica: o que temos a ver com isso?*, de Ison de Oliveira Neto de Medeiros e Antônio Donizeti Fernandes.

Desse modo, projetar, pesquisar e dialogar com saberes não ocidentais já é um ato político que evidencia a colonialidade, e o seu enfrentamento já propõe novas formas de interação com o mundo, alterando as estruturas políticas, sociais e educacionais.

### **CAPÍTULO III - ESTADO DA ARTE EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS ARTIGOS**

Como bem sabemos, nosso país viveu uma longa era de reprodução epistêmica baseado na modernidade europeia, e esse trajeto contribuiu para a continuidade da colonialidade presente na contemporaneidade. As políticas públicas, conquistas dos movimentos sociais, aliadas as nossas subjetividades que transformam as subalternizações em lutas, reverberam em conhecimentos e oportunidades que nos foram negados por muitas gerações e poder ver esse resultado em um congresso de tamanha importância como o Copene, nos mostra que é no coletivo que chegamos mais distante, como diz o provérbio africano. Dessa forma, daremos início a este percurso da pesquisa seguindo o rumo tomado em seu desenvolvimento, ou seja, as análises dos 52 artigos que foram mapeados no capítulo anterior serão apresentadas segundo a ordem cronológica de aparição no Copene.

#### **Análise dos artigos em Educação ano 2012**

Assim, temos o primeiro artigo selecionado por essa pesquisa, que é o da autora Cristiane Pereira Fontainha de Carvalho, cujo título se apresenta “Sobre raça, identidades e educação: buscando significados”, foi mapeado a partir dos descritores “colonialidade e decolonial” no VI COPENE que aconteceu em 2012. Segundo o resumo apresentado pela autora, seu trabalho busca entender como a construção eurocêntrica da ideia de raça reflete na esfera identitária, social e educacional tendo a colonialidade como potencial crítico para essa discussão. Ela discute como a ideia de raça foi utilizada como fator para classificação e reclassificação dos indivíduos na América Latina, e seu trabalho visa contribuir para as discussões sobre as relações étnico-raciais no campo educacional brasileiro à medida que ela apresenta esses fatores ligados à hierarquização dos sujeitos e às relações de poder. A autora também informa que esse trabalho pretende fazer um diálogo sobre a pedagogia libertária e os possíveis caminhos para uma educação decolonial. Esse estudo está classificado nesta pesquisa no eixo temático “educação para as relações étnico-raciais”, que é o principal eixo do congresso e tem uma literatura referencial muito grande para diálogo e aprofundamento.

#### **Análise dos artigos em Educação ano 2014**

A partir de 2014 tivemos uma crescente nos artigos que dialogam com o referencial decolonial e a educação, sendo assim, o primeiro trabalho deste ano tem como título “Conhecimentos, imagens e percepções sobre os povos africanos e afro-brasileiros nos livros didáticos: um olhar decolonial” dos autores Eugênia Marques - UFGD, Valéria A. Calderoni – UCDB e Hildete Bolson – SEDUC/MS. Conforme apresentado pelos autores, o artigo tem por

pretensão analisar dois livros didáticos que foram distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático no ano de 2013, considerando-os artefatos que produzem saberes importantes sobre a população africana e afro-brasileira. Esse estudo foi orientado por alguns conceitos, como: a colonialidade, diferença colonial, estereótipos e representação para o entendimento desse processo de investigação. Os autores buscam evidenciar a presença do negro (africanos e afro-brasileiros) nesses livros e, assim, problematizar tanto as representações quanto os discursos nesses artefatos, entendendo as possibilidades de práticas que se mantêm distantes das reproduzidas pela hegemonia no âmbito da colonialidade. Esse estudo está classificado nesta pesquisa no eixo temático “material didático” por considerar que sua análise acontece em um dos principais recursos utilizados pelos professores no Brasil. Esse campo dialoga com o currículo, porém entendemos que esta pesquisa tem como lócus principal as possibilidades que esse material apresenta.

Na continuidade desse ato de desenhar o estado de conhecimento das produções, encontramos o segundo trabalho do ano de 2014, que foi o “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e os desafios para a formação de professores” da autora Givânia Maria da Silva – INCRA. Esse artigo investiga, a partir da legislação educacional como a LDB/96 e a Lei 10.639/03, com um recorte específico para a Educação Escolar Quilombola, os novos desafios da educação básica no que se refere ao respeito às diversidades dos grupos que possuem seus próprios modos de vida, organização e conhecimento. Tendo como um dos lócus de pesquisa a formação de professores e, entendendo os modelos de educação que têm sido abordados nessas formações, nem sempre privilegiando os saberes quilombolas e a questão racial, o artigo se propõe a problematizar essa formação profissional. Essa produção foi mapeada a partir dos descritores “colonialidade e decolonial” que aparecem, respectivamente, em uma citação de Oliveira e Candau (2010) e na bibliografia dessa mesma referência. Apesar do texto não tecer uma relação próxima com a fonte da perspectiva Modernidade/Colonialidade, esse é um trabalho decolonial e que busca nos movimentos sociais força para resistir e mostrar a colonialidade latente na tentativa de subalternizações do seu povo. Como já bem evidenciado, esse estudo está classificado nesta pesquisa no eixo temático “educação quilombola”.

O terceiro artigo em educação mapeado no ano de 2014 foi o “Referências compulsórias, espontâneas e pedagógicas no trato da educação étnico-raciais: limites e possibilidades de descolonização dos currículos” de Michele G. Ferreira – SEDUC - PE/FAFICA e Janssen Felipe da Silva – UFPE. O presente trabalho tem como objetivo analisar as referências, citadas no título, que dão apoio às práticas curriculares dos professores, para assim pensar os limites e as possibilidades de uma descolonização dos currículos e a construção da Educação das

Relações Étnico-raciais. Esse é um dos primeiros trabalhos que contém quase todas as palavras-chaves que foram selecionadas para o mapeamento do estado de conhecimento dessa pesquisa e seu referencial teórico traz o diálogo de quase todos os autores que estão debruçados no entendimento da perspectiva da modernidade/colonialidade, como: Quijano, Grosfoguel e Mignolo. O artigo está classificado nesta pesquisa no eixo temático “currículo” e entendemos sua importância principalmente tendo em vista que esse é um dos campos mais conservadores e que mais favoreceu a colonialidade e a permanência dos saberes hegemônicos no Brasil.

O próximo trabalho tem como título “Religiosidade Afrobrasileira e a Lei 10.369/03: algumas considerações” e tem por autora a Eloisa Lopes de Oliveira – UFRRJ. Nesse artigo a autora vem trazendo uma reflexão sobre como a escola pública e seus saberes formalizados dialogam com as religiosidades de matriz africana. Ela investiga, a partir das experiências na Educação Infantil, como a instituição recebe os sujeitos com outras demandas que não são as legitimadas nos currículos e nas práticas pedagógicas, pensando outras possibilidades. É uma pesquisa que pensa e problematiza a Lei 10.639/03, tendo sido selecionada a partir dos descritores “colonialidade”, na qual faz uma breve reflexão a partir do entendimento de seu conceito, usando como fonte os estudos de Oliveira (2012); e “descolonização” que foi encontrado nas referências bibliográficas em um trabalho de GOMES (2012). Esse artigo está dentro do eixo temático “práticas pedagógicas” por entender a reflexão de práticas contextualizadas em saberes e fazeres dos negros(as) e da religião de matriz africana na escola.

O quinto artigo também está no eixo temático “práticas pedagógicas” e tem por tema “A Lei 10.639/03 na construção do projeto africanidades e as polêmicas religiosas presentes” de Júlio Cesar A. dos Santos – SEEDUC/RJ. O autor vem apresentando as diversas dimensões e desafios na construção de um projeto identitário para relações étnico-raciais, cujo nome é AFRICANIDADES, visando ao combate ao racismo epistêmico e as práticas discriminatórias em uma escola pública de ensino médio localizada em Duque de Caxias, na região da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Apesar da grande diversidade cultural e de ser um município predominantemente negro, essa é uma região fortemente marcada por desigualdades, violência, exclusão social e intolerância que reforçam os mais diversos tipos de discriminações, com isso, mesmo diante de uma lei que torna obrigatório o “Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana” tal projeto ainda encontra resistência para sua real efetivação. O autor vem fazendo um paralelo entre os caminhos percorridos por ele e a relação com a herança colonial, em um trabalho crítico e de valorização dos saberes que foram subalternizados durante anos.

Temos como penúltimo trabalho deste ano de COPENE o artigo intitulado “A poesia de Solano Trindade recitada na história” de Eliane Almeida de Souza e Cruz – SEMED/Prefeitura

Municipal de São Gonçalo. Esse texto propõe uma reflexão das práticas pedagógicas em articulação com as perspectivas teóricas críticas e decoloniais a partir de uma literatura negra que foi silenciada e invisibilizada por muitos anos. Essas poesias são entendidas como um projeto que “procura reapropriar-se de um espaço existencial que lhe fora “negado” pelos cânones políticos, sociais, econômicos e culturais hegemônico e europeizados”. A proposição está em consonância com a Lei 10.639/03 e foi posta em prática em uma escola estadual localizada no Município de São Gonçalo – RJ, onde a pesquisadora é docente, possibilitando uma nova perspectiva de encarar a literatura negra brasileira.

O sétimo e último artigo mapeado no ano de 2014, que aqui foi classificado no eixo temático “práticas pedagógicas”, tem como tema: “Pensamento Social e político de África, Ásia e América Latina: uma experiência de ensino de África no curso de ciências sociais da UFRRJ” da autora Luena Nascimento Nunes Pereira. Esse é um trabalho que tem por pretensão compartilhar uma experiência vivida a partir de uma disciplina obrigatória ofertada no curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e como optativa em outros cursos da mesma instituição. A proposta dessa disciplina é dialogar com algumas teorias “surgidas no século XX e XXI a partir da experiência pós escravista e/ou colonial, abordando pensadores africanos e afro diaspóricos (Negritude e PanAfricanismo), as teorias Pós-Coloniais, os Estudos Subalternos (Índia) e a teoria Decolonial (América Latina)”<sup>18</sup>. Essa é uma forma que a autora encontrou de debater e evidenciar as histórias e contribuições negras que foram silenciadas e apagadas de grande parte da história mundial e brasileira, refletindo também sobre as novas perspectivas diante da Lei 10.639/03 e contribuindo para a luta antirracista.

Nesses dois primeiros anos de evento, tivemos um quantitativo maior de trabalhos apresentados no eixo temático práticas pedagógicas que pensou e problematizou tanto a educação infantil, quanto o ensino médio e superior. Interessante pensar que a maior parte dos trabalhos apresentados no Copene, independentemente do campo teórico, partem de reflexões oriundas de suas práticas profissionais, o que significa que temos um grande percentual de pesquisadores interessados no diálogo projetado na sociedade através de suas profissões, não sendo diferente na Educação.

---

<sup>18</sup> Disponível em [https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd\\_95dd66c9656745cda66b0794f3a748dc.pdf](https://www.abpn.org.br/files/ugd/45f7dd_95dd66c9656745cda66b0794f3a748dc.pdf). p. 2354. Acesso em 10 dez. 2021

## **Análise dos artigos em Educação ano 2017**

A partir deste momento, daremos continuidade as análises dos 10 artigos mapeados no IX Copene, que aconteceu no ano de 2017, em Mato Grosso do Sul. Sendo assim, apresento o primeiro trabalho mapeado no **Copene de 2017** que foi o da autora Michele Guerreiro Ferreira – Pernambuco/PE, e se intitula “Antirracismo, desobediência epistêmica e descolonização dos currículos escolares: a luta continua!”. Como o próprio título explana, ele se encaixa no eixo temático “Currículo” e já inicia seu resumo citando Quijano, um dos autores referência para a reflexão decolonial. O artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado, que na época estava em andamento, e tinha como pretensão compreender as possibilidades de combate ao racismo através das lentes decoloniais, entendendo que o campo do currículo na educação brasileira tem contribuído com epistemes colonizadores. Sua metodologia é uma análise de conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais que foram promulgadas a partir da Lei 10.639/03 e os resultados parciais dessa pesquisa indicam que as políticas curriculares que estavam em vigor até 2016 caminhavam em direção a uma educação para as relações étnico-raciais e ao enfrentamento do racismo, mas que as mudanças que se anunciavam no campo do currículo emitiam um alerta para a luta da descolonização dos mesmos.

O segundo trabalho “Uma visão decolonial das epistemologias de um programa de pós-graduação em educação científica e tecnológica”, da autora Carolina Cavalcanti do Nascimento – Santa Catarina/SC, também está no eixo temático “Currículo” e se propõe a problematizar, a partir do entendimento de que a ciência moderna está assentada em um contexto eurocêntrico, capitalista e colonial e a universidade se encontra nesse aparato institucional, se o PPG em Educação Científica e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Catarina, vem através de suas disciplinas epistemológicas, reproduzindo saberes dominantes e conferindo à ciência a exclusividade do saber universal. A autora desenvolve essa pesquisa por meio de uma Análise Textual das ementas e dos planos de ensino de duas disciplinas ofertadas pelo programa em 2016 a partir do referencial decolonial, da transmodernidade e ecologia dos saberes.

O terceiro trabalho é o da autora Michele Lopes da Silva Alves – Minas Gerais/MG, e tem por título “Corpos negros: a política da colonização e possibilidades de descolonização da racialização. O texto é fruto de estudos gerados por uma disciplina de pós-graduação intitulada “Referenciais de pesquisa: bases epistemológicas de la investigación educativa que usou como referencial os teóricos decoloniais. Tal proposição tem a intenção de refletir a colonização dos corpos negros na sociedade brasileira a partir do colonialismo e da colonialidade de poder, considerando que a possibilidade de descolonização desses corpos se dá a partir da racialização,

do tornar-se negro e entendimento da colonialidade do ser articulado com a pedagogia decolonial. A autora articula suas questões metodológicas com os pensadores decoloniais, feministas e brasileiros entendendo que esse diálogo crítico faz parte da luta dos movimentos sociais e negros, caminhando na perspectiva de uma educação antirracista, descolonizadora e com alternativas de vida mais democráticas/diversas. O artigo está dentro do eixo temático “formação docente” por entender que o mesmo é fruto de uma disciplina que provavelmente foi pensada e planejada para atingir esse objetivo prático.

O quarto trabalho está no eixo temático “educação quilombola” e se apresenta com o título “Intelectuais negros e mestres(as) dos saberes tradicionais: no limiar de um pensamento decolonial” e foi escrito por Egnaldo Rocha da Silva – Bahia/BA. O autor pretende nessa comunicação articular “dois universos das cosmogonias da população negra do Brasil”, o primeiro acontece a partir dos intelectuais negros Manuel Raimundo Querino e Juliano Moreira, que contribuíram para a desconstrução das teorias racistas no final do século XIX e início do século XX; e o segundo são os mestres(as) das artes, ofício e saberes tradicionais das comunidades quilombolas. Ele segue o artigo relacionando esses dois universos. Por um lado, tecendo sobre os processos de exclusão e invisibilidade sofrido pelos dois grupos, principalmente na construção identitária dos seus povos; por outro lado, abarcando toda a potencialidade que essas reflexões, saberes e práticas têm para a desconstrução de estereótipos, fortalecendo a da identidade negra e fomentando o processo decolonial de corpos e mentes.

O quinto trabalho do ano de 2017 se chama “A descolonização do currículo escolar a partir das reflexões sobre o centenário do samba na sala de aula” e foi escrito pela Luciana Guimarães Nascimento. A autora aproveita o centenário do samba, o entendendo enquanto arte musical identitária da população negra, principalmente no Rio de Janeiro, para propor uma prática combativa às subalternizações sofridas por essa mesma população durante toda a História. Essa prática acontece em uma escola de ensino fundamental do Rio de Janeiro, segue uma proposta interdisciplinar e foi planejada seguindo um modelo educacional antirracista onde houve uma reorganização dos conteúdos, para que o modelo tradicional não fosse utilizado, criando e resgatando um paradigma de valorização da negritude, da memória local e de combate às práticas coloniais de conhecimento universal, abrindo espaços para a representatividade e conhecimentos negros no currículo escolar através do universo do samba e da decolonialidade do saber. O projeto está amparado na Lei 10.639/03 e, nessa pesquisa do estado da arte, está no eixo temático “currículo”.

O trabalho “Currículo descolonizado, educação antirracista: antigos dilemas, novos desafios” foi o sexto trabalho mapeado e pertence a autora Patrícia de Barros Marques –

Brasília/DF, e faz uma reflexão sobre currículo, diversidade étnico-racial e epistêmica objetivando o combate as práticas discriminatórias e ao modelo racional de conhecimento que se baseia em critérios raciais e ainda estão presentes nas práticas pedagógicas brasileiras. A autora segue o artigo falando dos desafios enfrentados, mesmo após a implementação da lei 10.639/03, e faz um recorte para situar essa luta dentro dos movimentos negros que já buscavam nas décadas de 1930-50 por uma descolonização dos currículos e pela diversidade racial no âmbito educacional. Ela pontua alguns desafios para que o discurso eurocêntrico deixe de ser hegemônico nos currículos e fala sobre a importância do não silenciamento de outros modos de vida, de representatividade e fortalecimento de saberes outros. A articulação e reflexão sobre a descolonização dos currículos passa por autores como Quijano, Mignolo, Maldonado Torres e Mbembe, por entender o potencial crítico que esses estudos possibilitam.

O sétimo trabalho desse ano, que é o último classificado no eixo temático “Currículo”, tem como título “As africanidades como manifestações transnacionais, diaspórica e híbridas em sociedades racializadas: análise das representações, o reconhecimento e a valorização através dos currículos de História” e pertence ao autor Martín Fernández Ramírez – Porto Alegre/RS. O trabalho, que é metodologicamente uma pesquisa bibliográfica e documental que abrange Brasil e Uruguai, tem por objetivo refletir os conceitos de diáspora africana, hibridismo e africanidade, entendendo a importância de tais conceitos para compreensão da interação, da integração e da interculturalidade, nas escolas, dentro dos diversos grupos que formam uma sociedade racializadas, nesse caso específico: Brasil e Uruguai. Tem como foco central a análise da representação, do reconhecimento e da valorização que a escola, através dos currículos de história, estabelece das africanidades. Ele conclui que esses currículos continuam colonizados e afirma que a descolonização, assim como a virada epistemológica deles é vital para a valorização do que o autor chama de africanidades.

O oitavo trabalho tem como tema “Educadoras negras: encruzilhando trajetórias, formação e práxis docente”, da autora Demaísa de Sousa Alves – Minas Gerais/MG. A autora reflete em seu texto sobre as trajetórias de mulheres negras que buscam avançar na luta antirracista, articulando esse caminhar com a formação e a prática pedagógica. A partir das narrativas dessas mulheres é possível iniciar um movimento de criação e recriação das histórias que foram silenciadas e subalternizadas, sendo o fazer-ensinar uma intervenção que viabiliza “a emancipação das mentes presas na colonialidade”. A identidade é vista pela autora como uma construção de múltiplas relações e pertencimento racial e interrogar-se sobre essas construções contribuem para processos formativos e pedagógicos, assim como, o ato de reflexão dessas educadoras negras “encruzilham caminhos para uma educação antirracista”.

Dessa forma, o texto tem como objetivo propor uma indagação sobre a feminização do magistério, a representação desse feminino, a ocupação desse lugar por mulheres negras, assim como, pensar sobre as memórias que formam a parte essencial dessa prática, em uma tentativa de ruptura com o fazer hegemônico. Esse trabalho foi direcionado para o eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

O trabalho “Entre a ausência e a invisibilização: a história africana e afro-brasileira nos relatórios finais de estágio supervisionado do curso de História da UDESC (2000 a 2006)”, da autora Maíra Pires Andrade – São Paulo, investiga quais são as representações da História africana a afro-brasileira expressas nos relatórios finais dos estudantes do curso de graduação em História, na condição de estagiários da educação básica, objetivando perceber como esses estudantes atribuem significado à temática em questão. Esse artigo faz parte de uma dissertação, na época em desenvolvimento pela UDESC, que teve como objetivo perceber as rupturas nesses relatórios, bem como as “apropriações dos estagiários e dos estudantes das escolas que são campo de estágio”, antes e depois da Lei 10.639/03. Em sua metodologia, a autora utiliza trechos dos relatórios de estágio, observando o conhecimento eurocêntrico explícito pelos estudantes e a objetificação que reforçam a invisibilidade do continente africano e/ou de suas populações. É utilizado como aporte teórico principal autores como Fanon, Quijano e Mbembe para entender a colonialidade e o racismo atualmente e Hall para o entendimento de representação. Por todo desenvolvimento metodológico e contribuição para o curso/estudantes em questão, o artigo está no eixo temático “formação docente”.

O décimo e último artigo selecionado por essa pesquisa no de 2017 tem como tema “Desaprender o colonialismo: uma via d’uma práxis antirracista em arte-educação” e foi escrito por Soane Piuna Batista de Souza – UFMS. A autora inicia o resumo nos informando que esse é um trabalho que faz parte de uma monografia em desenvolvimento do curso de licenciatura em Artes Visuais e que tem origem na resistência e crítica de práticas pedagógicas e discursos que “negligenciam a racialidade implicada nas formas de ensinar tanto quanto nos conteúdos ensinados”. Soane nos informa que este trabalho se apoia nas epistemologias do Sul, através de SANTOS, 2007; MIGNOLO, 2010. e a opção pós-colonial para contextualizar as ideologias raciais na estruturação do Brasil, suas consequências e atualizações que fazem com que racismo perdure até a atualidade, além de problematizar o papel docente e suas intervenções na temática, enfatizando a relevância atitudinal do fazer pedagógico antirracista. O texto termina com um pequeno levantamento bibliográfico das possibilidades de um ensino de arte “descolonialmente”, que segundo a autora é através das reflexões de PALERMO et al, 2009;

BESSA-OLIVEIRA, 2010 e KILOMBA, 2010. Esse trabalho foi direcionado para o eixo temático “Prática Pedagógica”.

Interessante observar que metade dos artigos mapeados neste ano de evento tecem reflexões sobre o Currículo, um tema muito conservador dentro do campo educacional. Esses trabalhos dialogam com as constantes lutas dos professores e do movimento negro por uma abordagem racializada, sem estigma, antirracista e que perpassa tanto pela educação básica quanto pelo ensino superior através de abordagens contextualizadas, em sua maior parte, no território. Essa quantidade de pesquisa ainda se mostra incipiente, principalmente diante do contexto conservador que nos assola na contemporaneidade.

### **Análise dos artigos em Educação ano 2018**

Foi possível notar que os trabalhos apresentados no X Copene tiveram preocupação com propostas inovadoras e que se articulavam com os saberes populares, invisibilizados e ainda presentes nos nossos territórios. Porém, dos 76 artigos mapeados inicialmente pelos descritores, apenas 7 fazem o diálogo com a reflexão decolonial em educação, isso porque muitos deles não citam as fontes do grupo Modernidade/Colonialidade, mas principalmente porque o descritor “decolonial” ficou em destaque nesses últimos anos. Porém, apesar de ser uma palavra bastante citada nos artigos, esses trabalhos não discutem o conceito e/ou não o amarram com o desenvolvimento do texto, perdendo assim a conexão entre a proposta decolonial e a sua efetivação.

Dessa forma, temos o primeiro trabalho que dialoga com a perspectiva decolonial em educação no ano de 2018, que se chama: “Práticas Pedagógicas OUTRAS, a partir de Professoras Negras em espaços formais e não formais de aprendizagens”, das autoras Ana Beatriz da Silva– UNIRIO, e Michele Lopes da Silva Alves – IFPI/Cocal. Entendendo o corpo como alvo de disputa e atravessado por muitas dimensões, ainda mais corpos negros e de mulheres, esse trabalho tem como objetivo refletir sobre as práticas docentes, especificamente de professoras negras, que se propõem a trabalhar com práticas outras em espaços formais e não formais de educação. Essas práticas acontecem através de um minicurso desenvolvido por essas docentes que discute sobre o corpo, a racialização, a identidade, a representatividade afro-brasileira, as práticas e pedagogias descolonizadas, raça e gênero, movimentos sociais e mais, a partir de referenciais como Walsh, Hooks, os Estudos Decoloniais etc. Com um repertório temático bem diversificado e que se completa, as autoras informam que a metodologia do curso é baseada no diálogo e nas vivências de práticas que permitem tanto a reflexão quanto a análise coerente sobre as dimensões dos corpos negros de mulheres e a perspectiva pedagógica/teórica

em articulação. Como bem explícito no texto, neste trabalho de estado da arte esse artigo se enquadra no eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

O segundo trabalho dessa edição tem por tema: “Pedagogia Decolonial no ensino da geografia: saberes periféricos a partir da obra ‘quarto de despejo- diário de uma favelada’ de Carolina Maria de Jesus”, de Bruna Conceição de Souza – UCB/UFMS. A autora se propõe, em um trabalho de efetivação da Lei 10.639/03 e em articulação com a pedagogia decolonial, apresentar uma proposta pedagógica visando ao ensino de geografia a partir do livro “Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada”, da autora Carolina Maria de Jesus. Essa proposta pedagógica se dá pelas demandas de uma agenda antirracista que tem o objetivo de inserir no âmbito educacional saberes e conhecimentos invisibilizados, sendo o referido livro um potencial crítico para trabalhar conceitos geográficos e “temas como segregação socioespacial e racial, de gênero, entre outros”. Ainda, segundo a autora, os resultados mostram que a utilização da literatura afro-brasileira no ensino de geografia caminha para a desconstrução do discurso eurocêntrico possibilitando também o questionamento da colonialidade do poder, saber e ser no âmbito educacional a partir da narrativa, especificamente da Carolina Maria de Jesus, mulher negra que denuncia a lógica dominante e estigmatização do lugar periférico. Essa literatura se constitui enquanto resistência contra os modelos hegemônicos e “evoca a valorização do ser feminino e da negritude”, através da valorização da produção escrita da mulher negra frente a um sistema excludente. O presente trabalho se estrutura teoricamente a partir de referenciais teóricos para a perspectiva decolonial como Quijano (2007), Jesus (2014), Evaristo (2008), entre outros, e entende a “interculturalidade na educação como prática anti-hegemônica” através da periferia enquanto potencial crítico para a construção e valorização de saberes, escrita, experiências e vivências, assim como nos apresenta Conceição Evaristo.

O artigo intitulado “Corpo e corporeidade negra na Educação Física escolar: possibilidades e novas tensões a partir da Lei 10.639/03”, tem como autor o Bruno Henrique de Paula – PPGE/FaE/UFMG. Faz parte de uma pesquisa de metrado em fase inicial, na época, que buscava refletir se as práticas pedagógicas dos docentes de educação física da educação básica são ressignificadas após a realização de um curso de formação continuada em consonância com a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais ofertado pela Prefeitura Municipal de Serra/ES. O autor nos informa que seu principal objetivo, além de analisar tais práticas, é observar quais concepções sociais esses docentes possuem sobre corpo e corporeidade e como essa concepção se articula com a agenda de uma educação antirracista e emancipatória, apontando os avanços como também as lacunas desse processo de formação. Ele justifica sua relevância na necessidade de reflexão

sobre as práticas docentes, especialmente falando da Educação Física escolar, pois ao compreender o conceito de raça, tanto a partir dos elementos sociais e de dominação definidos como inferiores, quanto a partir de seu potencial crítico, as possibilidades no campo político, pedagógico e epistemológico serão ampliadas, tendo o docente um papel central nesse processo. O autor dialoga com a Colonialidade do Ser e do Saber a partir de Quijano (2005) e com a ideia de raça como um elemento principal para a classificação e dominação dos indivíduos, tece considerações sobre a modernidade/colonialidade a partir do “corpo” e o “não corpo”, ainda em Quijano (2005), e faz uma consideração final de que apenas o conteúdo da Lei 10.639/03 não se faz suficiente frente aos desafios postos ao longo da história, tendo em vista as bases epistemológicas que orientam a formação inicial e continuada na educação física, fazendo-se necessário o acompanhamento da implementação da lei e suas diretrizes. O trabalho foi entendido e classificado no eixo temático “Práticas Pedagógicas”

O quarto artigo chama-se “Para além do black-power: estéticas das práticas e escritas de mulheres negras na educação por uma afro-(re)existência, das autoras Célia Regina Cristo de Oliveira – SME Duque de Caxias/RJ e Carla Aparecida da Silva – UNIRIO. O artigo se propõe a apresentar as narrativas de mulheres negras como produtoras de novas epistemes e materiais de referência objetivando a construção de uma educação que promova “afro-(re)existência” a partir da potencialização dos registros vividos no cotidiano da práxis docente. As autoras consideram que a reflexão decolonial permite um caminho da ancestralidade, da história não contada de violência que o colonialismo nos fez sofrer e que hoje ainda se encontram em formas de desigualdades e invisibilidades de seus povos. Elas dialogam com Walsh (2009), Quijano (2005), Mignolo (2007[2005]), entre outros, e se enquadra no eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

O quinto artigo selecionado tem por tema “O Quilombo, a Favela e o Estado: Criminalização das Classes Populares e Políticas Públicas de Educação e foi escrito por Danielle Tudes Pereira Silva – UFRRJ. Essa é uma pesquisa realizada no Município de Angra dos Reis/RJ, que foi realizada com foco nas políticas públicas em educação, com um olhar atento às questões curriculares, investigando as relações de pertencimento, assim como as perspectivas futuras dos jovens de Bracuí. A autora realiza um recorte para tal pesquisa, que vai de 1989 a 2012, abrangendo governos distintos e utiliza os documentos curriculares oficiais que foram produzidos no contexto em que a mesma se insere, além de estudo de casos de ex-estudantes das escolas Municipais do Bracuí. Ela tece uma longa relação do Município com a herança colonial, apresenta alguns relatos de experiência para exemplificar como o racismo continua presente nesses lugares, hoje reinventado enquanto colonialidade e operando as

relações raciais/étnicas. Danielle Tudes vê na escola pública e popular, apesar dos desafios, a oportunidade de garantia de acesso a relações democráticas. Esse caminho acontece através dos movimentos sociais, da resistência existente desde a invasão da América Latina presentes no município e do diálogo com a perspectiva decolonial em QUIJANO (2010), MIGNOLO (2003), GROSGOUEL (2016), etc. Esse trabalho foi encaminhado para o eixo temático “Educação Popular”.

“Transgredir para educar: das mulatas de Di Cavalcanti a propostas pedagógicas engajadas e decoloniais” de Mirella Aparecida dos Santos Maria – São Paulo/SP, é o sexto trabalho mapeado no ano de 2018 e traz um estudo pedagógico com as contribuições de Bell Hooks e as concepções engajada, e decolonial de Catherine Walsh para a obra “Mulatas (1927)” do artista visual Di Cavalcanti. A autora faz um resgate sobre as representações das mulheres negras forjadas no período colonial e que permanecem até a atualidade reforçando alguns discursos de invisibilidade. Essas representações estereotipadas se fazem presentes no imaginário social sobre o que é ser mulher negra, entrelaçado com as questões de gênero, raça e classe, porém pra deslocar esses olhares que evidenciam a mulher negra a partir dessa herança colonial especificamente na história da arte, é preciso um caminho que proporcione entender a leitura de imagem enquanto potencialidade de reconhecimentos dos estereótipos e produção de representações “outras”. Ela propõe esse caminho por meio da pedagogia engajada, de Bell Hooks, que se preocupa com o bem-estar do outro e tem o compromisso ativo dos educadores na promoção de uma mudança crítica, em interlocução com Walsh e a interculturalidade crítica, se aproximando dos movimentos sociais em um processo pedagógico de desconstrução da estrutura colonial associado a representação racista de mulheres negras nas artes visuais. Por ser uma análise prática, esse artigo está no eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

O sétimo e último artigo de 2018 tem como título “GPS UBUNTU: saberes e artefatos etnomatemáticos na comunidade remanescente quilombola Colônia do Paiol em Minas Gerais”, dos autores Reginaldo Ramos de Britto – UFJF, Luiz Carlos Narciso – GPS Ubuntu/MG e Karine Beatriz O. Silva - GPS Ubuntu/MG. O artigo se trata de um projeto pedagógico formado por um grupo de estudantes do segundo ano do ensino médio, em uma escola Estadual em Juiz de Fora/MG, e que leva o mesmo nome do título, sendo referência à uma fase do trabalho de campo do projeto em uma comunidade Quilombola chamada Colônia do Paiol, em Bias Fontes (MG). O Grupo de Pesquisas Sociais (GPS) é uma prática pedagógica que surgiu a partir dos questionamentos dos estudantes sobre a utilidade dos temas trabalhados em sala, tendo preocupação de olhar para a matemática enquanto uma “linguagem de poder”, sendo essa vertente não direcionada para a democracia racial e para a educação matemática crítica. Os

autores usam a etnomatemática para orientação de seus estudos, caminhando para a desconstrução de estereótipos científicos e estruturalmente racializados. Eles dialogam com a perspectiva decolonial a partir de Walsh (2013) em relação com a Colonialidade de poder em Quijano (2010), desafiando a lógica eurocêntrica na educação matemática e se conectando a saberes ancestrais. Apesar desse trabalho estar pautado em uma prática pedagógica que parte de um olhar crítico de um professor para as produções de epistemes invisibilizadas principalmente no currículo escolar da educação matemática, entendo que seu principal ponto de articulação é a educação quilombola, por isso, ele foi direcionando nessa dissertação, para este eixo temático.

Dessa forma, terminamos essa exposição tendo o maior número de trabalho inscritos no eixo “práticas pedagógicas”, como aconteceu no primeiro período observado de 2012-2014. Interessante observar que dentro desses cinco trabalhos que abordaram suas práxis, 4 deles falam de disciplinas específicas, que foram: o ensino de geografia, a educação física, a educação matemática e as artes visuais, mostrando que o debate decolonial está chegando em muitos campos educacionais, e que as estruturas eurocêntricas que nos formaram estão sendo questionadas e repensadas, mesmo que aos poucos.

### **Análise dos artigos em Educação ano 2020**

E assim chegamos ao último ano de análise desta pesquisa, que também é o ano com a maior quantidade de artigos mapeados. Como dissemos anteriormente, as contribuições e produções decoloniais estão mais acessíveis, e seus eixos se articulando com ampla diversidade temática, o que nos ajuda a entender mais profundamente o racismo enquanto estrutura de poder e combatê-lo.

Nessa continuidade, apresento o primeiro trabalho mapeado no ano de 2020 que se intitula “A prova de redação do Enem, epistemicídio e colonialidade do Ser” das autoras Maria Inês Carvalho, Cloris Porto Torquato – Paraná/PR. O trabalho se propõe a investigar as propostas de redação do ENEM desde seu primeiro ano de implementação observando, se houve, e quais temáticas permitiam que os estudantes negros discorressem sobre suas vivências e as relações raciais. Essa escolha se dá devido ao fato de o ENEM ter se tornado a principal forma de acesso às Universidades no Brasil, por ser uma avaliação do Ensino Médio e por entender o contexto educacional brasileiro que historicamente contribuiu para o silenciamento e o epistemicídio da população negra movido pela colonialidade do Ser e do Saber. As autoras nos informam que das 22 propostas de redação do ENEM, apenas 9 poderiam abrir brechas para a reflexão sobre a temática das relações raciais, porém elas problematizam tais propostas

à luz do referencial teórico decolonial, pois é evidente que a dominação da colonialidade do Ser nos textos que compõem essas propostas, quando não o completo silenciamento, a falta de referências produzidas por pessoas negras. O diálogo teórico decolonial acontece a partir de Oliveira e Candau, 2010; e Walsh 2009, 2013; e foi considerado por esta pesquisa no eixo temático “currículo”.

O segundo artigo mapeado no ano tem por tema “Estética decolonial: uma análise da montagem coreográfica da comissão de frente Dascuia 2020, do artógrafo Jessé da Cruz” e foi escrito pelos autores: Jesse da Cruz, Edivania Breguez da Cunha, Gabriela da Conceição e Jéssica Carolina Ceccato Dalsenter. O trabalho que pertence ao eixo “Educação Popular” tem como objetivo compreender e visualizar como a estética decolonial se aplica na composição coreográfica da comissão de frente da Escola de Samba Dascuia 2020, dirigida pelo artógrafo Jessé da Cruz. Esse trabalho é feito a partir de todo o conjunto estético, espiritual e dramaturgo que, diante da perspectiva decolonial, problematiza e conceitualiza o trabalho estético cultural da comissão de frente que a partir do samba-enredo provocou um pensar da Educação em diálogo com as identidades e filosofia Yoruba. Como metodologia de pesquisa é utilizado “a gravação do desfile das escolas de samba do Carnaval de Florianópolis/SC 2020, transcrição do áudio dos comentaristas da emissora televisiva oficial do mesmo, fotografias geradas durante o desfile, expressões corporais e coreográficas desenvolvida e executadas pelos intérpretes-corporais na avenida”. Os autores enxergam que é pela Educação que acontece as transformações territoriais, então é preciso potencializar essas ações críticas para produção de outras epistemes, e é por meio dessa relação que os mesmos afirmam que o Carnaval e o desfile das escolas de samba é uma grande democracia que perpassa as mais diversas áreas se mostrando como potência crítica, mas que precisa ainda se fortalecer para que tenham um reconhecimento nacional.

O terceiro trabalho que se chama “Percurso afrocentrados na luta antirracista: relato de experiência de pesquisadores pretos do grupo de estudos insurgir”, dos autores Tamires Torres da Purificação, Ellen de Cássia Pinto e Washington Santos dos Reis, do Estado de Minas Gerais e tem como proposta fazer um relato de suas experiências a partir do grupo de estudos InSURgir que se coloca a pensar os processos educativos, formativos e de pesquisa, tensionando e expondo as “dimensões da colonialidade, do patriarcado e do neoliberalismo que se entrelaçam nos processos socioeducacionais”. É um trabalho que tem sua centralidade nos conceitos de colonialidade do Saber, do Poder e do Ser, assim como na perspectiva teórica de branquitude crítica e acrítica, racismo estrutural, lugar de fala e assim por diante. Os autores nos informam que esse artigo foi esboçado como forma de manifestação, enquanto pesquisadores negros,

dentro de seu grupo de estudo majoritariamente branco, tendo participantes tanto do Brasil quanto da Colômbia, para que existisse a possibilidade de uma reflexão acerca dos múltiplos papéis dos sujeitos na luta antirracista. Portanto, sua metodologia busca analisar qualitativamente as discussões desses três pesquisadores negros sobre as questões étnico-raciais no grupo, apresentando-lhes o conceito de branquitude, a partir da relação de seus temas de pesquisa, relacionando-os com a perspectiva decolonial e a militância para questionar os saberes/discursos eurocêntricos e os desafios da educação no que diz respeito às problemáticas quando o assunto são as relações étnico-raciais. Ao fim da exposição, que relacionou os temas acima aos acontecimentos de violência policial, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, os pesquisadores chegaram à conclusão de que atingiram o objetivo da proposta que era, dentre elas, entender o quanto a racialização do “branco” é importante na luta antirracista, possibilitando uma outra forma de ser e estar no mundo. Esse trabalho compõe o eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

“Educação decolonial no contexto da pedagogia griô e suas interfaces com os modos de ser professor em comunidades quilombolas” é o quarto trabalho mapeado e tem como autoras a Luciana de Araújo Pereira e a Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios, da Bahia/SA. Esse artigo é fruto de um desdobramento de uma pesquisa sobre a profissão docente na Educação Básica da Bahia desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Pesquisa Docência, Narrativas e Diversidade na Educação Básica – DIVERSO” no PPGEduC/UNEB, que se coloca a “compreender os fundamentos epistêmico-políticos da Pedagogia Griô e suas interfaces com os modos de ser professor nas comunidades quilombolas Remanso/BA e Iuna/BA, situadas na zona rural de Lençóis/BA, na Chapada Diamantina”. O trabalho é orientado por duas questões investigativas principais, sendo a primeira sobre a relação epistêmico-político da pedagogia de Griô e sua ligação com a perspectiva decolonial; e a segunda sobre como os professores que trabalham no local que se deu a pesquisa de campo vivenciam essa pedagogia na sua prática. Para dialogar com a Pedagogia de Griô as autoras se amparam em Pacheco (2006, 2008, 2009, 2010), na perspectiva decolonial em Mignolo (2003); Quijano (2005); Maldonado Torres (2007) e Ballestrin (2013) e especificamente em Walsh (2012) para discutir educação e Pedagogia decolonial. Elas justificam suas escolhas teóricas por entenderem que tais perspectivas dialogam quando consideram as “singularidades, processo, tomada de consciência, corporificação e experiência de vida como palavras-chave”, porém suas primeiras análises possibilitaram o entendimento de que a Pedagogia de Griô caminhava com a perspectiva decolonial, mas não nessa realidade específica, pois as práticas docentes no referido Quilombo eram afetadas pela lógica da modernidade, o que fazia com que as perspectivas não tivessem

uma proposição realmente decolonial e também uma não efetivação da Pedagogia de Griô, sendo necessário pensar o giro decolonial nessa práxis a partir dos Quilombolas.

O quinto trabalho chama-se “Brasil, o teu nome é Dandara” e foi escrito por Joana Maria Leôncio Núñez, Jane Adriana V. Pacheco e Ana Cláudia Lemos Pacheco, – Bahia/SA. É uma proposição que pretende investigar as pedagogias de resistências construídas por professoras ativistas negras da educação básica, tendo como perspectiva o feminismo negro decolonial. O propósito dessa investigação, a partir das pedagogias e dos processos formativos, tem como origem o olhar dessas professoras negras ativistas sobre o mundo e como as mesmas se relacionam a partir dessas tecituras com o meio profissional, acadêmico, afetivos e nas relações interpessoais. Isso porque as lentes do feminismo negro tornam possível um resgate da herança ancestral possibilitando uma atuação entre docência, a investigação e o ativismo em uma perspectiva de transformação e emancipação social. Sua proposta metodológica, de cunho qualitativo, parte da história de vida dessas professoras para analisar esse processo na educação básica, e a fim de contribuir para essa área do conhecimento as pesquisadoras propõem duas questões: a primeira é pensar como essas pedagogias se constroem enquanto práticas de resistências; e a segunda como as múltiplas experiências do feminismo negro de resistência contribuem para a formação profissional, individual e coletiva dessas mulheres. Sendo assim, essas experiências vividas pela Rede de Mulheres Negras da Bahia é um espaço que proporciona questionar a relação colonial/moderna, possibilitando outros caminhos e formas de ser, conhecer e poder na educação. Esse trabalho está classificado no eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

O sexto trabalho mapeado no ano de 2020 foi o “Aprenda que não somos frágeis: colonialidade da educação pela paz e caminhos para decolonizá-la” de Nycolas Candido da Silva Lau – Rio de Janeiro. O autor se baseia na concepção de “fragilidade estatal”, enquanto a incapacidade do Estado de prover bens públicos à sua população, para trazer uma reflexão sobre as situações de precariedades sofridas por alguns países do continente africano e desses lugares serem definidos enquanto “estados frágeis”, quando na verdade muitas dessas situações foram causadas pela guerra colonial, evidenciando o quanto esse discurso e postura acaba sendo naturalizado a partir de uma violência colonial do mundo. Assim, ele considera esses aspectos para explorar a colonialidade presente no conceito de “estados frágeis” mostrando como a mesma “se reproduz na relação entre pacificação internacional e pedagogia e como é possível desafiá-la”. Dessa forma, o trabalho se divide em dois momentos: o primeiro em uma revisão bibliográfica a partir de Quijano e da Colonialidade de Poder para analisar os relatórios da UNICEF e da UNESCO e “verificar como a leitura colonial de fragilidade informa o uso da

Educação em esforços de paz”; e o segundo momento para evidenciar como as pedagogias ancestrais africanas, na diáspora, desafiam esses paradigmas coloniais. É estabelecido um caminho metodológico articulado entre a perspectiva ubuntu de Tim Murithi e de pedagogia da pluriversalidade de Renato Nogueira. Nesse cruzamento entre as duas fases da pesquisa pode-se perceber que a educação tende a ser vista enquanto ferramenta de capacitação para grupos que sem ela não conseguiriam reconstruir suas sociedades, contribuindo para a noção colonial de que corpos negros, em especial corpos negros africanos, são naturalmente frágeis. Porém, esse mesmo argumento se coloca enquanto potencial crítico quando analisado pela perspectiva decolonial e ancestral africano e diaspórico, possibilitando potencializar epistemes produzidas por corpos negros. Ao final, Nycolas propõe a seguinte intervenção: “maneiras de se cultivar o entrelaçamento entre esforços de paz com os caminhos de uma educação decolonial”.

Temos como sétimo trabalho o texto dos autores Fabiana Nunes da Silva Guimarães Rogério Mendes de Lima, intitulado: “Decolonialidade, educação antirracista e currículos: considerações sobre a experiência em uma escola da periferia de Duque de Caxias” – RJ. O artigo, que faz parte de uma dissertação, analisou a reconstrução curricular de uma escola da periferia do Rio de Janeiro buscando entender como essa construção coletiva se coloca enquanto instrumento de enfrentamento do racismo no espaço escolar e na luta antirracista. Ele traz considerações sobre a escola enquanto um dos espaços de formação do indivíduo e que se constitui enquanto lugar de privilégio para práticas pautadas no combate das desigualdades que assolam a população negra. Diante desse cenário, a pesquisa mostra o caminho percorrido por um grupo de professores que reformularam a grade curricular voltada para o ensino fundamental, tendo como base teórica para essa análise a perspectiva decolonial. Entendendo o racismo enquanto forma de dominação objetiva e subjetiva, muitos currículos escolares reproduzem e perpetuam essa relação, tendo sua reconstrução uma relação direta com a compreensão de que a modernidade capitalista é estruturada em relações sociais e escolares racistas, e que essa superação passa pela ação coletiva principalmente do corpo docente. Essa reformulação curricular, segundo os autores, evidenciou que muitas ações são frutos de atravessamentos raciais que marcaram trajetórias, principalmente as dos professores negros/as e que tais marcas se tornam lutas estratégicas para o enfrentamento do racismo na escola e na sociedade. O presente trabalho se apresenta no eixo temático “Currículo”.

O oitavo trabalho se chama “Raízes decoloniais para uma educação do sensível: reflexões sobre formação docente”, pertence a autora Marília Renata Félix Rodrigues – Pernambuco/PE. Ela se coloca a pensar uma possível prática sensível de educação, que segundo a autora, é o que podemos perceber a partir dos sentidos, utilizando a sociologia escolar em

consonância com a Lei 11.684/08 a partir da experiência poética, tendo o corpo, como uma das bases para a percepção das linguagens que o atravessa, em um processo de reencantamento do mundo. Essa concepção educativa se articula com variadas temáticas visando a uma crítica ao modelo tradicional de educação que não reflete sobre o processo de construção de subjetividades decoloniais. Dessa forma, temos o mundo moderno que construiu indivíduos formatados, ou seja, sem atenção aos seus sentidos, com identidades mutiladas e sem acesso a oportunidades democráticas, tendo a colonialidade presente nessas concepções/criações estruturado as construções subjetivas da sociedade a partir do individualismo e da meritocracia, e assim, dificultando que esses indivíduos se reconheçam como sociais. No espaço escolar, essa relação se faz presente nas limitações ao abranger as diversidades de saberes, de trajetórias, modos de existir e na dimensão discursiva, fazendo valer o modelo educacional tradicional. Assim, a proposta educativa do sensível “perpassa a provocação à desnaturalização do mundo social” utilizando como base teórica a sociologia escolar em construção de uma prática docente decolonial que considera a experiência poética enquanto princípio educativo a partir de metodologias que abrangem múltiplos recursos como a dança, a poesia, a música etc., assim como também na proposta avaliativa. “A principal inquietação dessa pesquisa é sobre a necessidade de uma prática docente decolonial para que haja construções existenciais e sensoriais dos sujeitos presentes em sala”. O presente trabalho se apresenta no eixo temático “Formação docente”.

O nono trabalho tem por título “Ensino de história e literatura: metodologias outras na construção do conhecimento acerca das áfricas a partir da escrita literária de Flora Nwapa”, da autora Tathiana Cristina da Silva Anízio Cassiano, de Santa Catarina/SC, e tem como objetivo a construção de caminhos e estratégias para o ensino de História de Áfricas a partir de uma relação positiva das populações africanas, percebendo-os enquanto protagonistas dos processos históricos e se afastando das representações estereotipadas e passivas. É um artigo que dialoga com a Lei 10.639/03 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estabelecendo uma comunicação teórica com os referenciais pós-coloniais e decolonial. Isso se dá devido ao fato de a autora ter percebido que, mesmo com a promulgação da Lei, os conteúdos nos materiais didáticos apresentavam uma perspectiva eurocêntrica que persistia em inferiorizar as populações africanas e suas experiências históricas frente à escravidão e ao colonialismo. Assim, ela viu na literatura da escritora nigeriana Flora Nwapa uma possibilidade de elaboração de materiais didáticos para o ensino de História de Áfricas que mostre a diversidade de experiências, o protagonismo de mulheres africanas, bem como suas representações em

diferentes espaços sociais. Esse material está em forma de e-book, contém narrativas que foram feitas durante o processo de leitura e tradução da obra, articulando-as com imagens de cada personagem, mostrando ao leitor suas características, dilemas e vivências. Foram produzidos também textos didáticos a partir de temas levantados nas narrativas das personagens, com um panorama histórico da Nigéria, dentro de uma perspectiva afrocentrada e decolonial, contribuindo para a emancipação dos sujeitos enquanto produtores de conhecimentos, acolhendo suas experiências, discursos e aprendizagens no sentido positivo dessas relações. Esse trabalho está no eixo temático “Material Didático”.

O décimo trabalho se chama “Oficinas de literatura africana: proposta decolonial para a abordagem de raça e gênero na escola” e tem como autores: Janine Monteiro Moreira; Rebeca Patrícia M. Machado; Ana Lúcia Nunes de Sousa. Esse artigo nasce em um projeto de extensão chamado “Comunicação, educação e re-existências”, do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde – UFRJ, e foi realizado em uma escola municipal localizada no bairro da Penha, Rio de Janeiro. As autoras têm como objetivo estabelecer uma comunicação sobre as relações étnico-raciais e de gênero, no campo das Ciências e da Saúde, com oficinas de leitura a partir da escritora Chimamanda Ngozi Adichie e por acreditar que a literatura africana contribua para a construção de novas formas de narrativas, de ser e estar no mundo, por meio da efetividade, do empoderamento, do combate ao saber hegemônico e da representatividade. Dessa forma, elas caminham com a perspectiva decolonial entendendo que essa educação rompe com as produções de pensamentos e experiência postuladas como universais, considerando importante o protagonismo dos estudantes como resistência dos sujeitos subalternizados e invisibilizados na construção de narrativas outras. É proposto a construção de três oficinas e produções de materiais a partir das obras “O perigo de uma história única” (2019), “Sejamos todas feministas” (2014), “Para educar crianças feministas” (2017), tendo os estudantes a possibilidade de se expressar em relação aos seus sentimentos, a vida e sua forma de ser no mundo. Este artigo está no eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

“Repensando a história do povo negro no Brasil, educação antirracista e decolonial na/pós pandemia covid-19: o samba e a arte carnavalesca na escola”, da autora Ana Lúcia da Silva, é o décimo primeiro trabalho mapeando no ano de 2020 e tem por objetivo repensar a história do negro no Brasil, principalmente tendo em vista o acirramento das desigualdades sociais causadas pela pandemia de COVID-19, por meio de um trabalho pedagógico que aborde a História e cultura afro-brasileira no samba. O texto é resultado de sua tese de doutorado em educação e se desenvolve pensando a possibilidade do poder educativo através da análise do samba-enredo “Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão” e nas representações da História

do povo negro na Arte carnavalesca no desfile da escola de samba da Estação Primeira de Mangueira de 1988. Segundo a autora, esses recursos servem de base para compreender a possibilidade de efetivação de uma educação decolonial, antirracista, e para descolonização do currículo por meio do samba e da arte carnavalesca. Por conta de suas problematizações envolvendo um estudo decolonial das histórias e representações negras, esse artigo se encontra no eixo temático “Currículo”.

O décimo segundo trabalho pertence aos autores Vinicius de Luna Chagas Costa e Diomário da Silva Junior – Rio de Janeiro, e se intitula “O trabalho de campo na educação antirracista: um olhar geográfico sobre o território de Nova Iguaçu”. O presente trabalho é fruto de reflexão de uma prática pedagógica de campo realizada na campanha 21 dias contra o racismo, evento organizado pelo movimento negro, que tem como proposta pensar o enfrentamento do racismo a partir de vários contextos. Dentro dessa perspectiva, os autores pensam o trabalho de campo como uma metodologia de ensino de Geografia que possibilite uma leitura territorial plural, em diálogo com a Lei 10.639/03, com estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Essa atividade de campo acontece no Município de Nova Iguaçu (RJ), na região conhecida por alguns como Recôncavo da Guanabara e tem como objetivo analisar as marcas históricas desses territórios que foram apagadas pelo branqueamento e narrativas eurocêntricas, possibilitando um referencial decolonial do conhecimento histórico e geográfico aos estudantes da EJA. É trazida a reflexão do quão potente é a prática de campo para debater as questões raciais na educação, principalmente tendo em vista a luta e histórias dos negros na região da Baixada Fluminense. Esse relato de experiência faz ponte com mais de um eixo temático, porém entendo como importante fazer sua marcação no eixo “EJA”, tanto pela especificidade de ter sido pensado cuidadosamente para esse público, quanto por se tratar de um ciclo da educação básica que ainda é marginalizado pela sociedade, sendo importante seu aparecimento nessa pesquisa de estado da arte.

O décimo terceiro trabalho se encontra no eixo temático “Educação Quilombola” e apresenta o seguinte título: “Territorialidade e ancestralidade: educação escolar quilombola e o diálogo com os pressupostos do enfoque decolonial”, da autora Sílvia Regina Teixeira Christóvão – Santa Catarina. O artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa que tem a proposição de refletir sobre a educação escolar que acontece no quilombo São Roque, município de Praia Grande, em Santa Catarina, estabelecendo um percurso entre as singularidades e contextualização do quilombo; a reflexão decolonial; e a educação quilombola dentro dessa perspectiva. Seu caminho metodológico contou uma revisão bibliográfica acerca dos teóricos do grupo Modernidade/Colonialidade, tendo as histórias orais como metodologia interpretativa

que indicou a possibilidade de um caminho para a descolonização a partir da educação e da fomentação de espaços que preze pela manifestação e produção da diversidade, mesmo em minoria. Portanto, esse trabalho busca um olhar pedagógico que projete para além dos campos educacionais, compreendendo quais são os caminhos percorridos pelo quilombo de São Roque na construção de pedagogias não hegemônicas e na mediação do conhecimento, entendendo a educação a partir dos sujeitos que foram subalternizados pela colonialidade.

O décimo quarto trabalho se chama “O pensamento decolonial e suas contribuições para o debate racial no campo da educação” e pertence à autora Denise Gonçalves da Cruz. Ele faz parte do eixo temático “Teoria Decolonial”, e a autora já inicia seu texto dizendo que “as teorias são ferramentas necessárias para observar e explicar o mundo”<sup>19</sup>, sendo a reflexão decolonial uma ferramenta de observação das relações sociais e institucionais. Dessa forma, a pesquisa que a autora desenvolve tem por objetivo investigar como o pensamento decolonial vem sendo utilizado no campo educacional e como essa perspectiva contribui para as pesquisas no mesmo campo. A metodologia utilizada para o seu caminhar se pautou nos bancos de dados virtuais da CAPES, onde foi pesquisado por dissertações e teses em educação publicadas nos últimos 5 anos que abordassem o tema da decolonialidade, após garimpagem, ela utilizou como segundo recorte apenas a seleção dos trabalhos que faziam o debate racial. Seus resultados mostraram uma crescente abordagem da perspectiva, principalmente em relação ao currículo e à formação docente, indicando que a reflexão decolonial é uma aliada para a discussão racial no campo educacional brasileiro. Esse estudo se aproxima metodologicamente da pesquisa que aqui se desenvolve e é interessante observar que as constatações que estamos estabelecendo nesse decorrer são próximas, como por exemplo, o fato do pensamento decolonial se desenvolver de forma tímida dentro de campo educacional, e também a relação com o desenvolvimento dos eixos temáticos.

O décimo quinto trabalho se chama “A pedagogia dos terreiros de matriz africana: uma etnografia do ciclo de debates meninas de Oyá” dos autores Camila Botelho Schuck; Lucilene Guimarães Athaide; e Sueli Angelita da Silva. Ele tem como proposta pensar uma pedagogia antirracista, antissexista e antiLGBTfóbica a partir dos terreiros de matriz africana, não como apenas um espaço religioso, mas como um espaço de saber e ensino que potencializa uma sociedade igualitária. Assim, a partir de uma metodologia etnográfica, seu desenvolvimento se deu no Ciclo de Debates Meninas de Oyá, que ocorreu em 2019 na cidade de Rio Grande/RS, e que reuniu desde um público mais amplo a lideranças religiosas e políticas, discutindo

---

<sup>19</sup> Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1iQHs9gW45UBuAfmJYO4NKS608SeIU1Ug>, p. 303, acesso em 18 out 2022.

importantes questões para a comunidade negra. Em diálogo com a sua metodologia e a pedagogia decolonial, algumas possibilidades de análises teóricas foram identificadas no evento, entre elas: o uso da religião de matriz africana e a entidade Exú como força política; uma palestra sobre o estudo decolonial no terreiro enquanto luta antirracista; o trabalhar com as questões de gênero e sexualidade a partir das danças e músicas infantis; e por último, por pedagogia de terreiros que transgrida com práticas antirracistas, homofóbicas e sexistas emergindo para as esferas de poder da sociedade. Assim, a conclusão chegada a partir do ciclo de debates é que o terreiro tem uma pedagogia específica que permite a reflexão das relações de opressão, caminhando para a construção de uma sociedade que não se baseia em práticas e saberes hegemônicos, bem como para a luta antirracista e descolonizada. Este trabalho se encontra no eixo temático “Pedagogia de Terreiro”.

O décimo sexto trabalho do ano de 2020 tem como título “Decolonizando livros didáticos: insurgência epistêmica”, foi escrito por Paulo Gustavo da Costa Santos – Minas Gerais, e tem por foco os livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional dos Livros Didáticos, assim como investigar se os mesmos fazem a reflexão em uma perspectiva educacional decolonial e antirracista. São analisados os livros de História e Geografia do 4º e 5º ano de escolaridade de uma escola pública no município de Santa Luzia (MG), os entendendo enquanto fontes documentais e dialogando com os referenciais teóricos como Walsh, Quijano, Boaventura e Paulo Freire, assim como com as Leis 10.639/03, 11.645/08 e a Base Nacional Comum Curricular. Essa tecitura entre os referenciais explicita a urgente necessidade de elaborar questionamentos acerca desses livros, assim como problematizar as representações da população negra em suas páginas, contribuindo para a descolonização dos pensamentos no campo educacional e a emancipação dos sujeitos em diálogo com a decolonialidade, reconhecendo-os enquanto seres históricos e buscando a superação do racismo instaurado a partir de uma estrutura eurocêntrica, e podemos dizer que, em grande maioria, ainda segue sendo pautada nos livros didáticos brasileiros.

Temos como décimo sétimo artigo mapeado o “Construções estéticas e simbólicas como estratégias antirracistas nas aulas de artes visuais na escola básica” escrito por Christiane Cardoso Ribeiro e Rogerio Mendes de Lima – Rio de Janeiro. Levando em consideração fatores como a diversidade étnico-racial da escola, as diferentes histórias de resistência que permeiam esses espaços, o currículo e as práticas pedagógicas que insistem na reprodução de conteúdo eurocêntricos, esse trabalho vem com objetivo de elaborar um material didático para o ensino de Artes Visuais, com foco no segundo seguimento do ensino fundamental, pautado teórica e metodologicamente, na interculturalidade crítica e na pedagogia decolonial, em acordo com

uma educação antirracista. Os autores nos informam que o Ensino de Artes na educação básica ainda reflete, tanto teoricamente quando metodologicamente, as bases racistas da relação de poder, desconsiderando ou colocando em segundo plano as contribuições negras e indígenas, como também os materiais e as suas diferentes representações culturais. Dessa forma, a partir do reconhecimento da Colonialidade de Poder, é proposta a busca de novas formas de ler o mundo através das expressões artísticas negras e indígenas, expressões essas que denunciam o racismo e se apresentam como forma de resistência e superação. O material produzido foi construído a partir do coletivo docente de diferentes disciplinas da escola, onde em um primeiro momento foi aplicado um questionário sobre a percepção da matéria nesse espaço, depois foi feita uma oficina a partir dos dilemas das Artes visuais, como o racismo, e, por fim, a construção do material, que foi pautado no referencial teórico já citado, buscando responder às questões raciais levantadas nas etapas anteriores e contribuindo com abordagens estéticas e simbólicas na ressignificação e compreensão das produções artísticas. Essa produção se encontra no eixo temático “Material Didático”.

O décimo oitavo artigo se intitula “Práxis decoloniais e antirracistas em física no Colégio Estadual compositor Manacéia José de Andrade” dos autores Rodrigo Fernandes Morais e Antônio Carlos Fontes dos Santos – Rio de Janeiro. O trabalho traz uma grande problematização envolvendo a relação de poder eurocêntrica na produção universal do conhecimento, nesse caso específico em física, a partir da história da ciência e do saber científico. Contrariando a história hegemônica que foi reproduzida por anos por meio dos currículos e materiais didáticos, é realizada uma pesquisa com os discentes do Colégio Estadual Compositor Manacéia José de Andrade com a objetivo de identificar as marcas da colonialidade presentes em seus imaginários. Essa pesquisa foi feita a partir da aplicação de um questionário contendo fotos diversas de cientistas, dentre eles 18 eram brancos, contendo apenas uma mulher; 9 negros, contendo duas mulheres nesse grupo; e 1 oriental, e o corpo discente deveria sinalizar quem eles achavam que eram cientistas e quem não era. Os dados da pesquisa mostram que todos os homens negros e as três mulheres, inclusive a caucasiana, não foram aceitos como cientistas, indicando a massificação das histórias hegemônicas acerca da superioridade intelectual europeia e o racismo epistêmico. Dessa forma, amparado na pedagogia decolonial e visando construir práticas que desmontem essa relação de poder a partir da descolonização, os autores construíram aulas a partir de cientistas negras(os) apresentando a história que segue sendo invisibilizada na produção do conhecimento científico e mostrando aos discentes, especialmente aos negros, que podemos ocupar todos os espaços e áreas do conhecimento,

quebrando barreiras instauradas pela colonialidade do saber e do ser. Essa produção está no eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

O décimo nono artigo se chama “Investigando a educação financeira numa perspectiva decolonial: superando as propostas hegemônicas e analisando os movimentos de auto-organização financeira popular”, foi escrito por Tamires Torres da Purificação – Rio de Janeiro, e faz parte do eixo temático “Educação financeira/matemática”. A autora inicia falando que essa temática vem sendo muito debatida na atualidade e que precisa ser compreendida enquanto campo com produções científicas emergentes, sendo necessário um olhar atento para as populações que foram subalternizadas e suas relações econômicas dentro de um sistema desigual. São utilizadas as lentes da decolonialidade e da teoria da economia étnica para analisar estruturas naturalizadas, tentando reduzir as diferenças raciais, e verificando quais foram as ações-políticas que a população pobre criou como resistência de organização financeira. A pesquisa de cunho bibliográfico utiliza algumas ações para análise da educação financeira, citando, por exemplo, a história dos escravizados que poupavam dinheiro para comprar suas liberdades e histórias contemporâneas como a da Nath Finanças, entre outras. É citado o Decreto Federal 7.397/2010 que institui a Estratégia Nacional de Educação e a BNCC que traz o ensino da Educação financeira nacional, mas a autora problematiza que essas ações precisam ser organizadas no intuito de possibilitar a emancipação das minorias em um caminho de reconstrução da economia nacional e popular. Portanto, esse projeto caminha no movimento de (des)construção, utilizando a ciência a serviço da sociedade.

O vigésimo artigo mapeado tem por título os “Discursos de rap: imaginário e ensino de ciências na América Latina” do autor Roberth De-Carvalho. Ele se propõe a discutir, por meio de uma matriz decolonial, o ensino-aprendizagem de Ciências da Natureza na educação básica da América Latina utilizando como base a subalternidade dos conhecimentos ancestrais e seu silenciamento nos livros didáticos analisando o direito e o dever de aprender/ensinar a partir de “ontologias tecnocientíficas”, a representatividade em cor, raça e etnia a partir de uma revisão em relação ao poder da branquitude e através da interseccionalidade e da racialização do ser e suas formas vida, subjetivas, sociais, estéticas que se dá por uma relação eurocêntrica. Portanto a busca por produções de sentidos a partir do movimento hip hop, que teve início nos anos 1980 na América Latina, tenta entender como as condições desse movimento contribuí para a prática de ensino de ciência em uma perspectiva decolonial de produção de conhecimento da educação básica nesse território. O trabalho está no eixo temático “Prática Pedagógica”.

O vigésimo primeiro artigo “Decolonizando tempos, espaços e memórias: diálogos com professores na Província da Huíla em Angola” do autor Elison A. Paim – Santa Catarina. Essa

é uma pesquisa de pós-doutorado que foi realizada em Lubango – Angola, e tem como objetivo “identificar como experiências, memórias, patrimônios e culturas locais” fazem parte da produção de saberes escolares em instituições de educação básica em 7 municípios da Província de Huíla. O autor trabalha com documentos, fotografias e entrevistas com 15 professores, nos apresentando no decorrer do texto algumas similaridades e diferenças com a educação brasileira, como as semelhanças nas estruturas da escola, na relação entre a comunidade e escolas, os desafios enfrentados pelos professores no exercício da sua prática docente, o grande número de professores sem formação, o controle do Ministério da educação em relação aos conteúdos ministrados, entre outros. As entrevistas e visitas às escolas proporcionaram um vasto conhecimento das relações e organizações ali produzidas que chamam atenção para o uso de objetos locais para suscitar mudanças em hábitos culturais como manifesto no controle da frequência dos professores, necessidade de adequar o calendário escolar aos rituais de cada comunidade em forma de respeito às diferenças culturais, as dificuldades de compreensão entre as línguas faladas, o que gera necessidade de intérprete, uma maior valorização do trabalho escolar pela família dos estudantes, e assim por diante. A presente comunicação está no eixo temático “Relações Raciais” por entender a especificidade e foco do trabalho.

O vigésimo segundo trabalho chama-se “Um debate sobre as epistemologias africanas e afro-diaspóricas e a importância para a educação das relações étnico-raciais (erer)”, foi escrito por André Vinicio Bialeski Vieira, Marcos Rodrigues Silva e Maria Helena Tomaz e consiste em uma apresentação das filosofias africanas e afro-diaspóricas, importante resistência e valorização para o trabalho da Educação das Relações Étnico-raciais frente ao avanço europeu. O diálogo se estabelece com a perspectiva decolonial e com epistemologias afrocentradas aprofundando questões como ancestralidade, oralidade, diversidade e ERER e tradicionalidade, se desenvolvendo pelo NEAB/UEDESC com base em produções desenvolvidas por africanos e afrodescendentes nos desafios da luta antirracista. Ao longo da história, a filosofia africana/afro-diaspórica foi invisibilizada e negada por parte dos europeus alegando ser pertencente aos “civilizados” e sem base na racionalidade, porém o objetivo da filosofia africana/afro-diaspórica é construir ideias coletivas, sem exclusão, desenvolvendo um mundo plural na epistemologia. Dessa forma, apropriar-se dessa filosofia caminha com o que preconiza a legislação e a Lei 10.639/03 se tornando um excelente recurso para em educação decolonial e valorização desses saberes. Esse estudo está no eixo temático “Educação para as relações étnico-raciais”.

Caminhando para o fim das análises desse ano de Copene, temos o vigésimo terceiro trabalho que se intitula ““Se você é negra, eu também sou!”: narrativas infantis que denigrem

a escola e o axé das crianças como potência formativa” da autora Camila Machado de Lima. É um trabalho de ampliação de parte de uma pesquisa de doutorado que reflete sobre a potência da infância como possibilidade de enegrecer a escola e a formação docente. A infância é entendida filosoficamente como energia vital (axé), que está em constante movimento, sendo as crianças sujeitos sociais repletos de infância, dessa forma busca-se responder como as relações com as infâncias das crianças ajudam na ação de uma educação antirracista? É utilizado como referencial teórico a filosofia da diferença, o pensamento decolonial, os valores civilizatórios afro-brasileiros para estabelecer diálogo com essa pergunta, o contexto em que ela se aplica e as narrativas estabelecidas pelas crianças e professora. Como resultado essa pesquisa, apresenta que a presença da professora negra resultou em uma representatividade gerando identificação por parte das crianças, principalmente quando se viam em lugar de destaque; o cuidado com as práticas educativas referenciadas e nomeadas em diálogo com a negritude, privilegiando a nossa cultura; a valorização e a participação das crianças no processo educativo evidenciando sua importância e ao mesmo tempo mostrando que elas são os primeiros a exigir uma postura denegrida na escola. Assim, a autora chega a algumas conclusões, como: a escola se colocar mais atenta às relações étnico-raciais e suas demandas; a infância, como axé, precisa ser alimentada com práticas antirracistas para libertar as amarras coloniais e adultocêntricas. Apesar dessa comunicação trazer importantes reflexões sobre o campo da infância, entendida como axé, e incentivada a partir do protagonismo das crianças, ele está no eixo temático “Práticas Pedagógicas” por conta da sua especificidade principal que é o trabalho docente.

“Práticas educativas antirracistas de mulheres nos quilombos contemporâneos” de Jaqueline Cardoso Zeferino e Joana Célia dos Passos é o vigésimo quarto artigo mapeado nesse ano de evento; constitui-se enquanto uma pesquisa de doutorado que tem o objetivo de compreender as práticas educativas, o papel da dança e do canto realizadas por mulheres do Grupo Afro Ganga Zumba em contexto quilombola. As análises são realizadas a partir de conceitos, como: decoloniais, epistemicídio, corpo emancipado, racismo, interseccionalidade; em diálogo com Maldonado torres, Grosfoguel (2019), Carneiro (2005), Gomes (2017), Gonzalez (1984), Hooks (2019) e mais. A pesquisa tem revelado que essas práticas se constituem enquanto enfrentamento das colonialidades objetivando resgatar as histórias apagadas pelo racismo através do fazer político e persistência das mulheres da Comunidade Quilombola do Bairro de Fátima, Zona da Mata Mineira. Ela faz parte do eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

O vigésimo quinto artigo se intitula “Os desafios de uma educação antirracista: o que tem a nos dizer os educadores?” das autoras Katianny de Lima Soares e Renata Waleska de Sousa Pimenta. Elas nos trazem uma reflexão que vemos em muitos artigos que é a da não efetivação de práticas escolares antirracistas e aplicabilidade da Lei 10.639/03, mostrando-se uma pauta que ainda precisa ser superada, assim como o mito da democracia racial que vem crescendo na atualidade. Dessa forma, a partir das reflexões teóricas de Munanga e Grosfoguel, o trabalho se desenvolve compreendendo a educação enquanto instrumento para a desconstrução dessa perspectiva colonial, o potencializando a partir da experiência e resistência do fazer docente. A pesquisa é realizada com profissionais da educação do Instituto Federal de Santa Catarina – campus Gaspar, e se propõe a construir um panorama acerca do que os professores entendem, ou não, por uma educação antirracista. Uma hipótese levantada pelas autoras para a superação do racismo estrutural e do mito da democracia racial é a construção de uma nova forma de análise do “ser brasileiro”, compreendendo a pluralidade de identidades na construção societária, proporcionando um aprofundamento histórico das culturas africanas e afro-brasileiras, a partir da valorização das nossas raízes, tendo o educador um papel de destaque nesse trabalho. A pesquisa faz parte do eixo temático “Educação para as relações étnico-raciais”.

O vigésimo sexto e penúltimo trabalho de 2020 chama-se “Educação antirracista: práticas de resistências negras na sala de aula” da autora Josiane Beloni de Paula e faz parte de uma pesquisa de doutorado na qual aborda os caminhos trilhados por professores, que apresentaram suas produções durante 10 edições no Encontro sobre Poder Escolar em Pelotas-RS, com práticas pautada na educação antirracista. Onze professores foram entrevistados, assim como os narradores da pesquisa, rememorando experiências em diálogo com teorias que foram utilizadas para estabelecer uma tecitura entre o entendimento da realidade e a valorização do negro na sociedade brasileira. A partir de Paulo Freire (1987), ela aborda conceitos como denúncia/anúncio para dialogar com a temática racial, denunciando o racismo e anunciando a possibilidade de superação do preconceito e discriminação através de práticas de resistência realizado por educadores que reconhece a presença do negro a partir de uma história de valorização, revertendo a lógico do imaginário social e gerando uma transformação a partir da colonialidade. Assim, ao deixar rastros por meio das narrativas de suas histórias/memórias, os sujeitos criam e recriam possibilidade em um movimento de deslocamento, juntando presente, passado e construindo o futuro, sendo a rememoração uma resistência e outra forma de viver onde o estar no mundo não é determinado pelo que já está posto. Considerando todas as

reflexões aqui trazidas, consideramos apropriado esse artigo estar no eixo temático “Práticas Pedagógicas”.

Assim, finalizando as análises do ano 2020, temos o último artigo mapeado nesse estado da arte que se intitula: “Relato e análise de experiências educacionais em um projeto formativo voltado à educação popular a partir de narrativas de vida” dos autores Cláudio Humberto Lessa, Nelson Nunes dos Santos Júnior, Ana Flávia Sílvia Pinto e Júlia Leite Bernardino. Esse trabalho parte de um projeto de extensão universitária do CEFET-MG, que tem como objetivo aperfeiçoar as habilidades de leitura e escrita dos trabalhadores terceirizados dessa instituição, assim como discutir sobre suas trajetórias e temas relacionados às desigualdades sociais, racismo e preconceito. Dessa forma, os autores do artigo relatam suas experiências nesse projeto a partir das narrativas de vida desses sujeitos, considerando o ato de narrar um processo formativo que oportuniza, através dessas ações, possibilidades de discutir e repensar suas condições educacionais e trabalhistas. São utilizados como análise os textos produzidos por eles a fim de evidenciar as representações das desigualdades mostrando o quanto esse ato se torna um instrumento de resistência pessoal e coletiva. Pensadores como Maldonado-Torres; Grosfoquel (2019) são utilizados para compreender as desigualdades elucidando as colonialidades do poder, do saber e do ser, objetivando a transformação daquela realidade vivida pelos trabalhadores.

Chegando ao final deste capítulo podemos observar que as análises mostram os números em seu lugar de representação, contribuindo para a parte qualitativa da pesquisa identificando marcas, como: a região específica dessas produções; o eixo temático em que cada trabalho se qualifica e seus atravessamentos; como essas produções se articulam tanto com a perspectiva decolonial quanto com a questão política e social que essa reflexão abarca, revelando também suas principais ênfases e ausências. No que tange os dados quantitativos em uma contribuição qualitativa dessa pesquisa, temos o total de aproximadamente 3.070 trabalhos disponibilizados nos anais do Copene Nacional, onde apenas 52 fazem diálogo com a reflexão decolonial em educação, expressando em números que, se existe um projeto pedagógico de cunho decolonial que tem por pretensão refletir sobre as colonialidades presentes na contemporaneidade, ainda estamos em sua fase inicial.

Logo, esta dissertação sobre o estado de arte se coloca em lugar central para essa construção, pois apesar do grande trabalho que esta organização metodológica exige, como a carga excessiva de leituras para o mapeamento e para a articulação teórica deles, ela propõe um caminho de mudanças. Mudanças essas que começam nos atravessamentos dos sujeitos que fazem parte dessa proposição, que mesmo diante de toda estrutura racial que nos subalternam,

se mostram como resistência em busca de uma outra realidade, e assim aconteceu com a apreciação e interpretação de cada resumo lido nos referidos anais do Copene. Arquivos sem qualidade, borrados, não numerados, sem coerência, sem estrutura padrão que objetificasse os recortes estabelecidos metodologicamente para o mapeamento e assim por diante, mas os meus atravessamentos sempre sinalizavam e me lembravam o motivo desse caminho. Inclusive, foi percebido agora na reta final dessa dissertação que o site do Copene, lugar principal de busca de informações, dados e documentos dessa pesquisa, está sendo reformulado. Ainda não é possível perceber os reflexos dessa mudança, até mesmo pelo fato de ter baixado e guardado os arquivos no início da pesquisa, mas é algo importante de sinalizar.

Seguindo com a finalização deste capítulo, percebemos que o descritor “decolonial” esteve mais frequente nas últimas produções, o que gerou uma atenção especial para essas análises, pois apesar da frequência de aparecimento do descritor nos resumos – articulando com as mais variadas temáticas –, ou os mesmos não dialogavam com a perspectiva Modernidade/Colonialidade ou não referenciavam autores que caminham nessa construção. Associei esse fato à visibilidade que a reflexão decolonial está tendo nos últimos anos e ao entendimento raso de seu cenário, muitas vezes não o articulando com o caráter político e social que se exige. Outra possibilidade também é o fato de o resumo não conseguir expressar os caminhos de articulação entre as teorias e o seu desenvolvimento, algumas dessas dúvidas foram sanadas com a leitura do artigo, quando encontrados em sites de busca como google acadêmico, SciELO, etc., outros tiveram que ser desconsiderados, pois não foram encontrados.

Assim, temos o eixo temático “Prática Pedagógica” com a maior seleção de artigos, 20 trabalhos de um total de 52. É evidente que esses trabalhos nascem dos atravessamentos, muitas vezes individuais, desses pesquisadores e são postas enquanto práticas de resistência a partir de microações afirmativas que segundo SOUZA; SILVA (2018, p. 52) “são estratégias de luta no cotidiano escolar, contra as ideologias racistas difundida historicamente na sociedade brasileira”. É um campo que se mostra menos conservador e rígido, se tornando um caminho epistêmico potente para a criação de práticas contra hegemônicas. Portanto, esta dissertação também serve para divulgar essas microações, tornando-as ainda mais coletivas e difundidas.

O segundo eixo temático com maior produção foi “Currículo”, com 9 artigos. É perceptível que esses trabalhos dialogam e foram mapeados principalmente pelo descritor “descolonização”, utilizado por esta pesquisa. Assim, eles propõem reflexões sobre os novos dilemas da área curricular em articulação com os antigos desafios que ainda não foram superados. É uma área altamente conservadora, que vem historicamente construindo áreas do conhecimento sem considerar os territórios, suas especificidades e impondo saberes na medida

que invisibiliza outros. Essa descolonização curricular, proposta por esses artigos, tem como ponto de partida a Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares e aparece associada às manifestações culturais, a valorização dos nossos patrimônios materiais e imateriais, à epistemologia acadêmica, entrelaçando os conhecimentos populares e científicos em um movimento de transdisciplinaridade.

Em articulação com a transdisciplinaridade e observando o desenvolvimento temático da reflexão decolonial em educação nesse estado da arte, temos as seguintes áreas: Relações Étnico-raciais (4), material didático (4), educação quilombola (5), currículo (9), práticas pedagógicas (20), pedagogia de terreiro (1), educação popular (3), educação financeira/matemática (1), formação docente (3), EJA (1) e Teoria decolonial (1). Podemos dizer que todos os artigos mapeados dialogam com subtemas dentro do campo educacional, ou seja, um artigo que tem como tema central o currículo e a produção de conhecimento também tensiona a formação docente; um artigo que está no eixo práticas pedagógicas também se articula com a educação infantil, com a produção de material e assim por diante. Porém, mesmo diante dessa construção não podemos deixar de ratificar que essas produções ainda são incipientes dentro desse campo epistemológico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, principalmente nas últimas décadas, que o campo educacional aliado às políticas públicas e às legislações, vem buscando meios de construções pedagógicas que garantam formas de viver e existir mais democráticas, não apenas educacional, mas também social e cultural, o que não deixa de ser um desafio tendo em vista o modelo de sociedade em que estamos inseridos, principalmente no atual contexto brasileiro. Uma das perguntas levantadas por este estudo indagava como essas produções vinham se solidificando nesse espaço/recorte temporal, vejo que ela foi sendo respondida na construção de cada parágrafo, mas ousou dizer aqui que essa é uma questão que ainda está sendo pensada e projetada, mesmo passados 20 anos.

Como bem sabemos, nossa história foi profundamente marcada pela violência colonial e estruturada pelo racismo. Em um movimento de não conformidade a este fato temos as diversas bases teóricas que, ao mesmo tempo, propõem caminhos e se tornam campos de disputa na relação do poder epistêmico e consequentemente de transformação social. Não tenho a pretensão de debatê-las, mas de sinalizar sua representação nos discursos dos anais do Copene. Contudo, essas diversas teorias indicam uma real urgência de mudança, e muitas enxergam as considerações a partir do contexto violento de extermínio que vivemos. Essa reflexão contribui para percebermos o viés político e social das nossas ações/produções, por meio do discurso, que diz categoricamente sobre nossas lutas contra a colonialidade e entendimento de transformação social que, apesar de explícito para os pesquisadores da reflexão decolonial, ainda está sendo construído no imaginário societário. É o “desaprender o aprendido para voltar a aprender” de Walsh (2009) em uma ação que leva tempo, principalmente quando não incentivada/reconhecidas pelo Estado.

Esses gêneros textuais nos dizem sobre realidades desconhecidas por muitos e coloca aquele autor/pesquisador enquanto militante da própria prática, em um movimento insurgente na busca de seus objetivos. Quando ele escreve/apresenta seu texto em um congresso de magnitude como o Copene, ele busca diálogo, possibilidades, articulações, apoio. Assim, são construídas fortes redes que planejam e executam projetos sólidos de transformação social. Isso foi observado no desenvolver das temáticas, do público, da organização e dos objetivos do Copene. Apesar da produção decolonial ainda ser incipiente, como vimos no decorrer de cada parágrafo desta dissertação, chegamos ao ano de 2020 com um congresso que tenta se articular com a perspectiva decolonial tanto em sua programação, fazendo representar suas perspectivas a partir de vários contextos, quanto na sua articulação com o fazer científico não hegemônico

por meio dos movimentos sociais e negro, entendendo seu papel nessa luta. Outro lado insurgente dessa proposição.

Quando falamos de educação brasileira, precisamos ter em mente a luta contra a Colonialidade que, a partir de um ponto crítico, problematize principalmente a construção de sociedade do conhecimento universal que afasta nossos estudantes por não se sentirem representados nos espaços escolares. O Estado moderno incentiva padrões globais que tornam atraentes perspectivas excludentes e a militância contra esse modelo societário universal precisa ser explícita e entendida como dever de todos, aqui especificamente, das ciências sociais e educacionais.

No caminho de luta contra a colonialidade, entendendo que ela parte das pessoas, da desumanização e de suas vivências sociais. Em acordo com esse pensamento, um dado importante que foi exposto com esse mapeamento do estado da arte da reflexão decolonial em educação é a ausência, no Copene Nacional, de produções de conhecimentos que contemplem as epistemes da região Norte do Brasil, resultando assim no não aparecimento de um eixo temático que estimule as discussões dos povos nativos da América do Sul. Esse silêncio não pode ser interpretado como uma simples ausência e sim como uma dominação da geopolítica do conhecimento dentro do nosso próprio território brasileiro, que das mais variadas formas segue subalternizando produções a partir da relação do poder, do saber e do ser.

Assim, essa ausência também traz uma proposição a partir de sua análise discursiva, que seria um investimento organizacional para que nos próximos anos esses sujeitos e essas produções tenham a mesma oportunidade de diálogo, fortalecimento e criação de redes em uma perspectiva nacional. Essa se tornaria uma prática experienciada a partir da colonialidade, onde são consideradas outras formas de vida, organização e produção de episteme, sem ser a estabelecida pela modernidade europeia, mas sinalizando e dialogando com ela, pois esse é justamente o seu potencial político. Mignolo chama esse movimento de diferença colonial e Oliveira (2018) nos ajuda a ampliar essa questão, observe:

A perspectiva da diferença colonial requer um olhar sobre enfoques epistemológicos e sobre as subjetividades subalternizadas. É o interesse por outras produções de conhecimento distintas da modernidade ocidental, diferentemente da pós-modernidade, que segue pensando, a partir do ocidente moderno, a construção de um pensamento crítico alternativo, parte das experiências e histórias marcadas pela colonialidade. O eixo que se busca é a conexão de formas críticas de pensamento na América Latina, assim como de outros lugares subalternizados no mundo; enfim, a decolonialidade da existência, do conhecimento e do poder. (OLIVEIRA, 2018, p. 53)

Logo, pensar a construção de pensamento crítico a partir desses dados em diálogo com a referida região brasileira, refletindo a colonialidade e os processos educacionais na

contemporaneidade, tornaria o Copene Nacional um espaço mais amplo contribuindo para a produção do conhecimento em uma perspectiva transmoderna. Temos aqui mais um caminho de proposta insurgente.

Dessa forma, dialogando com os espaços não vistos, com as ausências e futuras perspectivas a partir dos dados desta pesquisa, nos perguntamos também como futuras produções podem se inspirar nesses diálogos para continuar a caminhada com base na reflexão decolonial? Assim, alguns apontamentos serão feitos a partir dos eixos temáticos que até o momento não foram citados, que são: Relações Étnico-raciais, material didático, educação quilombola, pedagogia de terreiro, educação popular, educação financeira/matemática, formação docente, EJA e Teoria decolonial.

Podemos dizer que as relações raciais e a educação antirracista estão refletidas em todos os trabalhos identificados por esta pesquisa, mas quando me refiro a este eixo e aos seus 4 artigos, falo especificamente da relação entre a Colonialidade e Educação para as Relações Étnico-raciais. Senti falta de proposição que problematizasse especialmente a colonialidade do saber e do ser, assim como os inúmeros casos de racismo epistêmico sofridos no nosso território; a relação entre os quase 20 anos da Lei 10.639/03 e a ampla dificuldade de sua aplicabilidade em uma análise decolonial; uma ampla reflexão com as bases dos segmentos de ensino do país, principalmente com a Educação Infantil que segue sendo invisibilizada pela Colonialidade do Ser, entre outras.

No eixo Material didático, senti falta de produções que considerem esses recursos para além apenas dos livros didáticos, não que uma avaliação sistemática do mesmo não seja importante, mas atualmente existem outras possibilidades de recursos. Nessa área, seria interessante conversas em torno das produções de materiais que abordem as nossas histórias a partir dos nossos contextos, falo especificamente de produção negra/ameríndia; outra ausência sentida foi a fomentação em torno de literaturas infantis com possibilidades de narrativas não estereotipadas ou um mapeamento dessas produções; e principalmente a análise/produção de recursos midiáticos a partir do letramento racial.

Os próximos são: educação quilombola, com cinco produções; pedagogia de terreiro, com uma produção; e educação popular, com três. Por serem áreas que não atuo diretamente, não me julgo capaz de fazer uma análise crítica ao ponto de propor caminhos de articulação a partir das ausências nessas produções. É significativo entender que essas temáticas já possuem uma articulação epistêmica e prática com a reflexão decolonial, tendo suas produções a pretensão de romper com os conhecimentos universais padronizados a partir das relações de

poder. Ou seja, suas produções partem da diferença colonial para que seja possível ressignificar e reaprender a intervir nos modelos societários.

O próximo eixo é o de educação financeira/matemática que se apresenta enquanto um campo emergente e vem sendo bastante discutido na atualidade. Nesse campo, as proposições que reflitam sobre a inserção dessa área do conhecimento em articulação com/na reforma do Ensino Médio, pensando os conhecimentos hegemônicos e o caminho tomado nesse processo, ainda não se fez presente no espaço pesquisado; há ausência de reflexões acerca de um campo teórico elitizado, com crenças e concepções eurocêntricas; o afastamento de seu currículo das classes populares e da emancipação desses sujeitos; de uma aproximação da produção epistêmica afrocentrada, principalmente em seu referencial teórico e prático; e para finalizar, senti a ausência da etnomatemática enquanto práticas e saberes ameríndios.

Formação docente foi um eixo que teve apenas três trabalhos mapeados, é um campo ainda tradicional se pensarmos a academia enquanto espaço privilegiado, reprodutora do *status quo* e interessada na manutenção de poder branco, patriarcal e eurocêntrico. Percebemos atualmente um grande potencial de mudança em relação a essas manutenções, tanto por parte dos docentes quanto dos discentes, principalmente com a chegada das ações afirmativas nos espaços universitários, contribuindo com a possibilidade insurgente de pensarmos a formação a partir do corpo de estudantes e professores dessas instituições. Assim, seria interessante ter acesso às possibilidades de conhecer as ausências ou existências de contextos que façam aproximações entre algumas universidades da América do Sul, pensando a formação de professores em um diálogo intercultural crítico, acho que os aparatos remotos diminuiriam essa distância; outra possibilidade seria a análise e o cruzamento entre os currículos de determinados cursos de licenciatura, entendendo as marcas da colonialidade e suas possibilidades; outra possibilidade também seria o levantamento dos estados com a maior quantidade de PPG em relações étnico-raciais para uma análise crítica dessa formação, assim como seus desdobramentos na prática.

Nesse caminho, temos a Educação de Jovens e Adultos com apenas uma produção em diálogo com a reflexão decolonial em 20 anos de Copene. Um dado muito significativo e triste, levando em consideração as possibilidades de articulações, as políticas públicas para a juventude e a urgente necessidade de valorização desse campo. Só consigo pensar no quanto Paulo Freire era decolonial e já nos mostrava possibilidades de engajamento nas lutas coletivas a partir do oprimido. Dessa forma, sinto falta de trabalhos que nos tragam para perto dessa reflexão, contribuindo para a EJA e para todo campo educacional a partir da militância e dos sujeitos que vêm sendo invisibilizados na atualidade.

Teoria decolonial é o último eixo e se faz presente neste estudo por causa da aproximação com o recorte teórico e propositivo dessa dissertação, porém apenas 1 artigo foi mapeado em diálogo com a educação nesse estado da arte. Geralmente são trabalhos teórico que tecem diálogo sobre a modernidade/colonialidade em articulação com outras temáticas, podendo ser raça, gênero, etnia, território etc.

Em consonância com as insurgências apontadas nesse texto não podemos perder de vista a frase de Mignolo que diz “a colonialidade é constitutiva da modernidade” (Mignolo, 2005, p. 75), entendendo que a Europa passou séculos pensando o Homem e sua natureza, desconsiderando nossas produções e subjetividades, e que hoje, nossa virada epistêmica propõe a valorização desses saberes a partir dos sujeitos que continuam não aparecendo de forma satisfatória nesses espaços de produção.

Quando fazemos uma leitura do mundo em que estamos inseridos, seja a partir das relações sociais, políticas, pedagógicas ou de um estado da arte, por exemplo, não a fazemos por acaso. A leitura crítica envolve uma ação que projeta mudanças e principalmente organização para efetivar essas sonhadas mudanças de um mundo que ainda não existe, ou seja, um mundo a construir. Paulo Freire nos diz que:

A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar. É neste sentido que mulheres e homens interferem no mundo enquanto os outros animais apenas mexem nele. É por isso que não apenas temos história, mas fazemos a história que igualmente nos faz e que nos torna, portanto, históricos. (FREIRE, 2000, p. 20)

A necessidade de intervenção nesses processos ainda está presente tanto no nosso mover social quanto pedagógico, na luta política contra a colonialidade e geopolítica do saber, nas ações transformadoras, mas que só se potencializam quando em diálogo com o mundo, com os movimentos sociais, com a interculturalidade crítica a partir dos povos que seguem sendo invisibilizados na contemporaneidade. Para além de uma perspectiva que se apresenta para alguns como novidade teórica, estamos em busca da emancipação total das formas de opressão e dominação.

É interessante observar que essas questões em pauta vêm aos poucos sendo desenhadas nas práticas dos pesquisadores e no desenvolvimento das temáticas do Copene fazendo-nos compreender como essas ações são entendidas, pensadas e desenvolvidas ao longo do tempo. O mesmo acontece com os descritores aqui utilizados, suas articulações com temáticas interseccionais vêm nos ajudando a compreender os caminhos possíveis de luta contínua percorridos até então, cumprindo, assim, com a proposta de descolonização, e fazendo emergir

o pensamento de fronteira, que se trata de materializar e tornar possível outras formas de organização e saber que diferem das impostas pela hegemonia eurocêntrica, mas tendo-as como referências para questionamentos e novas maneiras de pensar.

Nesse contexto de experiências e revoluções, mudanças e caminhos, em uma articulação crítica, nos propomos a pensar diálogos de conhecimentos que vão na direção da transformação e do questionamento a partir da colonialidade do poder, do saber e do ser. Assim, quando analisamos o desenvolvimento dessas temáticas, o fazemos em articulação com a interculturalidade crítica, entendendo que a mesma ainda é algo a se construir, mas que é imprescindível quando pensamos um projeto de opção decolonial a partir da formação de professores, do currículo, da interseccionalidade entre gênero, racismo e capitalismo, ou seja, a partir da educação. Walsh nos ajuda a entender o motivo dessa articulação mesmo diante de conceitos ainda muito presentes no campo teórico educacional, como o multiculturalismo e o pluriculturalismo, o que faz necessária a explicação do diálogo entre a opção decolonial e a interculturalidade crítica, e não com as perspectivas anteriores, observe:

De fato, os termos multi, pluri e interculturalidade possuem genealogias e Significados diferentes. Pluricultural e multicultural são termos descritivos que servem para caracterizar a situação diversa e indicar a existência de múltiplas culturas num determinado local elevando assim o seu reconhecimento, tolerância e respeito. O "multi" tem suas raízes nos países ocidentais, em um relativismo cultural que ignora a dimensão relacional e oculta a permanência das desigualdades e iniquidades sociais. Atualmente é mais utilizado globalmente, orientando políticas estatais e transnacionais de inclusão dentro de um modelo neoliberal que busca a inclusão dentro do mercado. O "pluri", por outro lado, é o termo mais utilizado na América do Sul; reflete a particularidade e a realidade da região onde os povos indígenas e negros convivem há séculos com brancos-mestiços e onde a miscigenação e a mistura racial desempenharam um papel significativo. Enquanto o "multi" aponta para uma coleção de culturas singulares não relacionadas umas com as outras e dentro da estrutura de uma cultura dominante, "pluri" normalmente indica uma coexistência de culturas no mesmo espaço territorial embora sem uma profunda inter-relação equitativa. No entanto, hoje o uso trocados de ambos os termos sem distinção entre eles é frequente, mesmo em quase todas as Constituições da região em suas reformas dos anos noventa onde referem-se ao caráter diverso do país (WALSH, 2008, p. 140) Tradução minha.

Como uma alternativa emancipatória, pensar as cosmovisões em um potencial ético, crítico e político, incluindo os movimentos sociais e a produção de conhecimento no Sul, é incentivar a construção de novas formas de vida em sociedade. Essas cosmologias de vida vão além de projeções que incentivam apenas a boa convivência entre as mais variadas culturas a partir da diversidade, Walsh nos fala que ela projeta a reestruturação total da sociedade com base no respeito aos saberes, a espiritualidade, ao saber ancestral, e ao processo político social que não se restringe ao poder econômico, mas põe em diálogo a interpretação dos contextos produzidos e vividos de Sul-Sul, assim como em interação com os saberes ocidentais.

Dessa forma, nesse mesmo movimento analítico que fizemos no decorrer de toda essa pesquisa, não podemos dizer que nosso território se livrou das invasões europeias, quando nossa população continua sendo atacada e morta por seus ideais permanentes em forma de colonialidade. Mas é nessa articulação de entendimento, posicionamento e fomentação que a interculturalidade crítica se estabelece como um giro epistêmico e questiona as bases sobre tais configurações, buscando entender se as perspectivas ditas não hegemônicas são produzidas de formas vagas, para incluir e não dar conta das demandas sociais, raciais, capitalistas e sexistas, ou se realmente estão sendo efetivas em sua ação de projeto político a partir da alteridade dos sujeitos que foram subalternizados. E assim tem que ser quando questionamos o caminho inicial da reflexão decolonial nos espaços de fomentação de conhecimento, seja a partir da legislação que nos inclui ou do projeto societário que segue nos invisibilizando, fazendo dessa à nossa luta, assumida primeiramente por nós negros, indígenas, mulheres, trans etc., em diálogo com todos os sujeitos da sociedade.

Após a caminhada de desenho desta pesquisa, termino este ciclo enquanto professora da Educação Infantil e que vê corpos tão pequenos já atravessados pelo racismo. Consigo observar também que entre as sutilezas do dia a dia, às vezes não tão intencional, vamos seguindo um caminho que projeta as infâncias negras a partir de perspectivas menos excludentes e que essas crianças tão pequenas já exigem um espaço mais democrático para sua existência, para seu desenvolvimento e para o exercício da sua autonomia. Logo, quando penso em planejamento e currículo na educação infantil, em diálogo com os meus atravessamentos de professora/pesquisadora negra, penso também a partir delas, de suas histórias e do que essas crianças acham importantes dentro da construção de sua subjetividade, porque elas já fazem esses apontamentos. Acredito que, amparada tanto pela legislação quanto por suas brechas, a educação antirracista tem esse lado transgressor, não engessado, a partir dos sujeitos que você estabelece diálogo. Ainda não sei se essa é uma perspectiva decolonial de entender a infância, as crianças, o currículo, e principalmente o fazer-pedagógico, mas penso que estou no caminho de seu entendimento. O que quero sinalizar com este relato é a potencialidade das nossas ações enquanto um projeto de vida, ainda mais quando a compartilhamos, como foi feito pelos pesquisadores aqui mapeados.

É notório que as futuras pesquisas em Pedagogias Decoloniais que estão em produção nesse exato momento poderão trazer questões já refletidas nesse espaço. Anseio pela leitura dos artigos submetidos ao XII Copene, que aconteceu em setembro deste ano (2022) e não puderam

ser considerados neste estado da arte. Em seu site oficial<sup>20</sup>, já é possível observar as sessões temáticas e a quantidade de trabalhos aprovados em cada uma delas, em um espaço de reflexão sobre as relações raciais, seus avanços e retrocessos.

Concluimos este estudo entendendo que mesmo diante de todo esforço para a realização desse mapeamento do estado da arte, alguns artigos não puderam ser contemplados, tanto por causa do recorte específico para o seu desenvolvimento metodológico, pela leitura específica da autora sobre os descritores e a reflexão decolonial quanto pela dificuldade analítica de alguns anais, mas entendemos o grande potencial do Copene para uma educação antirracista e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Quando fazemos esse levantamento consideramos que as mesmas trocas e pontes que são construídas por Associações, Congressos, grupos de debate e assim por diante, são potencializadas e ressignificadas também nesse espaço, atingindo assim, um dos nossos principais objetivos, o compartilhamento de práticas e epistemes decoloniais.

---

<sup>20</sup> <https://www.copene2022.abpn.org.br/site/> Acesso em 03 nov. de 2022

## Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e africana**, MEC-SECADI, Brasília: 2013, 104p.

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_etnicoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf). Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, outubro, 2004, 35p. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CADERNO DE RESUMOS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **O negro e a produção do conhecimento: dos 500 anos ao Século XXI**. Universidade Federal de Pernambuco, 22-25 nov. 2000, 53p. Disponível em: [https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd\\_6e0e73dd2fbd40ec8712dc46df6255bb.pdf](https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd_6e0e73dd2fbd40ec8712dc46df6255bb.pdf) Acesso em: 17 nov. 2022.

CADERNO DE RESUMOS DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **De preto a afro-descendente: a pesquisa sobre educação das relações étnico/raciais no Brasil**. Universidade Federal de São Carlos, 25-29 de agosto de 2002, São Carlos – São Paulo, Brasil. 48p. Disponível em: [https://www.abpn.org.br/\\_files/ugd/45f7dd\\_ad56ae114ca64741b5d0dcc551bf3973.pdf](https://www.abpn.org.br/_files/ugd/45f7dd_ad56ae114ca64741b5d0dcc551bf3973.pdf). Acesso em 10 dez. 2021.

CADERNO DE RESUMOS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Pesquisa social e políticas de Ações Afirmativas para Afrodescendentes**. Universidade Federal do Maranhão, 06-10 de setembro de 2004, São Luiz – Brasil, 101p. Disponível em: [https://www.abpn.org.br/\\_files/ugd/45f7dd\\_1f00f5bd5817421a9705ecc6e47c5acc.pdf](https://www.abpn.org.br/_files/ugd/45f7dd_1f00f5bd5817421a9705ecc6e47c5acc.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

CADERNO DE RESUMOS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Brasil negro e suas africanidades: produção e transmissão de conhecimento**. Universidade do Estado da Bahia, 13-16 de setembro de 2006, Salvador – Brasil, 176p. Disponível em: [https://9b4dc5f2-e6b8-4d8f-b4bc-65719c5a6aef.filesusr.com/ugd/45f7dd\\_528d2abc67354a68b9be2abc0fa51d54.pdf](https://9b4dc5f2-e6b8-4d8f-b4bc-65719c5a6aef.filesusr.com/ugd/45f7dd_528d2abc67354a68b9be2abc0fa51d54.pdf) Acesso em 10 set. 2021.

CADERNO DE RESUMOS DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Pensamento negro e anti-racismo: diferenciações e percursos**. UFG; UCG; UEG; NEAAD/UFG; CEAB/UCG. 29 de julho a 01 de agosto de 2008, Goiânia – Brasil, Editora da UCG, 229p. Disponível em:

[https://www.abpn.org.br/\\_files/ugd/45f7dd\\_331237e0410c4311b3cf719f688b30b8.pdf](https://www.abpn.org.br/_files/ugd/45f7dd_331237e0410c4311b3cf719f688b30b8.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

CADERNO DE RESUMOS DO VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Afrodíaspóra: saberes pós-coloniais, poderes e movimentos sociais**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 26 – 29 de julho de 2010, Rio de Janeiro – Brasil, 74p. Disponível em: [https://www.abpn.org.br/\\_files/ugd/45f7dd\\_c0f507dd65454f928dad6d37071e9706.pdf](https://www.abpn.org.br/_files/ugd/45f7dd_c0f507dd65454f928dad6d37071e9706.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

CADERNO DE RESUMOS DO VII CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Os desafios da luta antirracista no século XXI**. Universidade do Estado de Santa Catarina, 16-20 de julho de 2012, Santa Catarina – Brasil, 163p. Disponível em: [https://www.abpn.org.br/\\_files/ugd/45f7dd\\_15aec804ff4841d794366d9d0d43c1b2.pdf](https://www.abpn.org.br/_files/ugd/45f7dd_15aec804ff4841d794366d9d0d43c1b2.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

CADERNO DE RESUMOS DO VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Ações Afirmativas, cidadania e Relações Étnico-raciais**. Universidade Federal do Pará, 29 de julho a 02 de agosto de 2014, Belém/Pará – Brasil. 4.394p. Disponível em: [https://www.abpn.org.br/\\_files/ugd/45f7dd\\_95dd66c9656745cda66b0794f3a748dc.pdf](https://www.abpn.org.br/_files/ugd/45f7dd_95dd66c9656745cda66b0794f3a748dc.pdf). Acesso em 10 dez. 2021

CADERNO DE RESUMOS DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Novas fronteiras da intolerância racial: Velhas práticas de discriminação e novos espaços – Universo Web**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil, 145p. Disponível em [https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd\\_fa01a9d564a54e119bda44f0031f05e5.pdf](https://998dd9a3-334b-44a6-a181-f9a4f97d5cf9.filesusr.com/ugd/45f7dd_fa01a9d564a54e119bda44f0031f05e5.pdf). Acesso em 26 julho de 2022.

CADERNO DE RESUMOS DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **(Re) Existência intelectual Negra e Ancestral**. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 12 – 17 de outubro de 2018, Minas Gerais - Brasil. Disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares> Acesso em 27 de jun. 2022.

CADERNO DE RESUMOS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. **Negras escrituras, interseccionalidades e engenhosidades**. 9 a 12 de novembro de 2020 Curitiba – PR, [recurso eletrônico]/ Congresso Brasileiro de Pesquisadore(as) Negros(as), Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) – Curitiba, 2020. 557p. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/liQHs9gW45UBuAfmJYO4NKS608SelU1Ug>. Acesso em 16 ago. de 2022.

CASTRO, Amanda Neres de. **Práticas pedagógicas e a Educação para as Relações étnico-raciais: reflexão de uma experiência**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, fev. 2017.

**Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.** Universidade Federal de Uberlândia – Ano 1, V. 1 (2000). (online). Disponível em: [https://9b4dc5f2-e6b8-4d8f-b4bc-65719c5a6aef.filesusr.com/ugd/45f7dd\\_15d05d6b4d934c4ab75ab59bd1b3b17f.pdf](https://9b4dc5f2-e6b8-4d8f-b4bc-65719c5a6aef.filesusr.com/ugd/45f7dd_15d05d6b4d934c4ab75ab59bd1b3b17f.pdf). Acesso em 09 set. 2021.

FERREIRA, A. J. (Org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas.** Ponta Grossa, PR: EdUPEPG, 2014.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria Racial Crítica e Letramento Crítico: Narrativas e Contranarrativas de identidade racial de professores de Línguas.** Revista da ABPN, v.6, n. 14, jul-out 2014, p. 236-263.

FERREIA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”.** Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25e. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/abr 2012. ISSN 1645-1384. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org). Acesso em: 06/12/2021

MIGNOLO, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas** (pp. 71-103). Buenos Aires.

MIGNOLO, W. (2017). Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 32(94). Acesso em 02 de nov. de 2022 em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lang=pt)

MOYA, Thais Santos; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação.** Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 235-250, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Pedagogias Decoloniais no Brasil.** 2021. Relatório de Pesquisa de Pós-doutorado (PPG em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo – ES, junho 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Educação e Militância decolonial** – 1ª ed. – RJ: Editora Selo Novo, 152 p. 2018.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação de professores de História**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012. 1. Ed. 320p.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, abril 2010, volume 26, Nº 1, página 15 – 40.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 107-.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-racionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). **Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO**, 1992, pp. 437-449. Tradução de Wanderson conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449. Tradução de wanderson flor do nascimento

ROTTTS, Alex. SILVA, Douglas. COSTA, Kênia Gonçalves. **Cadernos de Resumos do V Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as**, 29 de julho a 01 de agosto de 2008 / Realização ABPN, UFG, UCG, UEG, BEAAD/UFG, CEAB/UCG. \_ Goiânia: NEAAD/UFG, 2008. 217P. [https://9b4dc5f2-e6b8-4d8f-b4bc-65719c5a6aef.filesusr.com/ugd/45f7dd\\_331237e0410c4311b3cf719f688b30b8.pdf](https://9b4dc5f2-e6b8-4d8f-b4bc-65719c5a6aef.filesusr.com/ugd/45f7dd_331237e0410c4311b3cf719f688b30b8.pdf). Acesso em: 19 set. 2021.

SOUZA, André dos Santos; SILVA, Luciana Santiago da. Corporeidades negras e microações afirmativas: práticas antirracistas na educação infantil. In: FONTOURA, Helena Amaral. **Pesquisas em processos formativos e desigualdades sociais**. 1ed. Niterói: Intertextos/FAPERJ, 2018. Vol. 1. P. 594.

WALSH, C., OLIVEIRA, L. F., & CANDAU, V. M. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas educativas**, 26 (83), 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3874>. Acesso em: 06 dez. 2021.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. In V. M. Candau, **Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas** (pp. 12-42). Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

WALSH, C. **Interculturalidade, plurinacionalidade e descolonização: as insurgências político- epistêmicas de re-fundar o Estado**. Tabula Rasa. Bogotá - Colômbia, No.9: 131-152, julio-diciembre, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a09.pdf> acesso em 05 nov. 2022.